UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

PSICOLOGIA E SAÚDE

Willian Maciel Krüger

Análise da Conversa em Psicoterapia: investigação microanalítica da construção da intersubjetividade em processos clínicos

Porto Alegre

2023

Willian Maciel Krüger

Análise da Conversa em Psicoterapia: investigação microanalítica da construção da intersubjetividade em processos clínicos

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Lucia Marques Stenzel

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre do Nascimento Almeida

Porto Alegre

2023

Catalogação na Publicação

Maciel Krüger, Willian
Análise da Conversa em Psicoterapia : Investigação microanalítica da construção da intersubjetividade em processos clínicos / Willian Maciel Krüger. -- 2023.
126 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde, 2023.

Orientador(a): Lucia Marques Stenzel ; coorientador(a): Alexandre do Nascimento Almeida.

1. Intersubjetividade. 2. Psicoterapia. 3. Análise da Conversa. 4. Processo Clínico. I. Título.

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFCSPA com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Análise da Conversa em Psicoterapia: investigação microanalítica da construção da intersubjetividade em processos clínicos

BANCA AVALIADORA:

_____

Dra. Janaína Barbosa Pacheco

Departamento de Psicologia

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

_____

Dra. Fernanda Miranda da Cruz

Departamento de Letras

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

_____

Dr. Roberto Perobelli de Oliveira

Departamento de Línguas e Letras

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Porto Alegre

2023

Enfim é que, mesmo nos casos em que a ação é livremente realizada, não poderíamos raciocinar sobre ela sem desdobrar suas condições exteriormente umas às outras, no espaço e não mais na pura duração. O problema da liberdade nasceu, portanto, de um mal-entendido.

H. Bergson, *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*

RESUMO

A partir do desenvolvimento das teorias interacionistas aplicadas à Psicologia, a intersubjetividade emerge como categoria analítica útil para qualificação da psicoterapia como evento de constituição social, nos quais os status sociais dos interagentes (incluindo o do terapeuta) e as práticas sociais adotadas emicamente importam para a manutenção da relação institucional e da própria efetividade das intervenções. No intuito de explorarmos as raízes acionais do conceito, este estudo analisou a intersubjetividade estabelecida em cenários psicoterapêuticos focados na população da diversidade sexual e de gênero, ocorridos em uma instituição de formação e ensino de psicoterapia na cidade de Porto Alegre. Inspirados por estudos em âmbito internacional entre Análise da Conversa e Psicoterapia, adotamos a Análise da Conversa (AC) como arcabouço teórico-metodológico. Pelo caráter microetnográfico do modelo investigativo, foi possibilitada a análise êmica dos contextos reais de atendimento. Nossos resultados demonstram que tanto a relação entre os atores da clínica, quanto sua categorização de pertencimento (centradas fundamentalmente no trabalho de faces e na categorização êmica dos selves), modelaram as atuações dos terapeutas como ações promotoras de saúde ou, contrariamente, como meios de reificação de discursos retóricos, por vezes normalizadores. Com este estudo, esperamos ter contribuído para a melhor compreensão êmica e técnica do processo psicoterápico, fortalecendo modelos de pesquisa e de prática profissional embasados em evidências naturalísticas.

Palavras-chave: Intersubjetividade; Psicoterapia; Análise da Conversa; Processo Clínico

ABSTRACT

From the development of interactionist theories applied to Psychology, intersubjectivity emerges as a useful analytical category for qualifying psychotherapy as a social environment, in which the interactants social memberships (including that of the therapist) and emic social practices sustain the institutional relationship and clinical interventions effectiveness. To explore the concept's actional roots, this study analyzed the intersubjectivity established in psychotherapeutic scenarios focused on the population of sexual and gender diversity, which took place in a psychotherapy training and teaching institution in the city of Porto Alegre, Brazil. Inspired by international studies on Conversation Analysis applied in Psychotherapy, Conversation Analysis (CA) was adopted as our theoretical-methodological framework. Due to the microethnographic nature of this investigative model, the emic analysis of real consultations was convened. Our results demonstrate that both the relationship between actors and their membership categorization (fundamentally centered on face work and selves' emic categorization), shaped the therapists' actions as health-promoting interventions or, conversely, as of rhetorical posture, even as normalizing discourse. We hope to have contributed to a better emic and technical understanding of the psychotherapeutic process, strengthening research and professional practice models based on naturalistic evidence.

Keywords: Intersubjectivity; Psychotherapy; Conversation Analysis; Clinical Process

LISTA DE FIGURAS

Manuscrito 1

Figura 1 – Excerto 1 34

Figura 2 – Excerto 2 38

Figura 3 – Excerto 3 43

Figura 4 – Sistema de Transcrição Jefferson 54

Manuscrito 2

Figura 5 – Excerto 1 67

Figura 6 – Excerto 2 79

Figura 7 – Sistema de Transcrição Mondada (adaptado)..... 98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise da Conversa

ACP - Análise da Conversa em Psicoterapia (viz. Introdução, Manuscrito 1 e Conclusão Geral)

ACP – Análise de Categorização de Pertencimento (viz. Manuscrito 2)

APA - *American Psychological Association*

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

ISA – *International Sociological Association*

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Queer, Intersex, Assexuais e outras identidades ou orientações sexuais não cis-heteronormativas

LRT - Lugar Relevante de Transição

PBE – Práticas Baseadas em Evidências

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCUD - Termo de Consentimento de Uso de Dados

UCT - Unidade de Construção de Turno de Fala

UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 11
2.1. A emergência da intersubjetividade como categoria analítica 12
2.2. A intersubjetividade no ponto de vista acional 13
2.3. A análise êmica da intersubjetividade como recurso de avaliação da psicoterapia: contribuições da AC 15
3. OBJETIVOS 18
3.1. Objetivo geral 18
3.2. Objetivos específicos 18
4. REFERÊNCIAS DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 19
5. MANUSCRITOS 24
MANUSCRITO 1 - Conversation Analysis and the Investigation of Talk-In-Interaction in Psychotherapeutic Working Scenarios 24
MANUSCRITO 2 - Construindo o Self na Psicoterapia: Análise na Conversa e Análise de Categorização de Pertencimento 56
6. CONCLUSÃO GERAL 100
APÊNDICES 102
APÊNDICE A 103
Sistema de Transcrição Mondada (adaptado) 103
ANEXOS 105
ANEXO A 106
Termo de Compromisso de Uso de Dados 106
ANEXO B 107
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Estudo Original 107
ANEXO C 109
Parecer do CEP/UFCSPA 109
ANEXO D 113
Normas de Submissão da Revista *Research on Language and Social Interaction* 113
ANEXO E 124
Contrato de Publicação no livro "*International Perspective in Language and Work*" (*Springer Verlag*) 124

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação versa sobre o estudo empírico da intersubjetividade em cenários reais de atendimentos psicoterápicos. A fim de apresentar o constructo como marco central às teorias interpessoais da Psicologia (Piva et al., 2010; Lindström et al., 2021), foi preparada fundamentação teórica acerca de epistemologia recente sobre a intersubjetividade em seu entendimento acional (Lindström et al., 2021) e, em seguida, produzidos dois estudos empíricos que discutem sua aplicação pela Análise da Conversa em Psicoterapia (ACP), no intuito da análise êmica dos atendimentos reais e possíveis contribuições às pesquisas sobre processo clínico e Práticas Baseadas em Evidências (PBE).

O primeiro produto surge como capítulo de livro consequente a carta-convite, obtida após apresentação de trabalho no *IV ISA Forum of Sociology* no ano de 2021, estando relacionado ao uso da Análise da Conversa (AC) como recurso metodológico de análise de contextos institucionais, especificamente à psicoterapia, a ser publicado no livro "*International Perspective in Language and Work*" (*Springer Verlag)*. Como segunda produção, é apresentado artigo científico que desdobra a análise de categorização de selves de participantes em um atendimento psicoterapêutico real (primeira consulta), em sua associação à marcadores de pertencimento, a ser submetido na revista *Research on Language and Social Interaction* (*Taylor and Francis*).

Ambas produções que compõem o trabalho demonstram as potencialidades do estudo da intersubjetividade para a qualificação do processo clínico e a avaliação da institucionalidade da psicoterapia, desmembrada por meio da análise de fenômenos particulares da fala-em-interação, como epistêmicos, práticas sociais e categorização de pertencimento (Lindström et al., 2021; Voutilainen & Koivisto, 2022). Esperamos que o esforço empreendido e os resultados dos estudos empíricos possam fortalecer a pesquisa nacional sobre ACP e contribuir para o estudo dos processos em psicoterapia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Psicologia é marcada por complexidade na descrição e análise dos seus objetos de estudo (Gomes, 2021). Para a psicoterapia, essa discussão possui implicação direta no manejo de conceitos teóricos centrais ao desenvolvimento da técnica (Stenzel, 2022). Apesar de algumas instituições regulatórias internacionais, como a *American Psychology Association* (APA), estarem se orientando desde os últimos anos para a instrumentalização e sistematização metodológico-conceitual dos "bons" critérios para uma clínica qualificada (*Gütekriterien*), ainda existem desafios a serem superados (Solstad, Castonguay & Moltu, 2019; Flick, 2019).

Sobre a noção de "psicoterapia", revisões sistemáticas e meta-análises nos últimos anos demonstram que o conceito, apesar de certa variabilidade, tem sido visto como a implementação de métodos de elicitação de narrativas e técnicas reflexivas envolvidas na redução de sintomas psicopatológicos e na manutenção de relação entre cliente e profissional (Shedler, 2010; Nienhuis et al., 2016; Solstad et al., 2019; Robinson, Delgadillo & Kellett, 2019). A APA, propriamente, define "psicoterapia" como um conjunto de práticas aplicadas em encontros clínicos que objetivam, com base em evidências científicas, modificar os comportamentos, cognições e emoções dos clientes a médio e longo prazo, dentro de uma perspectiva singular de produção de bem-estar biopsicossocial (APA, 2012). Norcross e Wampold (2018) adicionam, ainda, o termo "culturalmente validada" como uma das principais preocupações da psicoterapia na atualidade. Os autores falam da necessidade de adaptações da psicoterapia às múltiplas características transdiagnósticas do paciente, incluindo cultura (raça/etnia), identidade de gênero, estilo de enfrentamento dos problemas emocionais e psicossociais, bem como preferências terapêuticas, espiritualidade e orientação sexual (Norcross & Wampold, 2018).

Pesquisas atuais têm refletido sobre a avaliação empírica dos atendimentos, demonstrando que ainda há forte aporte em esquemas teóricos internalistas na interpretação dos fenômenos clínicos (Schweiger et al., 2019; Hill & Norcross, 2023; Elliot et al., 2023). Isso impacta a abertura do campo às práticas contextuais de psicoterapia e dificulta o estudo de variáveis associadas a aspectos interpessoais ou relacionais dos atendimentos, que estejam desconectadas (inclusive de um ponto de vista ontogenético) de categorias individualistas.

Há a premência pela requalificação da própria ontogênese dos fenômenos psíquicos no que consiste a qualidade interpessoal da "cognição", "consciência" ou "subjetividade". Principalmente para as compreensões psicodinâmicas da clínica, o termo "intersubjetividade" tem ganhado força como categoria analítica útil ao

desenvolvimento da técnica, validado a contextos sociais diversos (Lindström et al, 2021). Neste âmbito, a APA vem criando espaços de pesquisa e estudo com objetivo de identificar elementos eficazes na relação terapêutica e determinar métodos de adaptação ou personalização da psicoterapia para o paciente, com base nas características transdiagnósticas, como a *Third Interdivisional Task Force* (Norcross & Wampold, 2018).

Na medida que nosso trabalho se propõe a discutir a intersubjetividade como marco teórico central às teorias interpessoais da Psicologia (Piva et al., 2010; Lindström et al., 2021), desmembraremos brevemente alguns elementos subjacentes à sua epistemologia. Esses pontos terão repercussão na qualificação ética da clínica atual e ao estado-da-arte dos estudos sobre processo psicoterapêutico e PBE (Hofmann & Hayes, 2018; Norcross & Wampold, 2018; Norcross & Lambert, 2018).

2.1. A emergência da intersubjetividade como categoria analítica

Foram por desafios associados à aplicabilidade de categorias sociológicas e psicológicas em modelos compreensivos, que a intersubjetividade surgiu como conceito de interesse para a solidificação da empiria na Psicologia, possuindo dois tempos de conceituação até seu refinamento nos paradigmas atuais (Piva et al., 2010; Lindström, 2021). O primeiro tempo diz respeito à inauguração do constructo pela Fenomenologia, desde o trabalho de Edmund Husserl (1859-1938) (o qual é apontado como o primeiro a utilizar a terminologia) e sua continuidade por autores como Schütz (1899-1959) (Piva et al., 2010). A Psicanálise, ainda, é contribuinte às discussões intrínsecas ao papel das relações de objeto na construção do discurso intersubjetivo na clínica, tendo como principais expoentes da temática Ferenczi (1873-1933), Klein (1882-1960), Winnicott (1896-1971) e demais autores das “Teorias de Campo” e “Terceiridade” (Coelho Junior, 2002; 2003).

Husserl (2019) chamou de “intersubjetividade transcendental” a conexão imanente do sujeito com o mundo-objeto e o mundo-transcendente, internalizados dentro do “ego” e com raízes na ideia da “empatia”. Essa última condição foi refinada por autores de correntes modernas do Pragmatismo, que investiram no uso desprendido da intersubjetividade em relação à subjetividade, bem como o seu posicionamento não “dentro” do ego, mas como sua contingência ambiental. Esse movimento, que dá maior ênfase à característica comunicacional do comportamento humano, foi conhecido como “virada linguística” (*linguistic turn*) (Zahavi, 2019).

Fazendo transição à virada linguística, Schütz (1962) foi pioneiro ao expandir as argumentações da Fenomenologia de Husserl, enquadrando a linguagem como campo iminentemente responsável (e responsivo) às produções conscientes de experiência. O autor propõe reflexão sobre as estruturas sincrônicas e diacrônicas na construção da realidade social, por meio das quais o *páthos* individual estaria associado à qualidade da narração dos sujeitos sobre suas experiências cotidianas.

Em paralelo aos caminhos abertos por Schütz, estudos aproximados aos cenários práticos de análise sociológica também começaram a endereçar os processos de categorização de self e de produções narrativa*s* na sistematização dos pertencimentos grupais, como partes integrantes dos estudos da intersubjetividade – ou, mesmo, como a manifestação empírica do conceito. A partir da lente do Interacionismo Simbólico de George Herbert Mead (1863-1931) e da Sociolinguística Interacional de Erving Goffman (1922-1982), se abriram vias para o estudo da interação em grau microanalítico. Este segundo tempo de conceituação diz respeito ao uso pragmático da intersubjetividade, para o qual se percebem maiores associações com a Sociolinguística Interacional e a Linguística Aplicada. O conceito de intersubjetividade, no ínterim, tem fundamentação em sua função interacional e sociológica (Gergen, 2009).

A concepção pragmática e microanalítica da intersubjetividade, ao caso aplicado à psicoterapia, tem se instalado no que a literatura convencional como "Pesquisas de design microanalítico sequencial"[1] (Elliot, 2010), centradas na análise da interação turno-a-turno estabelecida entre cliente e terapeuta, visando a codificação ou categorização das "respostas" de cada participante nos cenários de atendimentos. Estes designs habitualmente promovem a captação empírica do processo por gravação das sessões ou o uso de escalas de classificação.

2.2. A intersubjetividade no ponto de vista acional

Em uma teoria social contemporânea, a intersubjetividade está desenvolvida como categoria intrínseca à linguagem, tendo nela sua base evidencial. À guisa de uma perspectiva acional, o conceito ganha maior maleabilidade metodológica e, proporcionalmente, maior utilidade a campos aplicados, como a psicoterapia (Lindström et al., 2021).

[1] Adiante, notaremos que a AC, além de microanalítica, é também microetnográfica, pelo fato de "descrever como a fala-em-interação (face-a-face ou mediada por tecnologias) é organizada social e culturalmente em cenários particulares (como salas de aula), partindo de um ponto de vista sobre o uso da linguagem em encontros interacionais entre múltiplos participantes em sociedades complexas contemporâneas" (Garcez, Bulla & Loder, 2014 p. 261 e 262).

Tomando como base a perspectiva construcionista, bem como sua interlocução com as perspectivas fenomenológica, construtivista e sociolinguística, assumimos que a *interação* seja fenômeno de circunstância anterior à linguagem, adquirindo função especular no contato eu-mundo para a produção de um senso de interioridade e inserção no mundo formal das relações. Ela forja o próprio intuito da relação e da troca significativa com os objetos (Lindström et al., 2021). Gumperz (1982) estressa que, para haver entendimento consequente à interação, existe precocemente algum grau de envolvimento conversacional (ou intencionalidade, em termos mais genéricos) que proporciona aos interagentes um lugar de troca comum.

Ao falarmos do estudo dos padrões formais de interação (o "lugar comum" intersubjetivo), dizemos a respeito da manifestação espacial e temporal das ações conscientes e a possibilidade de acesso ao *processo* pelo qual elas, sincronicamente, sofrem transformação. Esse tipo de investigação, que estabelece a ação social como elemento que pode ser apreendido empiricamente, emerge como um recurso de acesso ao senso comum e suas manifestações ideográficas (corporificadas pelo uso da linguagem). Em sentido estrito, segundo Schegloff (1992; 1996b), a intersubjetividade pode ser concebida como um conceito de sensibilização (Blumer, 1954), inerente à organização formal das interações humanas[2], manifestada (e analisada) por meio de produções multimodais que:

(i) Descrevem o conjunto de eventos mecânicos/materiais e afetivos circundantes aos interagentes, que contenham alguma relevância para o encontro e, por isso, necessitem ser salientados;
(ii) Formulam, no intuito de inteligibilizar, caracterizar ou sintetizar, o conjunto de eventos ocorridos (ou em ocorrência), explicando sua formalidade e justificativa moral.

Tomando as orientações acima, a qualificação da intersubjetividade em sua conotação acional mobiliza o estudo dos aparatos conversacionais (estruturas lexêmicas, ações prosódicas e ações não-verbais) pelos quais os agentes, em mesmas circunstâncias espaciais, promovem sentido às falas uns dos outros ou, de forma estrita,

[2] Schegloff (1992 p. 1299) utiliza os termos "urdidura e trama" (*warp and weft*) para se referir metaforicamente à composição da vida social "ordinária". Para o autor, a intersubjetividade aponta para um *estado de atenção constante* a possíveis mal-entendidos (ou, utilizando a metáfora proposta, "destramas de entendimento") e suas soluções candidatas, no intuito de sustentação do senso comum. Notemos que é possível a sustentação da intersubjetividade mesmo em momentos de discussões ou discordâncias formais, conquanto haja engajamento interacional; radicalmente, a ausência de intersubjetividade desemboca na ausência de interação.

como geram relações sintáticas entre aquilo que intencionam e como essa intencionalidade se materializa na *demonstração de competências* em serem entendidos pela fala-em-interação (Heritage, 1984; Schegloff, 1988). A AC, modelo desenvolvido pelos sociólogos Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson, emerge como uma via de interpretação da intersubjetividade em seu grau prático, congregando os postulados levantados acima em um único arcabouço teórico-metodológico.

2.3. A análise êmica da intersubjetividade como recurso de avaliação da psicoterapia: contribuições da AC

Genericamente, a AC toma como base o estado de atenção constante que falantes exercem sobre as condutas uns dos outros, em relação à preservação de um self adequado à norma comum e em franca sustentação de uma face positiva para o meio (Mead, 1972; Goffman, 1967 cf. Schegloff, 1988; 2003; Koskinen, Stevanovic & Peräkyla, 2021). Essa caracterologia, assentada sobre o princípio "vernacular" dos processos ou ações sincrônicas (portanto "indígenas" aos interagentes cf. Schegloff, 2003), é o que orienta sua atenção aos princípios organizacionais das trocas-de-turnos, nomeadamente, por meio da sequencialidade, adjacência e preferência das falas. No escopo da psicologia clínica, as demonstrações de sintomas ou funcionamentos psicopatológicos farão parte desse sistema organizado de interação, participando da manutenção da intersubjetividade e do pertencimento institucional (Lindström et al., 2021). Nesta perspectiva, o "transtorno mental" não estaria localizado "nas circunvoluções ocultas do cérebro nem nos cantos ocultos da psique do paciente, mas sim em sua experiência vivida e nas relações com os outros" (Fuchs, Messas, & Stanghellini, 2019).

Schegloff (1992), recentemente resgatado por Lindström et al. (2021), argumenta que a análise da intersubjetividade em cenários institucionais deve refletir as defesas conversacionais usadas nos contextos cotidianos e como esses mecanismos acabam sendo utilizados para engendrar processos formais, complexos, de relações institucionais (tal qual a estabelecida parcialmente entre um psicoterapeuta e seu cliente). Essa institucionalização surge como subproduto da "infraestrutura procedural da interação"[3] (Schegloff, 1992, *[tradução nossa])* e, como tal, está organizada mediante o uso de práticas sociais e trabalhos constantes de categorização de pertencimento.

[3] Do original: "*procedural infrastructure of interaction*" (Schegloff, 1992 p. 1338).

Abrem-se, disso, duas esferas de validação da análise da intersubjetividade a partir da ACP.

A primeira faz referência à psicoterapia como um cenário em que existe, funcionalmente, certa oscilação entre formalidade e informalidade na comunicação da dupla. A exploração técnica da autenticidade e da *retórica* na interação clínica tem recebido ênfase em estudos recentes que avaliam sua contribuição ao sucesso do tratamento em longo prazo (Leonardi & Meyer, 2016; Norcross & Wampold, 2018; Norcross & Lambert, 2018; Parrow et al., 2019; Schweiger et al., 2019 e meta-análise sobre o papel da "empatia" e "autenticidade" em Nienhuis et al, 2016). Como dito anteriormente, estudos nos mostram que a maior intimidade entre profissionais e clientes garante ostensiva aplicação de novos repertórios conversacionais adquiridos ao longo do acompanhamento. Parte da ideia do vínculo estaria condicionada, inclusive, à autenticidade do contato da dupla e a forma como se consegue solucionar problemas ou empasses vividos ao longo do acompanhamento[4] (Nienhuis et al., 2016).

A observação, portanto, daquilo que é comum da interação clínica (Sacks, 1985) e o que faz parte do seu engendramento institucional, confere naturalística às análises das capacidades ou repertórios comportamentais dos clientes. A literatura tradicional em AC tem nos capacitado a entender *até onde* e *como* a avaliação da interação no cenário psicoterapêutico pode ajudar a criarmos inferências clínicas gerais acerca do comportamento dos clientes fora desses contextos (Schegloff, 2003). É na esteira dos estudos sobre os aspectos internos e intersubjetivos dos processos psicoterápicos (Peräkylä et al., 2008), que uma segunda esfera de estudos em ACP tem proporcionado fundamentação de uma psicopatologia interacional, que parte da análise do pertencimento dos interagentes em relação a certos processos psicopatológicos[5] (Bucholz & Kächele, 2017; Peräkylä & Bergman, 2020; Koskinen, Stevanovic & Peräkylä, 2021; Janusz et al., 2021).

[4] Voutilainen, Rossano e Peräkylä (2018) demonstram que duplas de clientes e terapeutas, com tempo considerável de acompanhamento, tendem a constituir metáforas ou articulações sistematizadas de tópicos de fala ou narrativas, que estruturalmente agilizam o endereçamento de assuntos delicados ou sensíveis, facilitando seu manejo e elaboração dentro das consultas psicoterapêuticas.

[5] Há, todavia, críticas que devem ser consideradas. Schegloff (2003) talvez possua a reflexão mais contundente a respeito do uso da AC para análise de transtornos neurolinguísticos e, extensivamente, ao uso do arcabouço para validação de disciplinas cognitivistas como a Psicologia. O autor demonstra que a análise da intersubjetividade em sentido acional compreende a alocação da psicopatologia como mais um, entre vários outros elementos, que compõem o pertencimento dos falantes. Seu estudo nos mostra que, em cenários de avaliação psicológica, muitos elementos que compreenderiam as funções básicas da cognição acabam sendo avaliados diferentemente, quando vistos em perspectiva diacrônica/hermenêutica (como em testes psicométricos) ou em sua forma sincrônica e acional.

Ambas as vias fornecem maior rigor e concretude para o estudo de fenômenos clínicos (Peräkylä, 2015) em sua análise sequencial e microacional. Isso solidifica a pesquisa dentro dos fatores comuns e proporciona via de associação com as abordagens focadas nos fatores específicos (Elliot et al., 2023; Hill & Norcross, 2023). Ainda, dentro da avaliação dos aspectos intersubjetivos e processuais da psicoterapia e de uma psicopatologia interacional, como seu estado-da-arte, destacamos: (a) as investigações sobre práticas sociais e a institucionalidade na psicoterapia, (b) a avaliação da ACP como recurso metodológico de compreensão de mudanças terapêuticas, (c) a utilização do modelo para o entendimento dinâmico/interacional de aspectos comportamentais e emocionais dos transtornos de personalidade cluster B e autismo e (d) o uso da AC no estudo do self na psicoterapia e sua relação com marcadores identitários. Para os itens, obtemos referências em: Potter & Edwards (2017), Buchholz & Kächele (2017), Peräkylä (2019), Buchholz (2019), Peräkylä & Bergman (2020), Koskinen, Stevanovic & Peräkylä (2021), Janusz & Peräkylä (2021), Lindström et al. (2021), Janusz, Bergmann, Matusiak & Peräkylä (2021), Voutilainen & Koivisto (2022), Elliott et al. (2023), Hill & Norcross (2023), Muntigl, Chubak & Angus (2023), para mencionar alguns.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Analisar, sob o ponto de vista microanalítico sequencial, a intersubjetividade estabelecida em cenários psicoterapêuticos focados na população da diversidade sexual e de gênero, ocorridos em uma instituição de formação e ensino de psicoterapia na cidade de Porto Alegre.

3.2. Objetivos específicos

a) Analisar, a partir da fala-em-interação institucional, aspectos internos de sessões psicoterapêuticas, associados à construção da intersubjetividade e da relação terapêutica;
b) Analisar o uso de formulações, prestações de conta, perguntas e interpretações como recursos técnicos da psicoterapia;
c) Refletir sobre aspectos relativos à técnica e à ética de processos clínicos focados na saúde da população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais e outras identidades ou orientações sexuais não cis-heteronormativas);
d) Demonstrar metodologicamente o uso/aplicabilidade da Análise da Conversa em Psicoterapia (ACP) como arcabouço para o estudo da intersubjetividade por meio da microanálise sequencial de sessões terapêuticas gravadas.

4. REFERÊNCIAS DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

American Psychological Association. (2002). Criteria for Evaluating Treatment Guidelines. *American Psychologist*, *12*(57), 1052-59.

American Psychological Association. (2006). Evidence-based practice in psychology. *American Psychologist, 61*, 271-285.

American Psychological Association. (2012). Guidelines for Psychological Practice With Lesbian, Gay, and Bisexual Clients. *American Psychologist, 67*(1), 10-42

American Psychological Association. (2013). Recognition of psychotherapy effectiveness. *Psychotherapy, 50*(1), 102–109. doi: 10.1037/a0030276

American Psychological Association. (2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychologist, 70*(9), 832-864. doi: 10.1037/a0039906

Blumer, H. (1954). "What is Wrong with Social Theory." *American Sociological Review,* 18, 3-10.

Buchholz, M. B., & Kächele, H. (2017). From turn-by-turn to larger chunks of talk: An exploratory study in psychotherapeutic micro-processes using conversation analysis. *Research in Psychotherapy: Psychopathology, Process and Outcome, 20*(3), 161–178.

Buchholz, M. B. (2019). Psychodynamic Psychotherapy Process Research: A quick ride through what you should know about process (research). *Journal of Analytical Psychology, 64*(5), 798–822. doi:10.1111/1468-5922.12547

Edwards, D., & Potter, J. (2017). Some uses of subject-side assessments. *Discourse Studies, 19*(5), 497–514. doi:10.1177/1461445617715171

Elliott, R. (2010). Psychotherapy change process research: realizing the promise. *Psychotherapy research: journal of the Society for Psychotherapy Research*, *20*(2), 123–135. https://doi.org/10.1080/10503300903470743

Elliott, R., Bohart, A., Larson, D., Muntigl, P., & Smoliak, O. (2023). Empathic reflections by themselves are not effective: Meta-analysis and qualitative synthesis. Psychotherapy Research, 1-17, DOI: 10.1080/10503307.2023.2218981

Flick, U. (2019). Gütekriterien qualitativer Sozialforschung. *In:* Baur, N., Blasius, J. (eds) *Handbuch Methoden der empirischen Sozialforschung*. Springer VS, Wiesbaden. pp. 473-489. https://doi.org/10.1007/978-3-658-21308-4_33

Garcez, P. M., Bulla, G. S. & Loder, L.L. (2014). Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, *30*(2), 257-88.

Gumperz, J. (1982). *Language and Social Identity*. Cambridge (MA): Cambridge University. Press.

Heritage, J. A. (1984). Change-of-State Token and Aspects of Its Sequential Placement. In: Atkinson, J. M. & Heritage, J. (eds.). *Structures of Social Action. Cambridge*: Cambridge University Press; 1984.

Hill, C. E., & Norcross, J. C. (2023). Psychotherapy skills and methods: Introduction to the special issue. Psychotherapy, 60(3), 237.

Hofmann, S. G., & Hayes, S. C. (2018). The Future of Intervention Science: Process-Based Therapy. *Clinical Psychological Science,* *7*(1), 37-50. doi:10.1177/2167702618772296

Janusz, B. & Peräkylä, A. (2021). Quality in conversation analysis and interpersonal process recall. *Qualitative Research in Psychology*, *18*(3), 426–449. https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1780356.

Janusz, B., Bergmann, J. B., Matusiak, F. & Peräkylä, A. (2021). Practices of Claiming Control and Independence in Couple Therapy With Narcissism. *Frontiers in Psychology*, *11*, eid: 596842. doi: 10.3389/fpsyg.2020.596842

Koskinen, E., Stevanovic, M., & Peräkylä, A. (2021). The Recognition and Interactional Management of Face Threats: Comparing Neurotypical Participants and Participants with Asperger's Syndrome. *Social Psychology Quarterly*, *84*(2), 132–154. https://doi.org/10.1177/01902725211003023

Leonardi, J. L., & Meyer, S. B. (2016). Evidências de eficácia e o excesso de confiança translacional da análise do comportamento clínica. *Temas em Psicologia*, *24*(4), 1465-1477. https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.4-15Pt

Lindström, J., Laury, R., Peräkylä, A. & Sorjonen, M. (2021). *Intersubjectivity in Action: Studies in language and social interaction*. Amsterdam: John Benjamins.

Mead, G. H. (1972). *Mind, Self, and Society*. Chicago, US: Chicago University Press.

Mascolo, M. F. & Kallio, E. (2020). The Phenomenology of Between: An Intersubjective Epistemology for Psychological Science. *Journal of Constructivist Psychology,* *33*(1), 1-28. doi: 10.1080/10720537.2019.1635924

Nienhuis, J. B., Owen, J., Valentine, J. C., Winkeljohn Black, S., Halford, T. C., Parazak, S. E., … Hilsenroth, M. (2016). Therapeutic alliance, empathy, and genuineness in individual adult psychotherapy: A meta-analytic review. *Psychotherapy Research,* *28*(4), 593–605. doi:10.1080/10503307.2016.1204023

Norcross, J. C., & Lambert, M. J. (2018). Psychotherapy relationships that work III. *Psychotherapy, 55*(4), 303-315. doi.org/10.1037/pst0000193.

Norcross, J. C., & Wampold, B. E. (2018). A new therapy for each patient: Evidence-based relationships and responsiveness. *Journal of Clinical Psychology, 74*(11), 1889–1906. https://doi.org/10.1002/jclp.22678

Parrow, K., Sommers-Flanagan, J., Cova, J. & Lungu, H. (2019). Evidence-based relationship factors: a new focus for mental health counseling research, practice, and training. *Journal of mental health counseling, 41*, 327-342. doi.org/10.17744/mehc.37.2.g13472044600588r.

Peräkylä, A. (2004a), Two traditions of interaction research. *British Journal of Social Psychology*, *43*(1), 1-20. doi:10.1348/014466604322915953.

Perakyla, A. (2004b). Reliability and validity in research based on naturally occurring social interaction. *In:* D. Silverman (Ed.). *Qualitative research: Theory, method and practice*. Sage. pp. 283-304.

Peräkylä, A. (2012). Conversation analysis in psychotherapy. *In*: Stivers T, Sidnell J (eds.). *Handbook of conversation analysis*. Chichester, England: Blackwell.

Peräkylä A. (2015). From Narcissism to Face Work: Two Views on the Self in Social Interaction. *American Journal of Sociology, 121*(2), 1-45.

Peräkylä, A. (2019). Conversation Analysis and Psychotherapy: Identifying Transformative Sequences. Research on Language and Social Interaction, *52*(3), p. 257-280.

Peräkylä, A., & Vehviläinen, S. (2003). Conversation analysis and the professional stocks of interactional knowledge. *Discourse & Society, 14*(6), 727–750. https://doi.org/10.1177/09579265030146003

Peräkylä A, Antaki C, Vehviläinen S., Leudar I. (2008). *Conversation analysis and psychotherapy*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

Muntigl, P, Chubak, L., Angus, L. (2023) Responding to In-the- Moment Distress in Emotion-Focused Therapy, Research on Language and Social Interaction, 56:1, 1-21, DOI: 10.1080/08351813.2023.2170663

Piva, A., Ponsi, A., Saldanha, C., Gomes, E., Martini, J., Dariano, J., . . . Spizzirri, R. (2010). Origens do conceito de intersubjetividade: uma trajetória entre a Filosofia e a Psicanálise contemporânea. *Revista Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade*, *9*, 71-91.

Robinson, L., Delgadillo J. & Kellett, S. (2019): The dose-response effect in routinely delivered psychological therapies: A systematic review. Psychotherapy Research, 1-18. doi: 10.1080/10503307.2019.1566676

Sacks, H. (1985). On doing “being ordinary”. In J. Atkinson (Ed.), *Structures of Social Action* (Studies in Emotion and Social Interaction, pp. 413-429). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511665868.024

Schegloff, E. A. (1992). Repair After Next Turn: The Last Structurally Provided Defense of Intersubjectivity in Conversation. *American Journal of Sociology*, *97*(5), 1295–1345. http://www.jstor.org/stable/2781417

Schegloff, E. A. (1996a). Confirming Allusions: Toward an Empirical Account of Action. *AJS, 102*(1), 161-216.

Schegloff, E. A. (1996b). Turn Organization: one intersection of grammar and interaction. *In:* Ochs, E, Schegloff, E. A., Thompson, S. A. (eds.). *Interaction and Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.

Schegloff, E. A. (2003). Conversation Analysis and 'Communication Disorders'. *In:* Goodwin, C. (Ed.). *Conversation and Brain Damage*. Oxford, UK: Oxford University Press, pp: 21–55.

Schegloff, E. A. (2007). A tutorial on membership categorization. *Journal of Pragmatics*. 39: 462–482.

Schweiger, J. I., Kahl, K. G., Klein, J. P., Sipos, V, & Schweiger, U. (2019). Innovation in Psychotherapy, Challenges, and Opportunities: An Opinion Paper. *Front Psychol*., *495*(10), 1-4. doi:10.3389/fpsyg.2019.00495

Shedler J. (2010). The efficacy of psychodynamic psychotherapy. *The American psychologist*, *65*(2), 98–109. https://doi.org/10.1037/a0018378

Solstad, S. M., Castonguay, L. G., & Moltu, C. (2019). Patients' experiences with routine outcome monitoring and clinical feedback systems: A systematic review and synthesis of qualitative empirical literature. *Psychotherapy research: journal of the Society for Psychotherapy Research*, *29*(2), 157–170. https://doi.org/10.1080/10503307.2017.1326645

Stenzel, L. M. (2022). SER-E-ESTAR-ENTRE: A CONDIÇÃO INTERSUBJETIVA DA RELAÇÃO TERAPÊUTICA. *Phenomenology, Humanities and Sciences*, *2*(3), 378-391. Recuperado de: https://phenomenology.com.br/index.php/phe/article/view/106

Stevanovic, M.; Peräkylä, A. (2012). Deontic Authority in Interaction: The Right to Announce, Propose, and Decide. *Research on Language & Social Interaction*, *45*(3), 297-321. https://doi.org/10.1080/08351813.2012.699260

Stokoe, E. (2010). Gender, conversation analysis, and the anatomy of membership categorization practices. *Social and Personality Psychology Compass*, *4*(7), 428–438. https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2010.00261.x

Stokoe E. (2012). Moving forward with membership categorization analysis: Methods for systematic analysis. *Discourse Studies*, *14*(3), 277-303. https://doi.org/10.1177/1461445612441534

Ten Have, P. (2012). Ethnomethodology and conversation analysis. *In:* H. Cooper; P. M. Camic; D. L. Long; A. T. Panter; D. Rindskopf; K. J. Sher (Eds.). *APA handbook of*

research methods in psychology. Washington, American Psychological Association, p. 103–117.

Voutilainen, L., & Peräkylä, A. (2016). Interactional Practices of Psychotherapy. *In:* M. O'rilley; J. N. Lester (eds.). *The Palgrave Handbook of Adult Mental Health: Discourse and Conversational Studies*. London, Palgrave Macmillan, p. 540-77.

Voutilainen L., Rossano F., Peräkylä A. (2018). Conversation Analysis and Psychotherapeutic Change*. In:* Pekarek, S. D., Wagner, J., & González-Martínez, E. (eds). *Longitudinal Studies on the Organization of Social Interaction.* Palgrave Macmillan. pp. 225-254.

Voutilainen, Liisa & Koivisto, Aino. (2022). 'Delayed response' in psychodynamic psychotherapy. Discourse Studies. 24. 249-265. 10.1177/14614456221090299.

Weiste E, Voutilainen L., Peräkylä A. (2016). Epistemic asymmetries in psychotherapy interaction: therapists' practices for displaying access to clients' inner experiences. *Sociology of Health and Illness*, *38*(4), 645-61.

World Health Organization - WHO. (1992). *ICD-10 International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems* Geneva: Author.

Zahavi, D. (2019). *Fenomenologia para principiantes*. Rio de Janeiro: Via Verita. (2007).

5. MANUSCRITOS

MANUSCRITO 1 - Conversation Analysis and the Investigation of Talk-In-Interaction in Psychotherapeutic Working Scenarios

Capítulo a ser publicado no livro "*International Perspective in Language and Work*" (*Springer Verlag*)

Conversation Analysis and the investigation of talk-in-interaction in psychotherapeutic working scenarios

Willian Maciel Krüger, Lucia Marques Stenzel, and Alexandre do Nascimento Almeida

Abstract: There is an expanding corpus of conversation analysis (CA) research in the field of psychotherapy that advances the concept of talk-in-interaction and its relevance in constructing and applying analytical categories beneficial to mental health practice. Such discussion concerns both methodological and technical improvement of psychotherapy, and the qualification of the so-called "psy" sciences (psychiatry, psychology, and psychoanalysis) as major areas for mental health care. The study of the interactional sequences of client and therapist responses is also crucial for gaining a deeper comprehension and refinement of public and private services, to inquiry institutionalized clinical protocols (e.g., DSM-5 and ICD-11), and for developing and enhancing healthcare policies. In this chapter, our aim is to illustrate how agents take practical account for their actions in psychotherapeutic working scenarios, emphasizing how this understanding constitutes a key element in comprehending the underlying praxis. By using the conversation analytic approach specific to psychotherapeutic contexts, we take a closer look at participants' social roles and linguistic practices to address the procedural and pragmatic organization of institutional interaction, as well as the ensuing evaluation of clinic interventions.

Keywords: Psychotherapy; Conversation Analysis; Talk-in-interaction; Evidence-Based Practice in Psychology

Introduction

Psychotherapy has currently been scientifically redefined, particularly regarding recent changes in evidence-based practice within clinical expertise (APA, 2006). In light of certain gaps in research agendas attempting to move away from a biomedical perspective when describing mental health phenomena, modern research has sought to acknowledge the potential of psychotherapy in developing an empirically-based approach for investigating evidence-based practices.

After the creation of psychotherapeutic evidence-based guidelines by the American Psychological Association (APA's task force) and, more recently, with the emergence of empirical and experimental studies on the evaluation of the psychotherapeutic process, the discussion on therapeutic relationship and the effectiveness of psychotherapy has shifted towards the examination of therapists' and clients' interactional conducts. It has been discussed how therapeutic interventions, mostly conceived as institutional interaction (or even as institutional talk-in-interaction), align with interactants' intersubjectivity in the clinical setting, and how this relationship is open to be adapted or modified by transdiagnostic aspects (Norcross & Lambert, 2018).

The primary intricacy lies in evaluating the relationship between agents in psychotherapeutic settings and how it could positively impact clients' health. Current research has tried to address these issues, yet there are still questions open to discussion[6] (Hofmann & Hayes, 2018). Considering such complexity, especially concerning the "process-driven" quality of psychotherapy, studies have been focusing on understanding

[6] As, for example, the quite belligerent debate over "common factors" (the intersubjective elements that provide a better operative alliance between practitioner and client) and "specific factors" (those associated with techniques and protocols adopted by psychotherapists to promote symptoms reduction) as better process analysis indicators for psychotherapy (Lambert, 2013; Norcross & Lambert, 2018; Norcross & Wampold, 2018).

how common factors emerge synchronically in psychotherapeutic scenarios (Buchcholz, 2019).

Quantitative research relies on psychometric instruments, such as questionnaires and scales, to measure and assess constructs commonly referred to as “therapeutic alliance”, “empathy”, “process”, and “relationship” (Nienhuis et al., 2016). These instruments serve as excellent examples of research focusing on how therapists, clients, and external observers perceive the therapeutic process. They also shed light on how psychotherapy progresses to attain therapeutic objectives in both short and long-term treatments. Primarily, they are employed as parameters for monitoring therapy's impact on clients (Maia et al., 2017). In terms of methodology, such a corpus of investigation relies on descriptive statistics and depends on techniques such as Panel of Judges or Delphi models. It has been pointed out, however, that quantitative research might present some limitations for the evaluation of more realistic/humanistic aspects of process.

On an opposing end, there are qualitative inquiry models that try to analyze the relationship through process-focused research (Elliott, 2010). These methodologies, based on the evaluation of processes through language and communication, suggest a more interpretative analysis of psychotherapy, where the observation and description of social actions converts to the analysis of intersubjectivity itself. Current literature indicates that the more detailed the analysis is conducted regarding intersubjectivity, the greater the comprehension derived from cross-cutting outcomes (Lindström, Laury, Peräkylä & Sorjonen, 2021). To provide that type of query, for the past fifteen years some researchers have been using Conversation Analysis in Psychotherapy (CAP) [7]

[7] CAP’s interactional analysis may be understood as an opposite body of research in relation to the coding and counting of aprioristic analytical categories, mainly seen in the Balesian tradition. CAP provides a

(Peräkylä et al., 2008). As mentioned by Hill and Norcross (2023) in their recent work on Psychotherapy Skills and Methods, Conversation Analysis (CA) holds unique promise for elucidating the clinical depth inherent in psychotherapy dialogues. Furthermore, literature has been positioning CAP as a valuable framework to explore intricate interactional subtleties for the disentanglement of competing causal processes, which, conversely, provides valuable approximations to causal descriptions of patient's behavior patterns or even personality traits (Lindström et al., 2021; Peräkylä et al., 2021).

Once departing from CAP's fundamental tenets, which conceptualize intersubjectivity as the process where speakers furnish each other with multiple possibilities of social membership and interaction skills (Sacks & Garfinkel, 1970; Sacks, 1992; Peräkylä, 2004a; 2004b; Schegloff, 2007; Peräkylä et al., 2021), there is great interest in understanding how membership is framed to omnirelevant categories of therapeutic environment. The objective is to investigate whether these memberships are associated with transformative sequences of clients' talk (Lindström et al., 2021), as much as they are alluded by typical social practices for agents' accounts, and whose rhetoric and institutional implications set clinical interventions (Peräkylä et al., 2021). As the main purpose of this chapter, these topics are to be discussed with naturally occurring data.

For doing so, CAP has shown a valuable framework for both empirical investigation and clinical development of interpersonal skills in psychotherapeutic contexts. Through a detailed analysis of language in actual clinical practice we believe it

dynamic understanding of interaction for its microscopic manifestation, supporting the idea that process analysis must encompass not only the content of the agents' talk, but also the communicational and formal resources employed throughout conversation (Peräkylä, 2004a). Research in this field advocates for the use of rigorous techniques for the generation, transcription, and analysis of conversational data.

is possible to provide better tools for both researchers and health practitioners (such as psychologists and psychiatrists) towards successful outcomes in healthcare.

General contributions of CAP for Evidence-Based Practice and Process-Based Psychotherapy Research

Evidence-Based Practice and Process-Based Therapies come from a history of convergence and divergence between schools of Medicine and Psychology. The growing academic interest to parameterize psychotherapeutic interventions in the short and long-run was a determining landmark of first evidence-based research, refined by the creation of an international task force. Since its creation, APA's task force has tried to investigate points of acuity of the clinical expertise, as well as the conditioning elements to the therapeutic success, related to specific and common factors of therapists and clients' relationship (Leonardi & Meyer, 2015; Stenzel, 2022). Without diminishing any presumed complementarity between specific factors and common factors for long-term outcomes of psychotherapy, it is recognized that the quality of the therapist-client alliance plays a significant role in clinical success (Norcross & Wampold, 2018). The interest regarding common factors has highlighted the "empirical assessment of the relationship" as a vanguard topic, from which intersubjectivity emerge as key to emic outlooks (Norcross & Wampold, 2018; Norcross & Lambert, 2018; Lindström et al., 2021).

In terms of Change-Process Research, Elliott (2010) points out four designs types for process-based method genres, viz., (a) the quantitative design focused on results, (b) the qualitative design of facilitating factors of the process, (c) the sequential microanalytical design and (d) the (design) by the approximation of significant events.

The latter encompasses the combination of the first three designs, mediated by factors or significant follow-up events, which may require different methodological approaches at different times of treatment. It is regarding the sequential microanalytical design that CAP has demonstrated its enormous expediency (Peräkylä et al., 2008; Elliott, 2010; Hofmann & Hayes, 2018; Lindström et al., 2021; Kruger, Stenzel & Almeida, 2022), by which the same literature has emphasized CA as a valuable methodological resource for evaluating the therapeutic process at an internal level.

CAP builds its landmark by giving "concreteness" to the actional convenience of interactants conducts (Lindstrom et al., 2021), as it reinterprets common factors as the everyday expression of therapists' and clients (linguistic) repertoire, as far as they *do with* or *formulate* inner mental states and emotional expressions. The analysis of these factors demands the use of natural empirical data (Nienhuis et al., 2016; Hofmann & Hayes, 2018).

Following the traditional "themes" of microanalytical research discussed currently by CAP (Lindström et al., 2021), there is focus on the technical usage of social practices that prospectively subsume "general order" of institutional actions within clinical encounters, especially their placement within transformative sequences, as illustrated below. The typical social practices of these scenarios will be consigned as accounts, formulations, interpretations, questioning, elaborations, and corrections (Peräkylä et al., 2008). These typologies are lexemic structures which allude to cognitive states and emotional postures from clients and therapists that, in deep analysis, promote the sequential and indexical transformation of turns-of-talk and social memberships (Peräkylä, 2012).

To validate this type of analysis, it is necessary to convene analysis to the institutional environment of therapy and its consequences to long-term outcomes

(Heritage, 2018). For institutionality, we refer to the statutory quality of the speakers' competences, which are affiliated to specific knowledge domains (such as the "biography" domain or the "clinical/professional knowledge" domain), as they set the psychotherapeutic session within institutional circumscription, to wit, a formal *agenda* (Heritage, 2018). These institutional territories are called "epistemic domains", as they are associated with how speakers position themselves in less or more privileged positions or stances over some knowledge repertoire (Heritage, 2018). The more a speaker affirms or challenges facts within a specific domain, the more their epistemic stance is affected. Proportionately, the presumption of a high/prestigious epistemic status for a given speaker (such as an expert) will help in the stability of a given status[8].

The cross-sectional evaluation of social practices and their economic consequences to participants epistemic status is of great importance for the study of the psychotherapy and clinical process, providing a sophisticated empirical basis for the evaluation of the effectiveness and manufacture of the treatment to different typologies of users (Heritage, 2018). From a technical point of view, when understanding treatment "bad" outcomes, as well as problems with therapeutic affiliations/alliances and bad management of emotions, it is plausible to argue that this economic base could serve as a touchstone for new practitioners training and interested researchers.

Data and method

[8] For example, in psychotherapy, the status of "expert" is generally attributed to the therapist, placing him or her as a participant with a high epistemic stance on matters involving clinical treatment and setting management (Weiste & Peräkylä, 2013). Nonetheless, it would not be true to assume that the psychotherapist's high positioned stance would remain unscathed during *all* the encounters, without dispute or even renegotiations by/with clients (Krüger, Stenzel & Almeida, 2022).

In this chapter we focus on the analysis of a video-recorded real psychotherapeutic session that took place in a private clinic specialized in LGBTQIA+ (lesbian, gay, bisexual, *travesti*, transsexual, transgender, queer, intersex, asexual, and other non-normative gender identities or sexual orientations) population healthcare in south Brazil. The data selected for this chapter was generated in 2017 and is part of a larger research project approved by the Federal University of Health Sciences of Porto Alegre (UFCSPA) Ethics Committee (Ethical Approval No. 2.477.440).

In the session under discussion, Rafaela, a self-identified transsexual woman, sought the service to obtain a psychiatric report that attested her gender dysphoria. This report was necessary for her to change her name in the civil registration, in accordance with the prevailing Brazilian legislation at the time of data collection. On that occasion, Ademir, a psychotherapist with psychiatric academic background and cognitive behavioral therapy (CBT) professional training, was responsible for conducting the session. The primary objective of this initial session, following the customary procedures within the clinical institution, was to analyze the client's demands and determine whether psychotherapeutic treatment should be recommended or not as an outcome.

The data were transcribed following Jefferson's transcription system (Hepburn & Bolden, 2013) (Appendix 1). We would like to emphasize that we were not directly involved in the recording of the session. However, one member of our research team had engaged in ethnographic immersion within the clinical institution for a period of four months before obtaining permission to access the data discussed in this study. To develop continuous evaluation of their own service and to offer professional training on CBT, the clinic staff used to record all first appointment sessions as study and research materials. We gained access to a set of nearly seven hours of these recorded interactions

and proceeded to obtain the participants' informed consent to use this set as part of our research corpus as naturally occurring data, i.e., data that usually happens in the world without any kind of researcher's intervention.

Participants are anonymized using pseudonyms (Ademir and Rafaela) and referred to as "therapist" and "client" when their institutional roles become relevant for the analysis of their ongoing actions. Since the original data are in Brazilian Portuguese, we have provided a close English translation for each turn of talk, along with descriptions of participants' non-verbal actions.

As our theoretical and methodological framework, we employ the principles of CAP to examine and discuss the sequential organization of the turn-taking system, with a particular emphasis on the institutionalized nature of psychological working scenarios. Guided by these principles, we reflect on how CAP conjoins scientific evidence and qualitative social investigation of psychotherapeutic contexts through empirically-based research.

Transformative sequences in psychotherapy: the sequential organization of the turn-taking system

To emphasize the importance of examining the organization of turn-taking in talk-in-interaction, this section delves into participants' cognitive positioning concerning their task, crucial for sustaining institutional competence. These considerations align with fundamental tenets of the conversational framework, namely sequentiality, adjacency, and preference (Sacks et al., 1974; Sacks, 1992; Deppermann, 2005; Schegloff, 2007).

Sequentiality deals with the continuous and logical aspect of talk exchanges. It denotes that each turn of talk (i.e., an elocution) is sequentially positioned within the

interaction, one after the other. Participants do not tend to talk in overlap for long periods of time, which guarantees a logical, organized, and continuous stream for their actions (Sacks et al., 1974). For a speaker to take the turn, it would entail favorable contexts for that to happen (Schegloff, 2007). On the strength of sequentiality, speakers must reference previous turns (in fact, right after the production of the previous utterance) by the adjacency of their talk (Sacks et al., 1974). For each turn produced (first part of the adjacent pair) there must be a complement (second part), positioned after the production of the first utterance. The adjacency thus projects actions with conditional relevance to the previous talk (Goodwin & Heritage, 1990). In view of both principles (sequentiality and conditional relevance), some turn units will prefer certain types of answers over others (as for those answers being the second part of a same adjacency pair). This is what the principle of preference concerns, whereas it is not tied to the morphosyntactic structure of utterances, but to discrete response possibilities that are mediated by local commonsense, where the delimitation of the preferred response will only be visible and confirmed in a consequent *third position* (Schegloff, Jefferson & Sacks, 1977; Goodwin & Heritage, 1990). Preference (or dispreference) deals with the social intelligibility of some conduct when it is scrutinized by interlocutors under certain sets of emic perspectives (Goodwin & Heritage, 1990).

These three turn-taking fundamentals guide what Peräkylä (2019) explores as the basis for the *practical* understanding of speakers' "cognitive" actions: therapists promote the *transformation* of clients' talk through the sequential structure typical of recognition-response-evaluation of a previous interlocutor's formulation. Thus, from a *prior action* elicited by the client (first part of the adjacent pair) the therapist positions the client's action within the previous stretch of talk, evaluating it and promoting a sequential transformation as a *target action,* giving the possibility for the client to

respond to such formulation. This response highlights the preference of what was understood from the therapist's previous formulation and gives new elements for further interactional work, which most of the time will be funneled by therapist in *third position* (that is, the fourth element of the sequence or "the response to the response").

Considering that such elements are not so easily glimpsed by an unfamiliar audience, as well as they represent the "omnirelevant" logic for the evaluation of the intentionality behind agents' conducts in clinical settings, we present an analysis of naturally occurring data of the CAP principles mentioned above. The excerpt under examination (Figure 1) explores the moment in the session when Ademir (therapist) and Rafaela (client) talk about how Rafaela used to play with "feminine stuff" in her childhood. Rafaela reports that on one occasion her mother saw her playing with dolls and spanked her. The client says that following this episode of violence, she started hiding to play with her favorite toys, as her family, at the time, perceived her as a boy.

Figure 1 - Excerpt 1

0302	Rafaela	**eu apaguei isso (.) mas eu sei que a partir**	PRIOR ACTION
0303		I erased this (.) but I know that from	
0304		**daquele momento eu fazia tudo escondido?**	
0305		that moment on I did everything hidden?	
0306	Ademir	**urrun**	
0307		mhm	
0308		(0,5)	
0309	Rafaela	**as brincadeiras eram escondidas,**	
0310		the plays were hidden,	
0311	Ademir	**arran**	TARGET ACTIO
0312		uhun	
0313		(1,0)	
0314	Ademir	**sim (.) mas o interessante então tu já tinha o**	
0315		yes (.) but the interesting thing is that you already had	
0316		**entendimento até tu fazer escondido (.) duma: (0,3)**	
0317		the understanding till you did it hidden (.) from a: (0,3)	
0318		**preferência maior (.) sei lá (.) do que a gente**	

0319		major preference (.) I don't know (.) from what we	N
0320		**pode classificar como sendo do mundo das**	
0321		can classify as belonging to the world of	
0322		**meninas [daí] rafaela.**	
0323		girls [right] rafaela.	
0324	Rafaela	**[sim]**	RESPONSE
0325		[yes]	
0326		(1,0)	
0327	Rafaela	**mas isso era errado (.) sabia que não podia**	
0328		but it was wrong (.) I knew that I couldn't	
0329	Ademir	**urrun:**	
0330		mhm:	
0331		(1,5)	
0332	Rafaela	**porque já em casa já tinha sido:**	
0333		because in my house it was already	
0334		(1,2)	3rd POS.
0335	Ademir	**essa certa repressão.**	
0336		this kind of repression.	
0337	Rafaela	**é:**	
0338		yea:h	

Rafaela initially says that following the episode of violence she endured, she attempted to "erased" this incident from her head (line 302) but, paradoxically, continued to play hidden (lines 302 to 310). The therapist acknowledges the client's narrative (line 311) and then transforms this prior action, formulating it. Ademir states that Rafaela possessed "an awareness" that she was playing in secret, further commenting that she displayed a "preference for the world of girls" (lines 314 to 323). Notably, the therapist produces a new target action that guides the client's previous narrative towards a specific understanding, in this case, associated with her identity construction as a transsexual woman (presumably, in his perception, she probably had some interest since childhood for feminine traits and stereotypes).

In response (lines 324 to 333), the client agrees with the therapist, elaborating his formulation by saying that, despite preferring the feminine world, she knew "that

this was wrong" and that she "could not" play with this kind of stuff. Even before the client finishes her response (line 332), in third position, the therapist completes her talk, saying that there was some "repression" going on (line 335). We note that the expression "repression" could be associated with emotional circumstances that operated for Rafaela to conceal her identity from her family (in this moment of the interaction, especially from her mother). Furthermore both interactants delve into a discussion about how the client experienced life within such a repressive family.

In terms of sequential organization, the excerpt above shows that transformative sequences in psychotherapy (such as prior action – target action – response – third position) involve fine work between client and therapist to build a common understanding of their institutional memberships throughout interaction. We observe that there is an abductive logic in the process of meaning construction for their talk, as, technically, the practitioner (therapist) must promote interactional space for the client to produce a biographical narrative. The therapist can then formulate this narrative (or interpret it), enabling the elaboration of his formulation by the client in third position (Peräkylä, 2019). The principles of sequentiality and conditional relevance serve as our guiding framework for understanding the structural and formal organization of interactional conduct concerning the categorization of roles as 'therapist' and 'client.' These principles are closely intertwined with the communicational dynamics that agents employ to situate questions, narratives, formulations, or assessments within any given conversational segment.

In the following sections, we explore the typologies of interactional practices commonly employed in psychotherapeutic settings and examine their correlation with the institutional behaviors adopted by the speakers. We argue that, guided by the

principles of turn-taking organization, each practice elicits an epistemic stance for each speaker, ensuring the presence of formalized mechanisms for rhetoric.

Social practices in clinical settings: practical accounts for social conducts

As mentioned before, when we talk about social practices, we refer to multi-unit stretches of talk that characterize prospectively some interactional topic or member, subsuming a general order for speakers' future actions (Peräkylä et al., 2008). For example, if some interactant asks something within a given conversation, he/she will probably receive an answer from his/her coparticipants. Recursively, there are specific types of social practices that often guide the therapist's conducts, in that they promote an intelligible objective experience for the client throughout the clinical process (Peräkylä et al., 2008). Therefore, before unraveling some of these practices, we argue *why* it is important to understand their use in psychotherapeutic contexts.

For Peräkylä (2012) and Voutilainen & Peräkylä (2016) social practices in psychotherapy concern the quality of the relationship established between therapist and client, as they express organic and heuristic ways of dealing with emotional resistance or affiliative conflicts in the setting. In other words, they organize clients' narratives, managing to work on resistances in the therapeutic process, as well as to help therapeutic alliance and to deal with negative emotions. For that matter, they are seen as communicational subterfuges that facilitate therapy in the short and long terms.

We are interested in highlighting the role of these social practices for warranting agents' conducts together with the follow-up of protocols or even discourses with institutional consequences (Heritage, 2018). For participants' discursive conducts, we refer to their statutory quality as Habermas (1984) has already characterized it, in the

sense of (a) intelligible elocutions that are (b) truthful in their consequences (producing real effects for interlocutors' perception), (c) performative (as they are related to the synchronic occurrence of language actions), and (d) intentional and referenced by/to commonsense knowledge. In that scope, speakers define domains for their knowledge, and negotiate any possibility of its transformation. As called before, these discursive territories of knowledge are known as *epistemic domains*, as they are associated with social practices and with how speakers position themselves within privileged stances (Heritage, 2018).

In the following excerpt, the dyad continues to discuss Rafaela's feeling of being "paralyzed" regarding her gender expression, as well as her experiences of repression by her parents. Further in the sequence, Ademir accounts for the questions he was asking Rafaela and then continues to explore the emotional aspects underlying psychological and physical violence suffered by his interlocutor.

Figure 2 – Excerpt 2

0487	Ademir	**é tu >s-sabe assim ó< nós somos da área da saúde**
0488		yeah you >k-know like this< we are from the me:ntal health
0489		**menta:l [né] então a gente e- (0,3) eu (.) vou**
0490		area [y'know] so we I- (0,3) I (.) will
0491	Rafaela	**[sim]**
0492		[yes]
0493	Ademir	**acabar te perguntando co:isas [mu]ito relacionado a**
0494		end up questioning thi:ngs [qui]te related to
0495	Rafaela	**[tá]**
0496		[yeah]
0497	Ademir	**isso >não é<,**
0498		this >right<,
0499		**(0,3)**
0500	Ademir	**porque do jeito que tu fa:la (0,3) >há há há< uma**
0501		because the way you pu:t it (0,3) >there's there's there's< a
0502		**compreensão tua (0,3) mas parece que u- uma ide:ia**
0503		comprehension from you (0,3) but it seems that a- an idea

0504		**>que surgiu< de uma auto (.)repressão tua de também**
0505		>that started< from a self (.) repression too
0506		**que parece que: (0,4) condenando isso >não é<,**
0507		that seems tha:t (0,4) condemning this >right<,
0508		**(0,4)**
0509	Ademir	**>não sei se< condenando ou no mínimo**
0510		>I don't know if< condemning or at least
0511		**[te preservando]**
0512		[preserving yourself]
0513	Rafaela	**[é: não sei condenand-] condena:ndo nã:o,**
0514		[ye:ah I don't know condemn-] no:t co:ndemning
0515	Ademir	**urrun**
0516		mhm
0517	Rafaela	**n- na verdade e:ra me:do né,**
0518		a- actually it was fe:ar you know,
0519	Ademir	**arran**
0520		uhum
0521		**(0,6)**
0522	Ademir	**pois é (.) [isso gerava]=**
0523		so (.) [this created]=
0524	Rafaela	**=[medo do desvaLO:R] medo de [sofrer]**
0525		=[fear from disvaLU:E] fear from [suffering]
0526	Ademir	**[arran]**
0527		[uhum]
0528	Ademir	**alguma consequência**
0529		some consequence
0530		(1.0)

Between lines 487 and 498, Ademir *accounts* for the sequence of questions he plans to ask Rafaela. Accounts are mostly used to explain or prelude any type of abnormal conduct or to morally contextualize it within the interactional sequence (Schegloff, 2007). In doing so, the therapist guarantees relative onticity to the projected action, stressing that it will be necessary to continue asking "things quite related to this" (line 493), which, in his perception, is an expected conduct for "mental health" professionals (lines 487 and 489). Through this action, he explicitly demonstrates that it is an anticipated trait for psychotherapists to meticulously inquire into the emotional

backgrounds of their clients' histories. In addition, considering the interactional characteristics of accounts, this practice would help to maintain a strong epistemic position concerning the session's agenda (which involves investigating the client's past relationships), without facing any challenges or experiencing discomfort, particularly in relation to the high emotional sensitivity associated with the subject.

The client aligns with the therapist's account with "yes" and "yeah" (lines 491 and 495), enabling the practitioner to *formulate* her previous narratives, transforming and directing their content to more specific characterizations of her emotional state in childhood (i.e., a more definite domain of information): he says that from the "idea" of "self-repression", the client would end up "condemning" herself too (lines 504 and 506). Formulations in psychotherapeutic contexts are the most used actions for assessments, as they enable the transformation of parts of a given interactional topic (Antaki, 2008). This type of practice provides a certain summarization for any conversation stream (Heritage & Watson, 1979) and, in what the client's narrative consists of, they help the therapist to highlight aspects that he/she considers most relevant to clinical work.

Before examining the client's response to the therapist's formulation, it is essential to scrutinize the morphosyntactic characteristics of his previous turns of talk. Initially we notice non-lexical perturbations (such as the lengthening of several vowels, as in "mental", "things", "idea" and "put"), the alliteration and accelerated pace of many conjoining expressions (such as the repetition and rapid pace in "there's", or acceleration of "know like this" and "that started"), and greater emphasis for terms as in "related" and "condemning". Since the main task of his transformative sequence was to change the idea of "self-repression" to "self-condemnation", such morphology would significantly matter for recipient design, i.e., the adaptation of communicative behavior

to a particular addressee (Garfinkel, 1967; Sacks, Schegloff & Jefferson, 1974). This morphology would contribute to mitigate any sort of non-preferred response from the client (Schegloff, 2007).

Following the therapist's formulation, in which he employs “condemning” as a lexical substitution for “self-repression”, he engages in self-repair, indicating that perhaps it was not the most suitable word choice to describe the client's feelings. However, he notes that “at least” it falls within the spectrum of self-preservation (lines 509 to 512). In overlapping speech, the client ratifies the inadequacy of such substitution, saying that it was not the case (line 513). The client’s response shows that the therapist’s target action, in using “condemning” as a valid category, would not be a proper lexemic candidate for her feelings. When rebuilding the meaning of his sequence through self-repair, the therapist prevents it from being corrected by the client and avoids losing epistemic stance over the topic being discussed. In this sequence, self-repair can be linked to an economical strategy in terms of epistemic status. It leads to a lower epistemic status for the therapist, as illustrated by the client's correction of his previous intervention.

The self-repair movement and the further client’s ratification allowed the client to take the floor (line 517) as she expands the therapist’s formulation by saying it was “actually fear” she felt for being repressed by her parents. The therapist then starts to formulate her again, using the “so” preface and the production of a new transformative sequence. Here, we briefly digress to specifically address what distinguishes the therapist's introductory statement (line 522) as a preamble for a formulation, rather than another practice, such as interpretation.

Initially, we note that the therapist’s action, given the interaction’s sequential characteristics so far, aims at producing one more transformation and summarization of

the client's talk (as he uses the argumentative preface "so", the pro-term "this", and the verb "create", related again to a "mental" or "cognitive" category, cf. Deppermann, 2005). As he had somewhat diminished his epistemic stance through self-repair, to proceed with his intended course of action, he would need to re-establish a certain level of stance to guide the interaction towards new topics. His practice would allude to a "formulation-like" action. By merit, the only other interactional practice that promotes deletion, transformation and repetition of interlocutor's previous talk would be *interpretation* (Antaki, 2008).

Nonetheless, differently from formulations, interpretations transform the content of a sequence not depending only on the previous talk, but also from the therapist's *own perception of it*. In technical terms, we could assert that interpretation represents the utmost developed and transformative mechanism for psychotherapy, as it normally leads the recipient to a considerable new perspective over a given set of characteristics (Peräkylä et al., 2008; Peräkylä, 2012).

The "third-turn proof" procedure (Heritage, 2018) shows us that the therapist's action is a formulation, as the client herself, in overlapping speech, expands and completes the therapist's turns, arguing that it was a matter of fear of "disvalue" and "suffering some consequence" (lines 524 and 528). The fact that the client herself carries out the therapist's practice, adding items from her epistemic domain, confirms a potential (and not completed) formulation of the previous talk (line 522). Furthermore, the client exhibits a level of competence and epistemic stance equivalent to that of the therapist. This can be understood, initially, as a strong intersubjective affiliation between them (Peräkylä, 2012), but it also underscores the complexity of the negotiation process, particularly when addressing the emotional aspects of the client's personal history, which may pose challenges for the therapist.

This section briefly demonstrates that the attention to social practices and agents' epistemic stances, together with the observation of the principles of turn-taking organization, help us to empirically glimpse the subtleties of clinical practice. The most important thing in this descriptive work is to comprehend how agents' *local actions*, understood by the semantic and morphosyntactic aspects of their talk, construct meaning for their intersubjective experiences. Instead of delving into the internal states of speakers, it emphasizes observing the external manifestations and social expressions of clients' perceptions and emotions. As highlighted by Muntigl, Chubak & Angus (2023), CAP can assist therapists in gaining a more profound comprehension of and effective response to emotional distress within the ongoing, moment-by-moment interaction.

Psychotherapy as a working scenario: rhetoric and institutional membership

As we accounted for the interactional usage of social practices within the therapeutic setting, oriented by interactants' epistemic stances, it is relevant to analyze moments in which there is an offset pervasion of these conditions, namely, those moments in which social practices and participants' status are used for rhetoric. In this scope, moments before Excerpt 3 was elicited (Figure 3), the client tells the therapist about her childhood and adolescence. Rafaela reports that, until the age of eighteen, she did not leave her parents' house because her mother ensured she refrained from doing so. This fact, besides being understood as repressive by Rafaela, also prevented her from being killed.

Figure 3 – Excerpt 3

0757	Rafaela	**e aí: e o que eu falei até pra outra ps:iquia:tra**
0758		and the:n what I also told the other psy:chia:trist
0759		**né.**
0760		you know.
0761		**(0,8)**
0762	Rafaela	**>porque ela disse< que eu era um caso totalme:nte**
0763		>because she said< that I was a totally:
0764		**atí:pico (.) porque isso só se manife:sta na infância**
0765		atypical case (.) because it only manifests during childhood
0766		**e na adolescência.**
0767		and adolescence.
0768		**(1,0)**
0769	Rafael	**e eu falei nossa (0,5) me man- se: manifesto:u**
0770		and I said oh my (0,5) me man- i:t manifeste:d
0771		**nessa época só: que: (0,5) se eu seguisse se eu**
0772		at that time ju:st tha:t (0,5) if I continued if I
0773		**não [fosse: (1,0) como é que] eu vou te dizer (.)**
0774		wa:s[n't (1,0) how could I] tell you (.)
0775	Ademir	**[((acena positivamente))]**
0776		[((nods affirmatively))]
0777	Rafaela	**cercea:da,**
0778		restri:cted
0779		**(0,6)**
0780	Rafaela	**hoje eu poderia tá mo:rta**
0781		today I could be de:ad
0782		**(.)**
0783	Ademir	**°>urrun<°**
0784		°>mhm<°
0785		**(0,6)**
0786	Ademir	**a:h não >pois é< deixa eu ver se eu entendi (.)**
0787		a:h no >so< let me see if I get it (.)
0788		**e- ela disse pra ti que de repente (.) >porque<**
0789		s- she told you that perhaps (.) >because<
0790		**(0,6) usa:ndo-se os termos que >alguns**
0791		(0,6) usi:ng the terms that >some
0792		**profissonais< usam >de repente tu tu< te assumiu**
0793		professionals< use >perhaps you you< came out
0794		**como rafae:la:**
0795		as rafae:la
0796		**(0,5)**
0797	Rafaela	**ta:rde demais=**

0798		too: late=
0799	Ademir	**=>na fase adulta< tardiamente (.) tá:,=**
0800		= in late >adulthood< (.) ri:ght,=
0801	Rafaela	**=((acena positivamente))**
0802		=((nods affirmatively))
0803		**(0,5)**
0804	Ademir	**né,**
0805		you know,
0806		**(0,7)**
0807	Ademir	**sim (.) mas e talvez ela não conseguiu entender**
0808		yes (.) but maybe what she couldn't understand
0809		**que a tua história começou lá:: na infância que é**
0810		was that your story started the:re in childhood that's
0811		**o que eu tô entendendo.**
0812		what I am understanding.

The client explains that in an appointment with "another psychiatrist" she was referred to as a "totally atypical case" of transsexuality (lines 757 to 764). She reports that this psychiatrist said that transsexuality "only manifested during childhood and adolescence" (lines 764 to 767), which contradicted Rafaela's earlier assertion, that she had come out as trans in her thirties. After a brief pause, the client expresses her surprise at the statements made by this psychiatrist. She explains that she hadn't revealed her non-conforming gender identity earlier because it could have put her life in danger, adding that "being restricted" (lines 769 to 780) was a way for her to stay safe.

After the therapist's continuator (line 783) and a brief pause (line 785), he takes the floor (line 786) and produces the preface "ah", followed by the particle "no". It is interesting to note that "ah", in association with "no", does not explicitly introduce a new interactional topic, as this particle does not imply adversative relevance to the content referenced by the preface "oh", which, in turn, points to a change-of-state token (Heritage, 1984). Afterwards, the therapist produces "so" in accelerated pace – also understood as a disjunctive particle – and starts to formulate the previous assertions

(lines 788 to 795), first by stating that this psychiatrist may have told Rafaela, “using the terms that some professionals use”, that she “came out” as Rafaela at this point in her life. We point out that, until line 795, the therapist’s formulation was not syntactically complete, as well as there were non-lexical disturbances present in the speaker’s turn, such as the prolongation of the vowel “a” and the elevation of the intonation of the stressed syllable of “Rafaela”. These syntactic and prosodic markers indicate that the participant’s utterance did not qualify as a complete formulation. After the pause in line 796, the client expands the therapist’s sequence, completing his turn of talk with “too late” (line 797). Ademir, in the next turn, corrects the client and says emphatically it was “in late childhood” (line 799).

At this point, we make two analytical observations about the sequence above: (a) the client tries to complete the therapist’s talk, showing her competence (together with a high epistemic stance over the topic under discussion) to finish-off his formulation, and (b) the extension suggested by Rafaela would, if accepted by the therapist, diminish her own epistemic authority within the context of this session (given that formulation, in this particular scenario, is typically an action undertaken by the therapist). The extension, however, is corrected by the therapist. It is worth mentioning, as already endorsed in a previous study (Krüger, Stenzel & Almeida, 2022 cf. Arano, 2018), that a correction of a response in fourth position to a request for confirmation, given in second position (as a target action), is not something simple to achieve interactionally: when a speaker X requests confirmation (as part of his target action) for his interlocutor Y and, after the response of Y, X corrects the confirmation of Y (in third position), that indicates that X’s target action was something on the *rhetorical* spectrum. Due to these constraints, the use of correction in this sequence increases the epistemic gradient between the domains of this session, since it proposes the replacement of a term

proposed by the client (from her epistemic domain, that is, her biography) by a term attached to the therapist's domain (his impression of another psychiatrist's practice).

Further in the interaction, another referential marker is used, "yes" (line 807). There is increased intonation in the therapist's voice and a later use of the adversative conjunction "but" (line 807). The practitioner then references and expands on the previous turns with an interpretation (lines 807 to 812). The therapist says that "perhaps she (the other psychiatrist) might not have" understood that Rafaela's "story began there in childhood", while *he* himself was "understanding".

In this excerpt, we see that the participants have interwoven the conversation with intricate sequences of interactional practices to formulate assessments regarding the client's prior accounts. This process involves the inclusion of the category "other psychiatrist" while concurrently stressing the therapist's legitimacy and authority over the domain of the session (as he could also be categorized under the same membership, i.e., as an unwary professional). In his defense, the therapist uses a sequence of a prefaced formulation and a prefaced interpretation, followed by a correction in fourth position, to re-qualify the client's experience and to save his face (Goffman, 1967) – and, maybe, the other psychiatrist's face as well.

Because of such complexity, we should reflect on participants' work to maintain intersubjectivity steadily, especially because the set of practices addressed by the therapist, as the expert in this setting, was also intertwined with the client's vernacular connection with her role in/for the epistemic economy of the interaction. In other words, when dealing with a client's biography, the therapist generally is in a domain of knowledge that is not his/her own, being liable to make use of rhetoric as a resource to keep his/her epistemic status in a safe position. This paradox, characterized by expertise

and unfamiliarity, is a common occurrence in institutional scenarios, such as psychotherapeutic sessions.

It is interesting, however, that "face work", in the emic sense of the expression, does not refer to ritualistic protocols adopted by speakers, as the Goffmanian tradition supposes, but to a locally situated guarantee of their social intelligibility among common institutionality. Face, in this context, is restricted to the categorization work involved to maintain epistemic status asymmetric, using several (and sometimes rhetoric) communication strategies. This work represents, like many other works in talk-in-interaction, a permanent *state of affairs* for members' institutional membership.

What can we learn from the emic analysis of intersubjectivity in psychotherapy?

Since the primary objective of this chapter was to illustrate how agents take practical account for their actions in psychotherapeutic working scenarios, we aim to have demonstrated how the social practices employed in psychotherapy are closely intertwined with the institution's dynamics. We have explained how and why participants are oriented towards the session's agenda, and by discussing the organizational aspects of the turn-taking system, we demonstrate that there is a sequential conversational order in such environments, so that the therapist can evaluate and transform the client's intersubjective experiences (Peräkylä, 2019). Likewise, if we take a closer look at the molecular level of communication in those scenarios, we observe that the client can express enough social competence to collaborate (or even dispute) with the therapist the status of epistemic authority for the setting.

Such negotiation is an expected dynamic for the therapeutic process, for psychotherapy can be seen, given its hologrammatic display (Morin, 2007), as part of

client's every-day routine. It is of utmost importance for both client and therapist to experience different epistemic stances and status throughout long-term treatment, as for the client such statuses will be related to his/her ordinary relations, from which he/she could learn from for better social competence. It is precisely because of the social and institutional characteristic of clinical encounters that we stress how often professional conducts could lead to rhetorical performances and homogenizing discourses, failing to provide an empathetic and effective environment for clients' transdiagnostic characteristics to flourish. As these interactional routines give intersubjectivity formal and institutional shape, they can be associated with how participants negotiate and sustain memberships, and how through formulations, elaborations and interpretation, these memberships are best conveyed by therapist' dexterity.

With the analysis of a real psychotherapeutic consultation involving a transsexual person, we observed that the therapist, when affiliating with the client, as well as showing empathy to the experiences that involved negative emotions on her part, faced a challenging and very subtle work in terms of conversational topology. Based on three data extracts from the same session, we saw the practitioner shifting his membership from the category "psychiatrist", in that he could keep his face free of possible misunderstandings or confrontations, ensuring a favorable epistemic stance for himself. On the other hand, the client adjusted to the epistemic economy, to entangle the therapist's legitimacy for questioning unpleasant medical and personal experiences from her past. In this sense, both participants revealed themselves highly *ethnomethodologically* skilled throughout the whole encounter (Garfinkel, 1967), meeting the session's agenda and shaping their social memberships.

On that matter, what draws attention from similar emic process analysis, accoutered by CAP framework, is that agents *formalize* their membership through the

conversational timing and, for that meaning, the lapse that allows a certain lexical structure to renew the interlocutor's reaction possibilities. It is possible to assume that deviations from such linearity or rhythm in participants responses are indicative of disagreements or even problems for psychotherapy. Proportionately to deviations of turn-taking sequences, participants' arousal is greater when coming to assess biographical or delicate topics during psychotherapy (Krüger, Stenzel & Almeida, 2022). Based on our data, we observed lengthier transformative sequences during moments when the client expressed disagreement or dispute with the clinician.

Rhetorical subterfuges also were launched to protect therapists face over imprecise interventions (Peräkylä, 2015). Suffice it to say that the rhetorical representation of the client's psychic state was only fueled by the reference of the therapist figure and his epistemic status. As an analytical observation, proportionally to great alliance between the dyad, there is risk of suggestive biases for the patient's cognitive and behavioral shifts, which effectively do not provide significant clinical improvement. To verify these phenomena by naturally occurring material is, if not, the only guarantee of truly evidence-based practice of therapy. As deviations or procedural problems in the treatment are observed, sequential microanalytical investigation is propitious (Elliott, 2010). Some studies even support CAP application concomitantly with questionnaires or psychometric instruments (Janusz & Peräkylä, 2021; Sidnell & Stivers, 2012).

Finally, regarding the qualitative social analysis of psychotherapy, within a paradigm of common factors in the clinical process, we have demonstrated in this chapter that that the nuanced communication between participants is the cornerstone of the practitioner's work. In this context, longitudinal process analysis in psychotherapy shifts away from an experimentalist paradigm toward empirical and pragmatic

reasoning. As we approach the discursive machinery of clinical scenarios, we are prepared to provide an objective abstraction of what participants *do* with their own biographical experiences and cultural memberships. For future studies, it is necessary to understand how rhetoric becomes integrated into institutional processes and how this phenomenon shapes (or not) participants' conducts, potentially at the expense of ethical and empathetic stances for therapists' practices.

References

American Psychological Association. (2006). Evidence-based practice in psychology. *American Psychologist, 61*, 271-285.

Arano, Y. (2018). Post-other-correction repeat: Aspects of a third-position action in correction sequences. *Journal of Pragmatics*, (136), p. 5-19.

Buchholz, M. B. (2019). Psychodynamic Psychotherapy Process Research: A quick ride through what you should know about process (research). *Journal of Analytical Psychology, 64*(5), 798–822. doi:10.1111/1468-5922.12547

Deppermann, A. (2005). Conversational interpretation of lexical items and conversational contrasting. *In*: A. Hakulinen & M. Selting (Eds.). *Syntax and lexis in conversation*. John Benjamins, pp. 289-317.

Elliott, R. (2010). Psychotherapy change process research: realizing the promise. *Psychotherapy Research, 20*(2). p.123-135. https://doi.org/10.1080/10503300903470743)

Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall

Garfinkel, H.; Sacks, H. (1970). On formal structures of practical actions. *In*: J. D. Mckinney; E. A. Tiryakian (Eds.), *Theoretical sociology*. New York, Appleton-Century Crofts, pp. 337–366.

Goffman, E. (1967). *Interaction Ritual: Essays in Face to Face Behavior*. Garden City, NY: Doubleday.

Goodwin C, Heritage J. (1990). Conversation Analysis. *Annual Review of Anthropology, 19*(1990), 283-307.

Habermas, J. (1984). *The Theory of Communicative Action (Vol. 1)*. Boston, Beacon Press, p. 103-43.

Hepburn, A & Bolden, G. B. (2013). The Conversation Analytic Approach to Transcription. *In*: Sidnell J. & Stivers, T. (orgs.). *The Handbook of Conversation Analysis*. Oxford: Blackwell, p. 57–76.

Heritage, J. A. (1984). Change-of-State Token and Aspects of Its Sequential Placement. In: Atkinson, J. M. & Heritage, J. (eds.). *Structures of Social Action. Cambridge*: Cambridge University Press; 1984.

Heritage, J. (2012). The epistemic engine: sequence organization and territories of knowledge. *Research on Language and Social Interaction*, *45*(1), p. 30–52.

Heritage, J. (2018). The ubiquity of epistemics: A rebuttal to the 'epistemics of epistemics' group. *Discourse Studies*, *20*(1), 14-56.

Heritage, J, Watson R. (1979). Formulations as conversational objects. *In:* Psathas G (ed.). *Everyday language*. New York, NY: Irvington Press.

Hill, C. E., & Norcross, J. C. (2023). Psychotherapy skills and methods: Introduction to the special issue. Psychotherapy, 60(3), 237.

Hofmann, S. G., & Hayes, S. C. (2018). The Future of Intervention Science: Process-Based Therapy. *Clinical Psychological Science, 7*(1), 37-50. doi:10.1177/2167702618772296

Janusz, B., & Peräkylä, A. (2021). Quality in conversation analysis and interpersonal process recall. *Qualitative Research in Psychology, 18*(3), 426–449. https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1780356

Lambert, M. J. (2013). Outcome in Psychotherapy: The Past and Important Advances. *Psychotherapy, 50*, p. 42-51.

Lindström, J., Laury, R., Peräkylä, A. & Sorjonen, M. (2021). *Intersubjectivity in Action: Studies in language and social interaction*. Amsterdam: John Benjamins.

Maia, R. da S., Araújo, T. C. S. de, Silva, N. G. da, & Maia, E. M. C. (2017). Instrumentos para avaliação da aliança terapêutica. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, *13*(1), 55-63.

Morin, E. (2007). *On complexity*. Cresskill, NJ: Hampton Press.

Nienhuis, J. B., Owen, J., Valentine, J. C., Winkeljohn Black, S., Halford, T. C., Parazak, S. E., … Hilsenroth, M. (2016). Therapeutic alliance, empathy, and genuineness in individual adult psychotherapy: A meta-analytic review. *Psychotherapy Research, 28*(4), 593–605.

Norcross, J. C., & Lambert, M. J. (2018). Psychotherapy relationships that work III. *Psychotherapy, 55*(4), 303-315.

Norcross, J. C., & Wampold, B. E. (2018). A new therapy for each patient: Evidence-based relationships and responsiveness. *Journal of Clinical Psychology*, *74*(11), 1889–1906.

Peräkylä, A. (2004a), Two traditions of interaction research. *British Journal of Social Psychology*, *43*(1), 1-20.

Peräkylä, A. (2004b). Reliability and validity in research based on naturally occurring social interaction. *In:* D. Silverman (Ed.). *Qualitative research: Theory, method and practice*. Sage. pp. 283-304.

Peräkylä, A. (2012). Conversation analysis in psychotherapy. *In:* Stivers, T. & Sidnell, J. (eds.). *Handbook of conversation analysis*. Chichester, England: Blackwell.

Peräkylä, A. (2015). From narcissism to face work: two views on the self in social interaction. *American journal of sociology*, *121*(2), 445-474.

Peräkylä, A. (2019). Conversation Analysis and Psychotherapy: Identifying Transformative Sequences. Research on Language and Social Interaction, *52*(3), p. 257-280.

Peräkylä, A., Voutilainen, L., Lehtinen, M., & Wuolio, M. (2021). From Engagement to Disengagement in a Psychiatric Assessment Process. *Symbolic Interaction 45*(2), 257-296.

Peräkylä, A, Antaki C, Vehviläinen S. & Leudar I. (2008). *Conversation analysis and psychotherapy.* Cambridge, England: Cambridge University Press.

Sacks, H. (1992). *Lectures in Conversation* (Vol I and II). Oxford, England. Blackwell.

Sacks, H., Schegloff, E. A., & Jefferson, G. (1974). A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language, 50*(4), 696–735.

Schegloff, E. A. (1988) Goffman and the Analysis of Conversation. *In:* Drew, P. & Wootton, A. (eds.). *Erving Goffman. Exploring the Interactional Order*. Cambridge: Polity Press.

Schegloff, E. A. (1996). Confirming Allusions: Toward an Empirical Account of Action. *AJS, 102*(1), p. 161-216.

Schegloff, E. (2007). *Sequence Organization in Interaction: A Primer in Conversation Analysis*. New York, NY: Cambridge University Press.

Schegloff, E. A., Jefferson, G. & Sacks, H. (1977). The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. *Language, 53*(2), p. 361–382.

Sidnell J. & Stivers, T. (2012). *The Handbook of Conversation Analysis*. Oxford: Blackwell.

Voutilainen, L. & Peräkylä, A. (2016). Interactional Practices of Psychotherapy. *In:* O'Rilley, M. & Lester, J. N. (eds.). *The Palgrave Handbook of Adult Mental Health: Discourse and Conversational Studies*. London: Palgrave Macmillan.

Weiste, E., Voutilainen, L. & Peräkylä, A. (2016). Epistemic asymmetries in psychotherapy interaction: therapists' practices for displaying access to clients' inner experiences. *Sociology of Health and Illness, 38*(4), p. 645-61.

Appendix

Appendix 1 -Table 1: Jefferson's Transcription Conventions

.	falling intonation
?	rising intonation
,	continuing intonation
-	abrupt cut
↑↓	substantial movements in pitch
::	extended sound
never	emphasis on syllable or word
WORD	talk louder than surrounding sounds
°word°	spoken more quietly
>word<	speeded-up talk
<word>	slowed-down talk
Hh	expiration or laugh
.hh	audible expiration
[]	overlapping talk
=	latching elocutions
(2.4)	length of pause (seconds and decimal seconds)
(.)	micropause, up to 2/10 decimal seconds
()	inaudible passages
(word)	best guess for inaudible passages
((*looking up*))	description of non-verbal activities

MANUSCRITO 2 - Construindo o Self na Psicoterapia: Análise na Conversa e Análise de Categorização de Pertencimento

(Artigo científico* a ser submetido no periódico *Research on Language and Social Interaction*)

*Versão ainda não traduzida para o inglês

Construindo o Self na Psicoterapia: Análise da Conversa e Análise de Categorização de Pertencimento

Dada a escassez de metodologias empíricas para o estudo do self na psicoterapia, este trabalho teve como objetivo analisar a categorização dos selves de participantes durante um atendimento psicoterápico (modelo de coterapia e atendimento familiar) em uma clínica especializada na saúde da população LGBTQIA+ no sul do Brasil, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise da Conversa (AC) e da Análise de Categorização de Pertencimento (ACP). Nossos resultados mostram que participantes orientaram pertencimento aos dispositivos "família", "cliente/terapeuta" e "gênero" para a construção dos seus selves durante a sessão. Houve, ainda, a dissonância entre a apresentação de self de uma participante autoidentificada como mulher transexual e sua percepção pelos terapeutas. A AC e a ACP se mostraram potentes abordagens analíticas para o estudo do constructo de self na psicoterapia. Os dados estão em português brasileiro.

Palavras-chave: análise da conversa; análise de categorização de pertencimento; self; psicoterapia

Introdução

Propostas de análise de self são temas recorrentes no debate contemporâneo em psicoterapia e psicologia social (Barresi e Martin, 2011; Macedo e Silveira, 2012; Wozniak, 2018; Ferris et al., 2018; Moura & Oliveira, 2023). Enquanto restam poucas vertentes que preveem o conceito como estrutura de ordem metafísica, mais próximo de um "eu" ontológico, a maioria das abordagens atuais intentam a análise do self a partir de sua inspiração fenomenológica[9], dentro do estudo da relação entre indivíduo e sociedade (Macedo & Silveira, 2012; Wozniak, 2018). Barresi e Martin (2011) e Wozniak (2018) argumentam que essa divisão, todavia, é pouco problematizada pela psicologia e que as aproximações fenomenológicas de investigação continuam recorrendo a fundamentações ontogenéticas no estudo do constructo.

Para a psicoterapia, a falta de uma fundamentação empírica para o estudo do self impacta a implementação de modelos transdiagnósticos de clínica (Norcross & Wampold, 2019). Esses modelos são reconhecidos como propostas de intervenções focadas na *manufatura* do processo terapêutico e pela adaptabilidade da técnica terapêutica às características culturais dos clientes (em diferentes perspectivas, tanto centradas na sintomatologia clínica quanto na psicodinâmica do atendimento) (Buchholz, 2019). O self diz respeito a como os clientes comunicam sua própria identidade para os profissionais e como os terapeutas se adaptam a esses elementos para

[9] Enquanto "inspiração fenomenológica", falamos de abordagens que incorporam o pensamento husserliano nos modelos de pesquisa empírica e pesquisa experimental para o estudo da *experiência humana*, em caráter fundamentalmente qualitativo. Propriamente ao estudo do self, tal qual descrito por Wozniak (2018) e, anteriormente, por Harré (1998), falamos de abordagens que preveem o estudo do constructo à luz do que chamamos de Fenomenologia Empírica, nas subdivisões em Fenomenologia Descritiva (mais fiéis ao método tradicional husserliano) e em Fenomenologia Hermenêutica (inspiradas pelo pensamento de Heiddeger e Gadamer) (Leal & Serpa Júnior, 2013). Este escopo investe no self como um produto consequente da interação, fruto da relação entre indivíduo e contexto (*époche*).

que a interação seja promotora de saúde mental e cumpra com objetivos de melhora clínica a curto e longo prazo (Peräkylä, 2015; Ferris et al., 2018; Norcross & Wampold, 2018; Buchholz, 2019; Moura & Oliveira, 2023).

No ínterim a literatura tem ratificado metodologias de análise qualitativa capazes de fundamentar o estudo do self na psicoterapia de forma concreta e baseada em evidências científicas (Buchholz, 2019). Dentre os modelos teórico-metodológicos neste escopo, destaca-se a Análise da Conversa, doravante AC (Peräkylä, 2015). Essa tradição vem, desde sua criação, explorando os aspectos microssociais dos processos de categorização e ações sociais da fala-em-interação (Silva et al., 2009).

A AC propõe a análise de eventos sociais em objetividade descritiva, centrando-se no estudo da fala-em-interação e estabelecendo associações lógicas entre a execução de certas ações interacionais e suas finalidades para a estruturação da conversa. Para o self, sua análise não é performada por meio de ontogenética relacionada ao "senso" de consciência de si, mas integrada à filogênese desse senso para as relações sociais. O self surge como produto interacional, tornando-se um fenômeno de ordem prática e cotidiana, imbricado a processos de categorização e indiciação de atributos de pertencimento, sobretudo em contextos de primeiros encontros ou em apresentações formais (Hester & Eglin, 1997; Schegloff, 2007).

Sobre processos de categorização, Sacks (1972; 1992) estabeleceu vertente paralela à AC no propósito de analisar especificamente o uso de categorias sociais para produção de pertencimento em encontros grupais. O que o autor referiu como a análise de Dispositivos de Categorização de Pertencimento foi renomeado por Hester e Eglin (1997) como Análise de Categorização de Pertencimento (ACP). A ACP compõe um arcabouço teórico que procura discutir como categorias sociais ganham atribuição na vida cotidiana, por meio de aparatos conversacionais de pertencimento. O modelo

discute como interlocutores constroem e comunicam sua consciência sobre a realidade e sobre si mesmos, a partir da orientação a categorias sociais, não andando separado dos pressupostos teórico-metodológicos da AC, mesmo possuindo objetivos ou funcionalidades bastante específicas (ten Have, 2012). Vemos autores como Hester e Hester (2012), Stokoe (2010; 2012), ten Have (2012) e Schegloff (2007) argumentando uma maior possibilidade de integração entre essas abordagens.

Este estudo teve como objetivo, portanto, analisar a categorização do self de participantes durante um atendimento psicoterápico (modelo de coterapia e atendimento familiar) à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da AC e da ACP. Procuramos identificar os aspectos operacionais da construção do self, proporcionando uma aproximação mais pragmática do conceito para a psicoterapia. Na medida que a discussão sobre self representa também um ponto para qualificação ética da psicoterapia atualmente (Macedo & Silveira, 2012; Norcross & Wampold, 2018), visamos contribuir para a discussão sobre como o pertencimento produzido sincronicamente nos espaços de atendimento leva, algumas vezes, a ações coercitivas por psicoterapeutas, sobretudo quando as categorias associadas a esses selves não representam discursos hegemônicos de disciplinas como psicopatologia e psicologia do desenvolvimento.

Preâmbulo Teórico: Fundamentos da AC e da ACP

Da AC, destacamos os princípios de organização e sistematização das ações de fala em encontros sociais. É relevante apontar de onde a AC estabelece seus parâmetros metodológicos e, a partir deles, possibilitarmos reflexão sobre os paralelismos do modelo com a análise empírica de fenômenos sociais, no caso, a análise de categorização de self em processos psicoterápicos.

O primeiro princípio trata da *construção sequencial* da conversa[10]. Esse aspecto denota que cada turno de fala é sequencialmente posicionado um após o outro e que há, a partir dessa sequência, um movimento crescente de atribuição de significado às categorias de pertencimento (Schegloff, 1996). Por haver caráter sequencial, falantes devem engendrar a interação para que todos possam entender o contínuo lógico da conversa. O estado de atenção refere a reflexividade com que participantes percebem suas próprias falas e a de seus interlocutores (Garfinkel & Sacks, 1970).

A reflexividade estrutura o que Sacks et al. (1974) chamam de *organização de tomada de turnos*. Nesse sentido, o sistema conversacional deve possuir uma ordem a partir da qual agentes produzirão seus turnos de fala. Essa ordem não é dada somente pelos papéis sociais ou posições de poder ocupadas por determinado agente dentro de um grupo de referência, mas também diz respeito à familiaridade com que cada falante sincronicamente trabalhará algum tópico conversacional, negociando esse conhecimento turno a turno (Loder & Jung, 2008).

Uma vez respeitada essa ordenação, observamos que falantes referenciam os turnos de fala *adjacentemente* uns aos outros (Sacks et al., 1974). Isto é, para que a sequência da conversa seja compreendida, cada turno produzido (primeira parte do par adjacente) deverá ser sucedido por um complemento (segunda parte do par adjacente) semanticamente relevante à primeira parte (Silva et al., 2009). Tanto a adjacência quando a organização da tomada de turnos diz da indicialidade de uma determinada

[10] Cabe ressaltar a diferença existente entre a *conversa* (cotidiana) e a *fala-em-interação institucional*. Enquanto a primeira referencia uma interação espontânea entre falantes, não havendo a *predefinição* de alguma ordenação ao sistema de trocas de turno, a segunda possui o contingenciamento desses elementos, havendo normalmente o controle de extensão do tempo de fala ou de tópicos associados, eventual ordem prévia ao sistema de tomada de turnos e, sobretudo, uma relação *assimétrica* entre diferentes agentes sobre a possibilidade da condução e cumprimento de certas *tarefas institucionais* na cena de ação (Drew & Heritage, 1992).

ação conversacional. A indicialidade está relacionada à maneira como nomes e pronomes, entre outros recursos, referenciam certos atributos a determinadas categorias de pertencimento grupal (Garfinkel & Sacks, 1970; Harré, 1998).

Autores da AC ainda discutem o princípio da *preferência* de certos complementos adjacentes em relação aos componentes predecessores, afirmando que uma grande coleção de práticas sociais possui uma complementaridade socialmente predefinida (Silva et al., 2009). A exemplo, perguntas normalmente requerem respostas como seus complementos, convites requerem aceites, afirmações requerem confirmações, e assim por diante. Destacamos que todos esses elementos exigem um sistema de transcrição de dados de fala suficientemente capaz de captar os aspectos semânticos, espaciais (estudos de movimentos e ações não-verbais) e prosódicos das ações. O modelo conta, portanto, com um rigoroso sistema de transcrição (Hepburn & Bolden, 2013). Dessa forma, o estudo da fala-em-interação proposto pela AC diz respeito ao entendimento êmico das *competências* que falantes possuem para participar de uma interação social de forma organizada e inteligível. Essa inteligibilidade sinaliza o seu pertencimento intersubjetivo (Atkinson & Heritage, 1984).

Em paralelo às contribuições da AC, lançamos mão de alguns conceitos da ACP. Inicialmente, se mostram bastante singulares a noção de "categoria", "coleção" e "dispositivo de categorização de pertencimento" (DCP) (Sacks, 1992). Por "categoria", Hester e Eglin (1997) e Schegloff (2007) definem qualquer termo lexêmico que classifica um membro de uma população, dentro de um conjunto definido de expressões *reconhecidas* pelo coletivo para esses propósitos. A "coleção" engloba, pois, o conjunto de determinadas categorias, a partir de alguma relação de representatividade comum entre elas. Essa relação é dada a partir de certas regras de aplicação. Sacks (1972)

designa que uma coleção de categorias de pertencimento, somadas às regras de aplicação, constrói o que ele chama de DCP.

Um DCP está baseado na sistematização de uso de determinadas categorias que apresentam um mesmo referencial simbólico. Por exemplo, “tio”, “pai”, “mãe”, “filho”, “esposa” e “avô” são todos termos que podem representar o grupo “família” (Schegloff, 2007). O uso de cada DCP varia para cada sociedade e, principalmente, não há uma hierarquia para diferentes DCPs em um mesmo grupo (e.g., “família” pode ser uma categoria do DCP “instituições sociais” mas, em outros contextos, “instituições sociais” pode ser uma categoria do DCP “sociedade”, e assim por diante) (Hester & Hester, 2012). Ainda, categorias de pertencimento são significadas a partir do uso de DCPs, que por sua vez deverão ser situados e ocasionados como tal (Atkinson & Heritage, 1984 cf. Hester & Eglin, 1997). Para isso, vemos que esses dispositivos são deduzidos pelos falantes no momento da interação a partir das suas percepções às falas uns dos outros (o que referimos, *inter alia,* pela indicialidade e reflexividade) (Hester & Eglin, 1997).

Sobre as regras de aplicação, essas são observadas empiricamente, na medida que categorias de pertencimento carregam em si o conhecimento e significado de absolutamente tudo aquilo que pessoas comuns fazem no seu cotidiano (*inference-richness*) (Sacks, 1992). Para tanto, a dinâmica subjacente ao uso dessas categorias e de DCPs diz propriamente da forma como são justapostas interacionalmente e como essa justaposição *putativamente* respeita certas operações de trocas conversacionais, no caso, alicerçadas pelo sistema de organização discutido pela AC. Seguindo os postulados de Sacks (1972), tratamos portanto de três regras de aplicação, a saber, resumidamente: (a) *Regra de Economia*: uma única categoria de pertencimento, a princípio, deverá ser suficiente para fazer referência a um DCP; (b) *Regra de Consistência*: se um membro

do grupo é associado a um DCP a partir de uma categoria, essa mesma categoria poderá ser utilizada, nos mesmos propósitos de associação, a outro membro; (c) *Linguagem clara*: referências a uma mesma pessoa durante uma cena podem ser utilizadas também para outros membros, no intuito de facilitar a compreensão dessa nova categorização.

Por fim, destacamos três últimos aspectos relacionados à ACP. Eles dizem da característica dedutiva do modelo, da existência de categorias onirrelevantes e da capacidade de transformação dessas categorias pela ocasionalidade de um DCP. Sobre o primeiro ponto, Sacks (1992) discute que categorias de pertencimento, dentro das contingências expostas acima, são *protegidas contra indução*. Em outras palavras, categorias de pertencimento são reconhecidas como tal (i.e., elementos que promovem *pertencimento*) porque, uma vez utilizadas e negociadas interacionalmente, elas devem ter consequências formais para a cena, a partir da dedução do seu significado pelos falantes (Garfinkel & Sacks, 1970).

Disso, entendemos que a lógica de uso de categorias de pertencimento se pauta em "regular" os mecanismos disciplinatórios e cosmológicos do grupo, presentes no seu senso comum. Admitimos que, quando um membro não corresponder a um determinado pertencimento grupal, ele deverá ser lido como um *outsider,* prestando contas sobre essa excepcionalidade (Sacks, 1992); para os casos de contraste máximo, o processo interpretativo dos agentes não será rever o senso comum como um todo, mas classificar o membro disperso como uma exceção. Neste ponto, e somente neste ponto, importam as posições estatutárias que diferentes membros ocupam dentro dos seus grupos de referência e as consequentes dinâmicas dessas relações (cf. "status epistêmicos vs status sociais", Heritage, 2018).

Sobre o aspecto da onirrelevância, referimos ao que Sacks (1972), resgatado por. Schegloff (2007) chama de conjuntos "Pn-adequados". O autor admite que existam

dispositivos de categorização que são aplicáveis a *qualquer membro* de um grupo (e.g., "DCP gênero", segundo Stokoe, 2010). Ainda, é previsto que pelo menos dois DCPs *não* sejam passíveis de serem orientados para uma mesma pessoa, na medida que o sistema social é um sistema sectário *per se* (Sacks, 1992). Também sobre a ideia da diferença entre pelo menos dois coletivos Pn-adequados, esse dualismo diz respeito às posições de maior poder de determinados membros de certos DCPs em relação a outros (Sacks, 1992).

Hester e Hester (2012) argumentam que a dinâmica de pertencimento a DCPs também perpassa a possibilidade de membros transformarem, sincronicamente, categorias de pertencimento em DCPs, e vice-versa. Essa qualidade transformativa é condição fundamental à ocasionalidade dos dispositivos, por isso cada processo de categorização será localmente situado e referente somente aos membros presentes na cena de interação. Em outras palavras, ainda que existam DCPs onirrelevantes para uma determinada população, eles deverão ser *negociados* como tal durante a interação, na qual não necessariamente um tipo de dispositivo Pn-adequado para um agrupamento exercerá papel correspondente em outro.

O Contexto de Geração dos Dados

Os dados explorados em nosso trabalho advêm de uma consulta psicoterapêutica ocorrida no ano de 2017 em uma clínica privada que oferta atendimento psicoterápico para a população da diversidade sexual e de gênero (termo utilizado pela instituição) localizada em uma cidade do sul do Brasil. A clínica é composta por psicoterapeutas de formação médica ou psicológica, especializados no atendimento da população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis,

transexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais não normativas). Os atendimentos na clínica ocorrem em sala de espelho e são feitos em coterapia, na modalidade de atendimento familiar. Nossa entrada na instituição se deu por meio de negociação prévia, etapa em que foram feitas inserções etnográficas por dois meses anteriores à obtenção do banco de dados. O acesso ao conjunto de dados foi autorizado pela clínica, que nos forneceu 5 consultas gravadas, as quais totalizam 7 horas de interação. Os participantes do estudo estão anonimizados por pseudônimos e todos assinaram termo de consentimento livre e esclarecido. Esta consulta faz parte de projeto de pesquisa aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNIVERSIDADE) sob parecer Nº 2.447.440.

A consulta sob análise se refere ao segundo atendimento de Camila, pessoa auto-orientada como mulher transexual. Nessa consulta, Camila e Shirley (mãe de Camila) são atendidas por Ademir (psicoterapeuta) e Lisandra (coterapeuta). Os propósitos estabelecidos no início do atendimento foram que os terapeutas conhecessem a narrativa de Shirley sobre a história de Camila e que as participantes pudessem falar sobre a construção de gênero da cliente. Para fins de análise, é importante destacar que Shirley naquele momento ainda não reconhecia a identidade de gênero de Camila. Notamos que, no seu primeiro atendimento na clínica, Camila se apresentou como Edegar (nome com o qual fora registrada no nascimento), performando uma identidade de gênero masculina (percebidas por sua vestimenta, tom de voz, uso de termos masculinos para autorreferência etc.). Na consulta sob análise, a participante se apresenta pela primeira vez como Camila para Ademir e Lisandra. Camila se vestiu com roupas femininas somente quando entrou na clínica, quinze minutos antes do atendimento.

A escolha da consulta se deu pela grande relevância associada à categorização de self e pelo fato de os participantes se engajarem explicitamente à pauta identitária e ao "novo" pertencimento de gênero da cliente. Como recurso metodológico, analisamos dois momentos da interação, em tempos diferentes, divididos em dois excertos. Como modelo de transcrição, adotamos o sistema Mondada (2018), adaptado ao Sistema Jefferson (Hepburn & Bolden, 2013) (Apêndice A).

O Self como *Ação* de Categorização: "Cliente", "Terapeuta" e "Família" como DCP

Anteriormente ao início do Excerto 1, os participantes discutem o porquê de ninguém da família de Camila "aceitar" sua identidade de gênero. Shirley argumenta que ninguém sabia "totalmente" do fato, porém Camila contra-argumenta dizendo que todos sabiam, mas queriam "tapar o sol com a peneira" (nesse momento a participante referencia seu pai). Ademir comenta com Lisandra que eles precisarão "estipular uma questão do fator tempo", pois existem muitas coisas que deverão ser trabalhadas na sessão. É importante anunciar que durante todo o excerto, Shirley está com uma prancheta em mãos, pois havia sido solicitado no primeiro minuto de interação, pelo terapeuta, que a participante assinasse um termo de autorização para filmagem do atendimento. Esse elemento terá relevância para o curso da interação abaixo.

Em momentos prévios ao início da sequência, Ademir olha para Camila e diz que ele não estaria desrespeitando o seu "movimento", mas que ele acha que é necessário "aceitar o movimento de todos" (apontando para Shirley). O profissional usa a metáfora de que Shirley e Camila estariam com "relógios marcando horas diferentes" sobre a situação, fazendo alusão ao fato de que as participantes deveriam conseguir

alinhar esses entendimentos e compreensões sobre o processo de Camila, a qual faz uma expressão de contrariedade (i.e., uma careta) e tenta iniciar um turno de resposta para a fala de Ademir. Nesse momento Camila é interpelada pela coterapeuta que pede para a participante "se lembrar da transição" pela qual a família também estaria passando. Após fala de Lisandra, Camila inicia o excerto sob análise.

Excerto 1: 17jul2017_00:06:41 – 00:07:06

001	**Camila**	**[s:i]::m só que a vida é minha*#**
	Camila	*faz careta->
	Fig	#fig.1

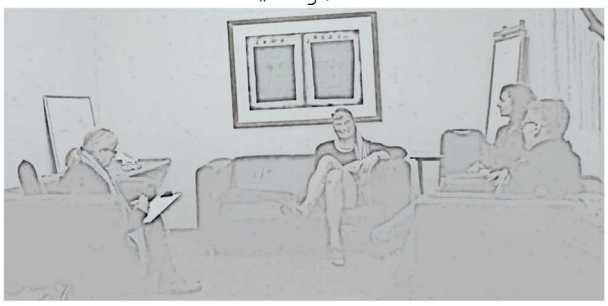


Fig.1

002		**(0,9)**
003	**Camila**	**e ->*eu decido#**
	Camila	->*reclina a C->
	Fig	#fig.2



Fig.2

004		**(1.0)**
005	**Ademir**	**NÃO (0,3) +mas->* >ã ã *#é essa< a questão=**
	Ademir	+levanta as Ms com polegares para cima->
	Camila	->*inclina a C*
	Fig	#Fig.3

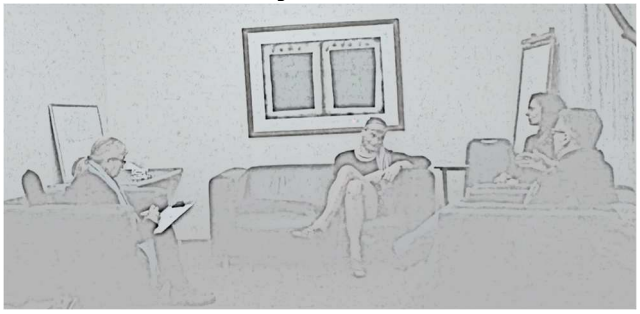


Fig. 3

006	**Camila**	**=<u>essa</u> é a quest[ão]**
007	**Ademir**	**[NÃ]O #°->+mas é >essa questão< que a**
	Ademir	->+espalma as Ms em direção à camila->

Elisa °olha para Ademir->
Fig #fig.4

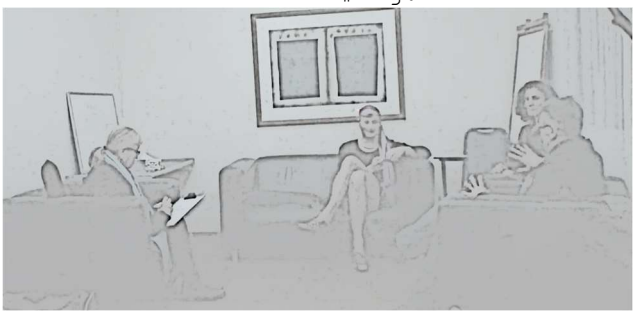


Fig. 4

008 gente tá ve:ndo camila (0,3) ã: (.) isso si:m?
009 (0.3)
010 Shirley edegar*->+->°(.) eu vou te interromper (.)*+°#=
Camila *olha para shirley------------------>
Ademir ->+olha para shirley e abaixa as Ms-+
Elisa ->°olha para shirley--------------°
Fig

#fig.5

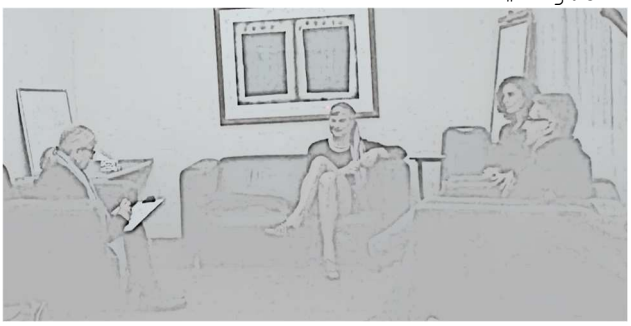


Fig. 5

011 Shirley =como é: que #->*[é-é::: a::::: (.)]=
012 Camila #->*[°£ah edegar- (0,3) edegar agora£°]->
Camila ->*levanta as Ms apontando para shirley e ademir->
Fig #fig.6



Fig. 6

013 Shirley =->*ME:U e:rregê? (2.0)*#
Camila ->*abaixa as Ms e olha para shirley*
Fig #Fig.7

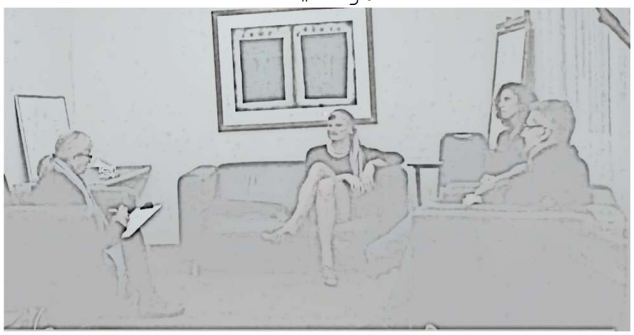


Fig. 7

(Fonte: elaboração própria)

Camila argumenta que é ela "que decide" sobre o seu processo de transição porque "a vida" é sua (linhas 01 a 03). Notamos, nessa ação, o trabalho de categorização relacionado ao pronome "eu" (indiciado à Camila) e sua atribuição em ter poder "decisório" sobre a assumpção do seu pertencimento de gênero. Após a ação, Ademir formula, isto é, retrabalha morfossintaticamente o turno de fala da participante (Heritage & Watson, 1979), orientando a atividade associada e o pronome "essa" à categoria "questão" (linha 05).

Apontamos, inicialmente, algumas especificidades da categorização institucional na psicoterapia. Para esses espaços, Sacks (1992) demonstra que há espontaneamente a categorização dos DCPs "cliente" e "terapeuta" em contingências Pn-adequadas. Isto é, contextualmente esses dispositivos fazem parte da dinâmica de deveres ou regramentos típicos da institucionalidade da psicoterapia, na qual as atribuições respectivas aos membros desses DCPs são designadas, adicionando, senão, o caráter formal do encontro (Sacks, 1992). Na sessão sob análise, na medida que Ademir e Lisandra verbalmente se orientam à coleção "terapeuta" (desde o início do atendimento, por meio de expressões como "psicoterapeutas", "terapeutas", "psiquiatra", "funcionários da clínica", entre outros), é coerente admitir que Shirley e Camila estariam associadas ao DCP "cliente". Sacks (1992) chama essa complementaridade de "constância de particionamento" (*partitioning constancy*).

Stevanovic e Peräkylä (2012) e Heritage (2018) falam da hierarquização ou diferença dos status epistêmicos e deônticos entre participantes na clínica médica e psicológica. Há diferença, inclusive, na forma e na frequência de uso de certas práticas sociais entre a dupla, em que se vê que terapeutas, por exemplo, tendem a formular e

interpretar quase que exclusivamente seus clientes; um sinal de que as ações associadas a esses participantes marcam diferenças significativas para seu pertencimento (ou performance profissional ou, ainda, pertencimento institucional) (Peräkylä et al., 2008). As referências dos participantes às próprias pessoas, conduzidas nas suas falas (isto é, aos próprios selves, por meio do uso de categorias nominais e pronominais), ocorrerão *vis-à-vis* a indiciação do seu pertencimento a esses dispositivos (Sacks, 1992).

Até a linha 03 notamos muitos elementos importantes relacionados à construção de self de Camila e a sua postura como cliente no atendimento. A participante orienta para si a possibilidade de decidir sobre o seu próprio pertencimento identitário, o que não é intuitivo em um primeiro momento, pois o mote da sessão se dá justamente pela necessidade da discussão do seu processo de construção de gênero com os profissionais e sua mãe. Ademir inclusive refere anteriormente a necessidade de compassar os "relógios marcando horas diferentes" entre Camila e Shirley.

Quando Camila afirma sua competência em decidir sobre o processo de construção identitária, frente a um atendimento no qual essa é justamente uma das pautas, vemos que essa ação possui consequências mais profundas para a divisão das atribuições entre as coleções Pn supracitadas. A partir do que Sacks (1992) propõe, cliente e terapeuta possuem atribuições de excludência mútua relacionadas à condução da psicoterapia em si. Isto é, pelas regras da economia e da consistência (Sacks, 1972), já que cliente e terapeuta são DCPs Pn-adequados para o espaço terapêutico, membros pertencentes a essas coleções não podem dividir muitas atribuições comuns. O predicativo "[eu] que decido [sobre uma pauta constitutiva da sessão]" não deve incorrer, portanto, em uma atribuição Pn, caso contrário o atendimento seria descaracterizado de propósito (i.e., se só um membro decide sobre a pauta, não há sentido no encontro terapêutico como um todo, que é majoritariamente dialógico).

Assim, quando Camila é taxativa ao afirmar que ela "que decide" sobre sua transição, ela dificulta a possibilidade de os terapeutas *mediarem* essa atribuição com sua mãe (um dos objetivos, senão, desta sessão e uma atribuição importante à categoria "terapeuta").

Nessa circunscrição, a reação de Ademir representa delicado ajuste ao interlocutor (Sacks *et al*. 1974), a se notar pelo longo período de silêncio precedendo sua resposta (linha 05) e as perturbações não lexicais na unidade de construção de turno - UCT (linhas 07 e 08) e a movimentação corporal. Vemos que Ademir inicialmente nega a fala de Camila com "não", em tom de voz elevado, além de levantar e espaldar as mãos em sua frente (linha 05, fig. 3. e linha 07, fig.4). Adjunta à movimentação das mãos, o psicoterapeuta formula a fala da cliente para "é essa a questão". A partícula "não" introduz despreferência à resposta da participante (Silva et al., 2009), denotando discordância sobre o turno-de-fala.

No movimento de discordância, notamos que a elocução "é essa" é produzida em fala acelerada (ocasionando menor ênfase). Ou seja, apesar de se manter o trabalho interacional a respeito do poder decisório de Camila (em uma atribuição relativa ao pronome "essa", que por sua vez referencia as elocuções prévias de Camila, linhas 01 a 03), ele ocorre agora sob a forma de uma "questão" ("é essa *a questão*", linha 05). A UCT completa de Ademir demonstra certa sutileza[11] ao discordar da cliente,

[11] Ao que chamamos de sutileza, indicamos o ajuste do turno de Ademir que, ao formular sua cliente no movimento de discordância, indica um tipo de *minimização da despreferência* frente a sua resposta potencialmente conflitiva. Essa minimização, tal qual sugerida por Sacks e Schegloff (1979), ocorre quando uma resposta despreferida é evitada até que, mediante um "relaxamento" (ou sucessivas reformulações) de uma afirmação, se "tolere" uma resposta negativa ou contra-argumentativa, evitando-se possível discussão ou argumentação entre membros. Essa mesma minimização está exposta pelo uso da categoria "questão". O termo semanticamente poderia implicar certa dúvida (i.e., uma "questão" a se responder) ou certa relevância objetiva (uma "questão", como um ponto ou tópico já definido, relevante para o tratamento), onde ambas as possibilidades indicariam maior negociação dos participantes sobre as asserções de Camila nos turnos anteriores. Ainda, podemos hipotetizar que o recurso de minimização atenuou o efeito despreferido da partícula "NÃO" no início da elocução.

problematizando sua atribuição como uma participante (membra do DCP cliente) que "decide", sozinha, sobre a pauta discutida.

Em resposta à discordância de Ademir, em fala contígua, Camila formula a elocução do terapeuta, agora enfatizando que justamente "essa" seria "a questão" (Heritage e Watson, 1979). Em compasso à enunciação de "essa", a cliente inclina a cabeça rapidamente em olhar fixo ao terapeuta (linha 06, fig.3). Novamente vemos alta complexidade de resposta, que manifesta tanto um trabalho de categorização associado à categoria "questão", quanto modula um tipo de resposta que, em si, é ambivalente em termos da ratificação (ou retificação) da fala do interlocutor. Com efeito, até o turno da linha 06, as consequências dessa gestalt[12] poderiam orientar dois entendimentos aos demais participantes.

De um lado, se avaliarmos somente o aspecto semântico do turno de Camila, "essa é a questão", poderíamos pensar que a UCT confirma a formulação de Ademir pela sua simples repetição (i.e., formulações como práticas de demonstração de entendimento e confirmação, Heritage & Watson, 1979). Nesse caso, "essa" estaria referenciando o turno imediatamente anterior a sua UCT (linha 05), ratificando a elocução de Ademir e a necessidade de discutir "a questão" suscitada pelo profissional. De outra maneira, em avaliação multimodal, podemos pensar que a morfossintaxe do

[12] É útil considerarmos a ação não verbal da cliente (linhas 01 e 03, fig. 1 e 2), que produz careta, sorrindo, e posteriormente reclina e inclina a cabeça ao enfatizar seu poder decisório sobre a pauta do atendimento. Sobre isso, Mondada (2016) discorre sobre a *gestalt multimodal complexa* presente em interações humanas, no sentido de que arranjos de ações não-verbais, isoladas ou complementares a ações verbais, constituem a temporalidade e a sequencialidade da troca de falas. Justificados pelo excerto, observarmos que sequencialmente Camila produz efeitos argumentativos com os movimentos de cabeça das linhas 01 e 03 (cf. fig.1 e fig.2), mediante o rápido contraste produzido pelo movimento opositor da linha 05 ("opositor" inclusive em sentido literal, já que a participante translada a cabeça de reclinação para inclinação, em compasso à ação de discordância de Ademir).

turno de Camila não orienta "questão" como *categoria* pertencente ao DCP "cliente" e sim como parte de um *predicado associado* a uma outra categoria de pertencimento associada ao dispositivo – nesse caso, "essa" (Stokoe, 2012): a participante tonifica, no turno da linha 06, a palavra "essa" e inverte a ordem das palavras do turno de Ademir (de ">é essa< a questão", a participante formula para "essa é a questão"), além de se movimentar especificamente para a enunciação do pronome. Nessa hipótese, em que "essa" é a categoria e "é a questão" o seu predicado associado, não haveria uma transformação tão acentuada do DCP cliente[13], tal qual tensionada pela formulação do terapeuta. Ou seja, ao enfatizá-lo, a participante poderia comunicar aos demais interagentes que a categorização realizada nos seus primeiros turnos, nas linhas 01 a 03, não estaria em disposição de sofrer transformação ou problematização e que o ponto de discussão na sessão deveria ser, na sua perspectiva, a aceitação do grupo sobre seu pertencimento identitário. Ao que pese a ambiguidade mencionada, notamos diferença entre a "questão" trabalhada pela cliente daquela produzida por Ademir, o que em termos da categorização do self, diz respeito a modificação da coleção associada ao DCP cliente e seu suposto "poder decisório".

Na prova do terceiro turno, a fala e a corporeidade da cliente fazem com que a intervenção do terapeuta seja levada a cabo com a formulação corretiva (i.e., preservar o DCP cliente na atribuição de Camila [eu] como aquela "que decide"). O efeito corretivo da prática de Camila é notado por Ademir, que, em fala sobreposta à ação não verbal da

[13]Stokoe (2012) argumenta que predicados associados funcionam como atributos *constitutivos* de categorias de pertencimento. Ou seja, eles adjetivam (mas não transformam) essas categorias, tampouco o DCP associado. Quando falamos em transformações categóricas (Hester & Hester, 2012), podemos pensar que a substituição de uma categoria por outra é uma ação transformativa mais substancial ao campo temático da interação e, consequentemente, ao DCP em si, do que a substituição de seus predicados associados, que não modificam a coleção à qual se associa o DCP.

interlocutora, ratifica o entendimento de Camila sobre a "questão" em pauta, alertando que eles ("a gente") estariam cientes disso (i.e., "isso sim", linha 08). Ou seja, a atribuição do self da participante como uma cliente que possui autoridade epistêmica sobre pontos de sua biografia (cf. sua "vida", linha 01) (Heritage, 2018) é reconhecida pelo terapeuta. Vemos que a elocução de referência "a gente" sustenta grau de ambivalência, na medida que até esse ponto da interação pode referenciar tanto a perspectiva de Ademir e Lisandra quanto a perspectiva de Ademir, Lisandra e Shirley.

Shirley, então, toma o turno de fala e solicita para "Edegar"qual seu "erregê" (referindo-se ao registro civil). Sua ação indicia muitos elementos relevantes à apresentação do self de Camila até esse momento do atendimento. Notemos: Shirley toma o turno de fala após uma sequência multimodal complexa entre Camila e Ademir para solicitar informação sobre algo aparentemente superficial e fora do tópico associado. Interessantemente, a participante inicia o turno justamente trazendo sua perspectiva sobre a identidade de gênero de sua interlocutora, explicitada pelo vocativo masculino "Edegar" (linha 11).

Na sequência, após todos os participantes direcionarem olhar para Shirley (linha 11, fig.5), em fala sobreposta, Camila destaca a marcação inadequada nessa diferença de chamamento, especificamente rindo e olhando para Ademir e dizendo "ah Edeg-, Edegar agora" (linha 12), junto de gesticulação associada (linha 12, fig.6). Pela prosódia e gesticulação da cliente, há indícios de incômodo e contraste corretivo na ação (Peräkylä & Sorjonen, 2012; Depperman, 2005). Em fala sobreposta (linhas 12 e 13), Shirley aumenta o tom de sua voz, mantendo a posse do turno e finalizando sua UCT.

A disputa de turno entre as participantes mostra a orientação de Shirley para ratificar a pertinência do seu pedido. A participante em turnos seguintes não presta contas à demonstração de incômodo de Camila (sequência não transcrita). Ainda,

observando o trabalho de categorização envolvido na interação até o turno da linha 08, pela sequencialidade e relevância de tomada de turnos envolvidas pela categoria "a gente" (Loder & Jung, 2008), Shirley parece não corresponder ao uso dessa referência, demonstrando desalinhamento à formulação de Ademir.

A ação de categorização da falante não é conduzida propriamente pela justaposição dos nomes e pronomes em sua UCT, mas é indiciada pela sua ação de tomar o turno de fala e de solicitar informação a "Edegar" (Sacks, 1992; Stokoe, 2012). Essa ação deflagra que os participantes estariam discutindo um tema que seria relevante a Shirley (inclusive que orientava pertencimento para a participante, e.g.: uso de "a gente"), mas que ocorria no momento de execução de outra tarefa de importância particular para ela (assinar o termo de autorização da gravação da consulta, fornecido previamente por Ademir). Após o longo silêncio (linha 18) ao final do excerto, Camila toma o turno e responde o número de RG de Shirley priorizando-se a ação de preencher o documento (sequência não transcrita). Observamos a suspensão da gesticulação nesse momento (linha 13, fig.7).

O conjunto das ações performadas por Shirley, solicitando algo fora do campo temático e resistindo a lidar com a demonstração de incômodo de Camila pelo uso do nome masculino, demonstra certa "autoridade" sobre a pauta biográfica discutida (especificamente sua autoridade deôntica) (Stevanovic & Peräkylä, 2012). Essa autoridade deflagra elementos constituintes dos predicativos associados aos selves de ambas as interagentes. Vemos que Shirley, enquanto uma parte interessada na pauta discutida neste ponto da consulta, não se alinha à autonomia de Camila em decidir sobre a "questão" da sua identidade de gênero, tanto nos aspectos concretos dessa autonomia, na medida que a participante efetivamente chama Camila por um nome masculino (um tipo de pertencimento oposto à identidade performada por Camila nesta sessão), quanto

na organização prática da troca de falas, em que Camila refere poder pautar pontos relevantes à condução do atendimento (enquanto a orientação de Camila, Ademir e Lisandra era debater "a questão" envolvida no atendimento, a de Shirley também era a de preencher o formulário requisitado pelo terapeuta no início do encontro).

A ação de Shirley tanto demonstra sua competência em poder participar da discussão elicitada por Camila quanto desconjunta, em partes, a categorização associada ao DCP cliente. Especificamente à posição de Camila como um membro desse DCP, percebemos que, não somente ela, mas Shirley também está posicionada nesse atendimento como uma cliente (na medida que fora atribuída a esse dispositivo por Ademir e Lisandra, desde o início da sessão, por meio do tratamento que recebera dos terapeutas e pelo protagonismo narrativo que a participante ocupa ao longo do atendimento). Vemos, ainda, que a ação de Shirley também promove a modificação atributiva do DCP: se ela e Camila são ambas membras do DCP cliente, pela regra (a) e (b), as duas interagentes possuem atribuições (e, portanto, direitos) similares ou iguais pelo pertencimento ao dispositivo (*ambas* seriam clientes que poderiam pautar o atendimento) (Sacks, 1972; Schegloff, 2007).

Junto a isso podemos pensar que, em partes, a competência (ou autoridade) de Shirley em poder tomar o turno de fala, após o período de silêncio (linha 09) que sucede o turno em que Ademir dirige sua fala a Camila, também se relaciona à relação de familiaridade que ambas as interagentes possuem entre si. Esse também é um ponto de extrema relevância à apresentação do self de Camila. O pedido de Shirley é especificamente orientado à participante, uma vez que a solicitação da interagente não dizia respeito a conhecimentos que Lisandra e Ademir potencialmente possuíam (i.e., Camila deveria saber o RG de Shirley, e não os terapeutas). Vemos, portanto, que a orientação específica do turno de fala da linha 15, em adjacência ao turno de Ademir,

orienta um trabalho associado também a categorias de pertencimento que dizem respeito somente a Shirley e Camila. Como consideração etnográfica, lembramos que em momentos anteriores à elicitação do excerto, Shirley e Camila se dirigiam como "mãe" e "filho/a" ao longo da interação. Mesmo não explicitada por predicativos associados, a ação associada de Shirley também promove a categorização de pertencimento ao DCP "família". Notamos que a categoria "filho" (e não "filha"), endereçada por Shirley desde o início da consulta, condiciona uma atribuição masculina ao self da cliente.

O DCP "família", que *a priori* não pertence ao espaço terapêutico (i.e., não é Pn-adequado, nesse espaço), torna-se relevante na sequência do excerto acima e acaba se relacionando com o DCP cliente também incorporado por Camila e Shirley. A disputa de autoridade epistêmica e deôntica entre essas participantes se relaciona, portanto, à maneira como esses dois DCPs capacitam as interagentes a afirmar fatos biográficos sobre Camila. Superficialmente, poderíamos pensar que, em termos da organização prática do atendimento, somente o DCP "cliente" teria relevância à organização do encontro, porém ações como a de Shirley mostram que a ocasionalidade de outros DCPs (Hester & Hester, 2012), como o pertencimento à coleção "família", também podem se relacionar à autoridade dos membros ao curso da sessão. Sobre a dinâmica da psicoterapia familiar, há de se explorar se o DCP "família" também não seria um aparato Pn-adequado, na medida que atendimentos nessa tipologia, entre outros aspectos, se fundamentam na coprodução de narrativas biográficas pelo grupo (Smollak & Strong, 2018) e, consequentemente, a legitimidade que cada membro de um mesmo sistema familiar possui para regular as falas uns dos outros a respeito dessas narrativas.

Nesse excerto, o trabalho de categorização de self de Camila e Shirley foi associado à forma como as falantes endereçaram seu pertencimento sobre o fenômeno da construção identitária de Camila. Se tornou condição *sine qua non* que participantes

modulassem esse enquadre por meio de nomes e termos generificados e, adicionalmente, por ações práticas com as quais performaram legitimidade sobre o processo de categorização, a saber, a demonstração de autoridade epistêmica e deôntica sobre os processos de categorização e a realização de atividades ligadas às categorias dos DCPs (no caso de Shirley, especialmente) (Stevanovic & Peräkylä, 2012).

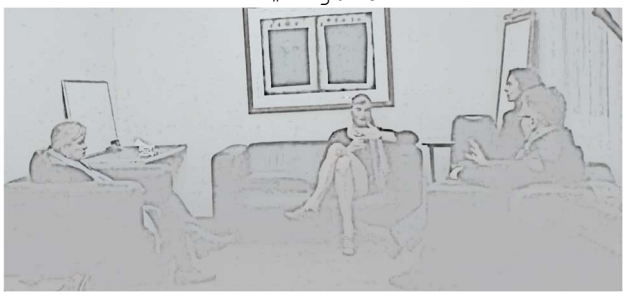
Aspectos Onirrelevantes à Categorização de Self: "Gênero" como Dispositivo para Relevância de Ação

Nesta seção elucidamos os aspectos mais abstratos e, consequentemente, mais complexos no trabalho de categorização de self. Isso porque eles ocorrem justamente pelo andamento temporal da interação, na medida que a *localidade cronológica das ações* de categorização projeta as ações futuras dos participantes e permite associações mais interligadas entre diferentes coleções (Sacks, 1992; Klein, 2011). Em outras palavras, quanto mais negociada previamente tiver sido uma categoria de pertencimento, mais coeso deverá ser seu uso em relação a outros DCPs, no intuito de não se perder a inteligibilidade sobre a construção sequencial do pertencimento dos membros do grupo e, consequentemente, dos seus selves.

Em momento anterior ao excerto a seguir, Camila explica o seu desejo por relacionamentos sexuais/afetivos com outras mulheres; ela argumenta que não conseguiria manter nenhum tipo de relacionamento, tampouco "conquistar" alguma parceira. Shirley comenta sobre um website no qual Camila posta algumas fotos pessoais. Em seguida, a falante discute que "o filho" sempre foi um "guri bonito" e que ela o incentivava a ter outros relacionamentos. Junto a esse fato, Shirley argumenta não entender a supostamente abrupta mudança de orientação sexual e performance de

gênero de “Edegar”. Ademir se afilia a Shirley, legitimando seu estranhamento e formulando que a mudança aparentemente repentina dificulta o entendimento da mãe sobre a nova identidade de Camila. Shirley se alinha com Ademir e completa as falas do terapeuta, ratificando que “Edegar” era uma pessoa mais “séria”, sendo “todo puritano e todo certinho”. Camila se movimenta demonstrando inquietação e descontentamento com as falas dos interlocutores. A participante contra-argumenta dizendo que talvez ela (Camila) tenha “enchido o saco e queira viver seus últimos anos” dessa forma. Ademir interpela a participante, dando início ao excerto sob análise.

Excerto 2: 17jul2017_00:28:56 – 00:29:17

001	**Camila**	**e de repente que::r (0.4) vive:r seus últimos**
002		**a:*+:nos (.) ts: (0,3) é[:::+ *]**
	Camila	*olha para cima,,,,,,,,,,,,,*
003	**Ademir**	**[>mas m]#as ã< mas cami:la**
	Ademir	+........levanta M direita-->
	Fig	#fig. 8
		
		Fig. 8
004		**(.) >de-dei-deix-< deixa eu esclarecer [de novo]**
005	**Camila**	**[ã: aha:]**
006		**(0,4)**
007	**Ademir**	**eu não tô criticando a [camila].**
008	**Camila**	**[°aha:°]**
009		**(1,0)**
010	**Ademir**	**eu to só +#tenta::ndo entender >pra tua mãe<+ como**
	Ademir	+aponta com as duas Ms para shirley+
	Fig	#fig.9
		
		Fig.9
011		**fica difí:cil (.) +#porque é de um +#extre:mo ao outro?**

Ademir +gira M direita+
Fig #fig.10



Fig. 10

#fig.11



Fig.11

012 (0,5)
013 Ademir >e daí< me parece que não é só uma questão:: (0,5)
014 de tipo: (0,6) que ela #+era homem
Ademir +bate a M esquerda na poltrona->
Fig #fig.12



Fig. 12

015 e ->+agora é mulhe:r.+#
Ademir ->+rebate Ms para direita+
Fig #fig.13



Fig. 13

016 (0,7)
017 Ademir não: (.) é que parece que te:m (.) m:a:is outras
018 mudanças ocorrendo [°né camil-°]
019 Camila [é que pra] mãe é mais pra
020 difí:cil pra mim é mais fá:cil?
021 (0,9)

022	Camila	**porque eu tenho o::utra visão de vi::da,**

(Fonte: elaboração própria)

No início da sequência observamos que, em fala sobreposta, Ademir presta contas a Camila a respeito do seu comportamento anterior, quando ele teria se alinhado com Shirley sobre o grande contraste percebido entre "Edegar" e "Camila" (linhas 03 a 07). O uso do pronome "eu" cria, *per se*, uma diferenciação gramatical em relação ao objeto nominalizado "Camila" (linha 07): "eu" e "Camila" não estão no mesmo nível de abstração por serem categorias de palavras de níveis distintos (tanto no sentido *lato* - uma é nominal e outra é pronominal – quanto no sentido *stricto* – "eu" referencia o self de Ademir e "Camila" refere o self da cliente) (Harré, 1998). Refletimos que em alteração à elocução "eu não tô criticando a Camila", o terapeuta poderia ter utilizado duas categorias de chamamento de mesmo nível subordinado, pelo menos em sentido *lato* (e.g., "eu não estou *te* criticando").

O uso contextual de "Camila" ao invés do pronome indicia uma tentativa de salientar (ou tornar relevante) um pertencimento associado a "tu" (em segunda pessoa) e outro associado a "Camila" (em terceira pessoa). Tal qual introduzido no início desta subseção, em relação à localidade cronológica das ações, Klein (2011), em interpretação de Sacks (1992), argumenta que categorizações pronominais são *localmente subsequentes*, isto é, para a utilização de pronomes como categorias de pertencimento, é necessário que uma categorização nominal (*localmente inicial*) tenha sido feita. Neste sentido, a preterência do pronome pelo nome, neste ponto da interação, ainda condiciona o self de Camila a trabalho de categorização inicial, de forma que ele ainda não é pronominável. Notamos que desde o início da interação um self associado a "Edegar" tem sido construído por Shirley em alinhamento a Ademir. A nominalização

do objeto em terceira pessoa (linha 07) poderia, portanto, remeter a essa indefinição entre o self apresentado ("Camila") e o self narrado por Shirley em alinhamento a Ademir ("Edegar").

Além da constituição morfossintática do turno de Ademir, vemos que o participante atua como o *animador* neste trecho da interação. Goffman (1981) conceitua "animador" como aquele que pronuncia uma elocução qualquer ("*the sounding box"*), mas que não necessariamente age como o *autor* dessa produção (aquele que intelectualmente teria construído o fato) nem como seu *protagonista* (o foco ou o tema da elocução). Para além do aspecto dramatúrgico associado ao ato de animação (que, efetivamente, posiciona um participante como alguém que "anima" algo, como em um papel teatral), está o grau da indicialidade e a qualidade retórica desse tipo de prática social (Potter, 1996).

Especificamente sobre esses dois aspectos, o terapeuta referencia Shirley como a autora do seu turno nas linhas 10 e 11 ("eu tô tentando entender *pra tua mãe* como fica difícil"). Paradoxalmente, ao prestar contas a respeito do fato ("porque é de um extremo ao outro", linha 11), o participante atribui caráter retórico na sua prática, na medida que ele justifica (a partir de seu próprio entendimento) porque Shirley teria razão em pensar dessa forma. Não surpreendentemente, após intervalo relevante de transição, o terapeuta interpreta a cliente (linhas 13 a 18), propondo que há mudanças que vão além das expressões de gênero restritas a homens e mulheres. A interpretação (Peräkylä et al., 2008) consiste no posicionamento avaliativo do profissional sobre algum aspecto da narrativa do cliente, trazendo informações novas às falas do destinatário (relativas à perspectiva do autor da interpretação, nesse caso). Nas linhas 19 a 22, Camila presta contas à interpretação de Ademir ("é que pra mãe é mais difícil pra mim é mais fácil porque eu tenho outra visão de vida").

A respeito das interpretações nos contextos psicoterápicos, Peräkylä (2012) argumenta que seu uso expõe de forma direta o self do psicoterapeuta ao trabalho de categorização, na medida que a prática requer, fundamentalmente, que o seu produtor adicione sua própria opinião (ou percepção, e.g., “me parece” linha 13 e “parece” linha 16) ao fato produzido sobre a biografia do cliente. Dependendo do tipo de percepção adicionada, ou seja, a partir de quais conhecimentos e experiências o autor da interpretação produziu seu turno, a prática orientará os demais participantes a olharem características pessoais ou “não profissionais” do terapeuta naquele momento, revelando aspectos do seu self que não estejam necessariamente associados ao setting psicoterapêutico (Voutilainen & Peräkylä, 2016).

No caso sob análise, notamos que a interpretação foi mediada anteriormente pela animação da mãe. Isso, em termos dinâmicos, ameniza o efeito potencialmente expositivo de uma prática interpretativa e, indiretamente, adiciona legitimidade ou veracidade à produção. Em outras palavras, ao animar a mãe da participante antes de produzir a interpretação (linhas 13 a 18), Ademir orienta que a *autoria* da produção não vem totalmente dele, mas também de Shirley (o que, novamente, possui efeitos retóricos, na medida que uma interpretação sempre possuirá autoria e animação de um mesmo agente (Voutilainen & Peräkylä, 2016).

É interessante pensarmos que, em termos de categorização, a construção de Ademir mantém o campo temático da interação focado nos selves de Shirley e Camila, não trazendo atributos ou categorias relacionadas ao seu próprio self. Por exemplo, notamos que a categoria “eu”, utilizada frequentemente pelo profissional para designar a si mesmo, fora produzida de maneira pronominalizada ao longo de todo o excerto sob análise. Ratificamos que categorias pronominalizadas são localmente subsequentes e,

portanto, passíveis de menor trabalho de categorização em termos de atribuições Pn (Sacks, 1992; Klein, 2011).

Nossos dados mostram que a aplicação cuidadosa e objetiva das categorias nominais e pronominais revela o interesse institucional do terapeuta em manter o foco da negociação sobre o self de Camila. Ainda, observamos o trabalho relacionado aos DCPs "família" e "cliente", associados pelo uso de categorias representativas desses dispositivos no próprio excerto (com especial atenção ao termo "questão", linha 13, novamente utilizado pelos falantes) e pelas referências diretas às categorizações feitas em momentos anteriores à elicitação da sequência (e.g., a disputa entre Ademir e Camila sobre a legitimidade de Shirley não entender seu processo de construção identitária, que "é de um extremo ao outro", linhas 01 a 11).

A análise multimodal do excerto permite observar a condição do timing e da sequencialidade das ações do terapeuta (Mondada, 2016) que, por exemplo, utiliza novamente suas mãos para tomar o turno ou orientar a preferência pela tomada de turno (linha 3, fig. 8), sustentar a prática da animação, ao apontar para a mãe da participante (linha 10, fig. 9) e sustentar o entendimento comum para a sua interpretação (linha 11, fig. 10 e fig. 11, linha 14, fig. 12 e linha 15, fig. 13). A gesticulação indicia, ainda, ideia de suposta cisão ou polarização entre os espectros masculino e feminino.

Neste sentido, colateralmente ao uso dos dispositivos acima, o DCP "gênero" surge como parte relevante do pertencimento de Camila. Especificamente, Autor (ano) demonstra que categorizações generificadas podem ocorrer concomitantemente a outras atividades locais e, inclusive, não serem trabalhadas explicitamente pelos agentes, uma vez que sejam entendidas como categorias estereotipadas e pré-concebidas, portanto normalizadas. Klein (2011) reflete igualmente sobre essas questões, referenciando que gênero é uma categoria que poderá ter *relevância de ação* quando for utilizada ativa e

explicitamente para o cumprimento de uma atividade específica da interação, ou *relevância de sistema*, quando a generificação de pronomes ou substantivos é compulsória, dando caráter onirrelevante aos processos de categorização nesse dispositivo, inclusive em interface com outras categorias em qualquer nível de abstração.

Sobre isso, retornamos à análise morfossintática da interpretação de Ademir nas linhas 13 a 18. Nesses turnos, vemos que Ademir utiliza o pronome "ela" (linha 14) como um elemento dissociado propriamente de uma voz discursiva em segunda pessoa: novamente percebemos um descolamento entre o self associado à pessoa com quem Ademir interage e outro sobre o qual participantes produzem narrativas de pertencimento. Vemos que o pronome que indicia "Camila", e que é usado em terceira pessoa, está associado ao atributo "não [...] era homem e agora é mulher" (linhas 14 e 15). Esse atributo justamente deflagra a complexidade intrínseca ao trabalho de self da participante, que tanto referencia associação ao DCP "gênero" (i.e., qual o espectro ou expressão de feminilidade e masculinidade é associada à participante), quanto ao DCP "cliente" (i.e., quem decide sobre essa autonomia no espaço de atendimento") e ao DCP "família" (i.e., Camila continua sendo "filha" de Shirley e, portanto, deve prestar contas sobre o processo de transição à mãe e ao resto da família).

A correspondência entre os três DCPs faz com que a categorização de gênero, nesse caso, possua relevância de ação (Klein, 2011). De forma geral, o self de Camila, imbricado entre o DCP "cliente", "família" e "gênero", possui relevância absoluta a condensar, interacionalmente, uma percepção grupal uníssona a respeito do pertencimento identitário da interagente. Notamos que, por mais que a participante tenha explicitado no excerto anterior que o poder decisório sobre esse pertencimento é exclusivamente seu, Ademir, Shirley e Lisandra ativamente negociam esse

pertencimento ao longo da sessão, inclusive causando instabilidade nos termos de endereçamento direcionados a Camila.

À Guisa de Reflexão: AC, ACP e Análise do Self na Psicoterapia

Tal qual introduzido no início de nosso artigo, a difusão da análise de self possui, a grosso modo, duas principais manifestações dentro da psicologia e da psicoterapia: uma relacionada à *ontologia* dos sistemas teóricos que subjazem às práticas executadas pelos psicoterapeutas e a forma como o self se liga a essas práticas, na forma de teorizações sobre a personalidade dos clientes, e outra associada ao manejo técnico, isto é, à *fenomenologia* do pertencimento biográfico durante os atendimentos clínicos e a como os profissionais manufaturam o atendimento em relação às características socioculturais dos membros (Harré, 1998; Ferris et al., 2018; Wozniak, 2018). A esse último ponto, adicionamos a necessidade crescente de terapeutas considerarem aspectos transdiagnósticos para a avaliação do processo terapêutico a curto e longo prazo (Norcross & Wampold, 2018).

No intuito de discutirmos essas duas características dentro de uma proposta microinteracional de análise de categorização de self, sumarizaremos nossos resultados para, posteriormente, avaliarmos a repercussão do uso da ACP e da AC para a temática de análise de self na psicoterapia contemporaneamente. Seguem:

[1] Ademir promove reformulação do self da participante ao repetir ou transformar categorias elicitadas por Shirley e Camila ao longo de suas narrativas (e.g., “é de um extremo ao outro”, “isso sim”, “é essa a questão”). Esse fenômeno é explicado, parcialmente, pelas regras (a), (b) e (c) (Sacks, 1972; Schegloff, 2007);

[2] Participantes promovem a categorização de self por meio de processos de diferenciação e aproximação de nomes e pronomes (e.g., “Camila”, “Edegar”, “eu”, “ela”, “a gente”, guri”, “homem”, “mulher”, “pai”, “mãe”), bem como predicativos associados (e.g., “se expõe em um website”, “bonito”, “é a questão”, “[eu] que decido”), atividades associadas (e.g., Shirley solicitar seu RG, tomando o turno de fala após a sequência entre Ademir e Camila) (Sacks, 1992) e pela gestalt complexa multimodal das ações (Mondada, 2016). Ainda, tal qual descrito anteriormente por Hester e Hester (2012), não somente partículas indiciais foram passíveis do trabalho de categorização, como a própria categorização de objetos foi relevante ao processo de construção de self de Camila, a se ver pelo trabalho relacionado à “questão” elicitada por Ademir e à trajetória da discordância e da posterior formulação corretiva associada à categorização do termo;

[3] A ação de animação permitiu que o terapeuta pudesse produzir fatos sobre a biografia de Camila (autoridade epistêmica) sem precisar expor seu próprio self ao trabalho de categorização (Peräkylä, 2012). Mesmo após a ação de Camila, em afirmar que possui poder decisório sobre sua transição identitária no Excerto 1, Ademir propõe negociação dessa atribuição ao longo da primeira metade da consulta;

[4] Quanto ao DCP “gênero”, vemos que seu trabalho ocorreu concomitante ao pertencimento aos DCPs “cliente” e “família”. Nesse sentido, podemos observar que o trabalho de categorização de gênero nos nossos dados estava associado à *relevância das ações* (Autor, ano Klein, 2011) desenvolvidas pelos participantes: eles usavam generificação de palavras para também construir certa instabilidade a respeito do self da cliente, promovendo comparações entre expressões de masculinidade e feminilidade performadas por Camila, vistas, por exemplo, pela sua integração com predicativos descritos em [2] e sua participação nos dispositivos supracitados. Nos excertos sob

análise, o trabalho relativo aos DCP "família" ocorreu exclusivamente por meio de ações associadas (como, por exemplo, a ação de Shirley solicitar a "Edegar" seu número de RG, Excerto 1);

[5] Há a construção de um self para a cliente dissociado de uma única categoria nominal, ou seja, Camila e Edegar acabam sendo referenciados a mesma pessoa. Ademir produz efeitos metafóricos ao self Camila por meio da desconjunção entre as vozes discursivas em primeira, segunda e terceira pessoa ("*eu* não tô criticando *a Camila*" vs. "*eu* não tô *te* criticando", Excerto 2) (Harré, 1998).

Frente a isso, deixamos claro que não estamos avaliando os aspectos éticos na atuação dos psicoterapeutas, muito menos fazendo qualquer alusão à qualidade ou adequação do modelo técnico-interventivo adotado pelos profissionais na consulta analisada. O que objetivamos é entender como o self é co-construído e enquadrado na interação e como esse processo de construção conjunta (que faz parte da categorização de pertencimento) ocasiona mudanças organizacionais ao encontro, bem como às posturas epistêmicas por parte de todos os participantes (Schegloff, 1996).

Segundo Turner et al. (1987), o "self", enquanto resultado de um processo de pertencimento, é feito relevante (ou saliente) pela diferenciação entre as categorias associadas dos participantes. Mais ainda, os autores orientam que essa diferenciação pode ser feita pelo contraste morfológico entre categorias de diferentes grupos gramaticais, como nomes e pronomes. Na mesma direção, Harré (1998) avalia que a indicialidade de pronomes pessoais em primeira e terceira pessoa, bem como nomes próprios, é condição fundamental para o efeito perceptual sobre aquilo que alguém refere como o próprio self e o self de seus interlocutores. Para o autor, o "eu" conversacional produz indicialidade moral e espacial, no sentido que condiciona a percepção do grupo ao senso de credibilidade entre aquilo que o autor da expressão "eu"

reproduz pela fala-em-interação e a sua familiaridade epistêmica com as categorias associadas na sua descrição.

Em nossos dados, observamos que todos os participantes ativamente demonstraram sua percepção por meio de ações conversacionais baseadas estruturalmente na indicialidade (Garfinkel & Sacks, 1970). Mais do que explicitamente se engajar em narrativas biográficas relacionadas às próprias histórias de vida, os participantes demonstraram interesse em *organizar o curso e a ordem* dessas narrativas, bem como inserir qualidades estatutárias a determinados fatos ou circunstâncias relacionadas à vida narrada de Camila (cf. [2] e [4]). Em outras palavras, o pertencimento aos DCPs "cliente", "família" e "gênero" ocorreu *vis-à-vis* a organização institucional do encontro (Schegloff, 1996; 2007). Notamos que os interagentes se propuseram a elicitar discussão sobre temáticas familiares a Camila e a Shirley, adequando-as ao espaço terapêutico em si (cf. [1]). Notadamente, Ademir e Lisandra se colocaram como orquestrantes dessa adequação, tentando conduzir (ou mediar) a narrativa das clientes para que se pudesse estabelecer um meio-termo (ou o alinhamento "dos relógios marcando horas diferentes") entre a dupla.

É interessante pensar que, sobre a pauta da transexualidade, há normalmente a conduta de psicoterapeutas em integrarem as experiências passadas por pessoas trans às suas justificativas para vivência do processo de transição (ou seja, em comparar a história pregressa à maneira como essas pessoas expressam seu desejo em modificar sua identidade) (Borba, 2015). A produção de narrativas biográficas, nesse sentido, induz um pertencimento Pn-adequado ao DCP "família" e consequentemente a integração dos selves dos clientes a esse dispositivo. Os DCPs "cliente" e "terapeuta", que também são Pn-adequados ao espaço da psicoterapia, operam enquanto aparatos institucionais, dando margem aos terapeutas para organizar o setting com notada autoridade deôntica

(Stevanovic & Peräkylä, 2012 e para discussão sobre a construção da categoria "especialista" ver Perobelli, Nogueira & Couto, 2021).

Sobre o self ontológico citado no início desta subseção, vemos sua manifestação pela qualidade discursiva do encontro terapêutico (Habermas, 1984), na medida que psicoterapeutas investigam, muitas vezes, a vida pregressa do cliente para estabelecer alguma lógica causal entre a expressão de um self apresentado sincronicamente e outro self de aproximação biográfica (Smollak & Strong, 2018). Apesar de esse aspecto não ser necessariamente negativo (aliás, ele é, muitas vezes, fundamental para a condução da psicoterapia), vimos, por meio dos excertos, que o estabelecimento dessas pressuposições ontogenéticas como *pautas* dos encontros pode levar profissionais a conduzir os percursos da intersubjetividade no atendimento como um todo.

Tal qual visto em [3], a animação de Ademir, seguida de uma interpretação, denuncia a qualidade retórica na prática do profissional (Potter, 1996; Peräkylä, 2012), que não obstante em problematizar uma suposta incongruência sobre a história pregressa de Camila e o seu self apresentado (e.g., "é de um extremo a outro", Excerto 2), acaba interferindo na dinâmica de pertencimento global da cliente, que é confrontada como um membro que não possui um self bem definido, isto é, sem localidade subsequente, não sendo pronominalizável (cf. [4] e [5]). Junto à não pronominalização, vimos que a atribuição de pertencimento circundante ao self apresentado de Camila era dissonante da fala de Ademir e Shirley, daí as frequentes discordâncias entre os três participantes, vistas em ambos os excertos. Notamos, ainda, que o pertencimento ao DCP "família", ao ocorrer por meio de atribuição de ações associadas – e não por atribuição de predicativos nominalizados nos excertos sob análise (cf. [4]), instalou menor disputa entre os interlocutores, o que indica maior problematização sobre a identidade de gênero de Camila, em relação a sua associação como filha de Shirley.

Especificamente ao aspecto [5] de nossos resultados, observamos que a adaptabilidade da técnica psicoterápica às características socioculturais dos clientes não é, necessariamente, uma ação diacrônica, relacionada à construção de um "mapa mental" sobre a biografia do cliente (Norcross & Wampold, 2018); a partir do nossos resultados, à luz das contribuições da AC e da ACP, percebemos que essa adaptabilidade se mostra uma ação de promoção de pertencimento e alinhamento intersubjetivo entre os membros no espaço *sincrônico* (Atkinson & Heritage, 1984; Peräkylä, 2015). Concretamente, vemos que a manifestação dessa adaptabilidade ocorre por meio do uso das categorias de pertencimento, dos predicativos associados a essas categorias e pelo direcionamento desse pertencimento por meio da orientação a categorias nominais e pronominais propriamente ditas (Sacks, 1992; Schegloff, 2007; Hester & Hester, 2012).

O uso de pronomes em terceira pessoa e nomes próprios (como vocativos) demarcam a *condição social* do que está sendo falado, implicando a relação (ou metapercepção) da pessoa que experiencia ou assiste uma cena e aqueles que atuam como interlocutores (Harré, 1998). Nos dados sob análise, Ademir expressou concretamente seu entendimento sobre a identidade de gênero de Camila pela variação lexêmica designada ao chamamento da cliente (cf. [4] e [5]).

Para a dinâmica do atendimento em coterapia e modalidade familiar, vimos que os terapeutas muitas vezes sustentaram uma visão ontogenética ao self da cliente por meio do alinhamento com sua mãe (também membra do DCP "família"). Observamos que Ademir animou a fala de Shirley em [4] para se servir, indiretamente, de um pertencimento ao qual, por condição Pn-adequada ao DCP "terapeuta", o profissional não poderia ocupar: sendo terapeuta de Camila, *per se*, Ademir não poderia participar do seu sistema familiar, bem como não estaria em condições de negociar com a cliente

atributos associados a categorias pertencentes a esse dispositivo (e.g., o pertencimento de Camila enquanto filha de Shirley). Ou seja, a autoridade epistêmica (Heritage, 2018) do terapeuta sobre a biografia de Camila estava diretamente associada ao quanto o profissional poderia produzir fatos a respeito dessa narrativa. Criativamente, o terapeuta se alinhou com Shirley e, a partir da animação, conseguiu trabalhar em profundidade o self biográfico da cliente, em renúncia ao trabalho do self público apresentado por Camila. Discutir o impacto dessa postura profissional seria um ponto de grande importância para a qualificação técnica (e menos diretiva) do atendimento psicoterapêutico a partir de uma perspectiva transdiagnóstica (Norcross & Wampold, 2018; Moura & Oliveira, 2023).

O que esperamos ter demonstrado, portanto, é que a AC e a ACP proporcionam a investigação interacional (e, portanto, dinâmica) dos "fenômenos da consciência" a partir de sua concepção como ações sociais. Tal qual Garfinkel e Sacks (1970) já propunham no desenvolvimento teórico-metodológico de uma microssociologia aplicada, o estudo contínuo das interações sociais e dos processos formais de comunicação sobre as estruturas sociais (isto é, os discursos propriamente ditos, conforme Habermas, 1984) proporciona o desenvolvimento assintótico de uma teoria social (ou psicológica) empiricamente fundamentada e baseada em evidências científicas.

Para a análise do self, a AC e a ACP encaminham o entendimento da construção da consciência como efeito prático da socialização, na qual termos lexêmicos proporcionam aos falantes possibilidades múltiplas de demonstrar competência ao pertencimento social e, consequentemente, ao seu status como membro de determinado grupo ou cultura (Sacks, 1992; Schegloff, 2007). Esse interesse pela apresentação perpassa a sensibilidade dos agentes sobre a interação sincrônica que estabelecem com o

espaço social e como esse espaço igualmente demonstra sua expectativa sobre sua performance comportamental (Perobelli, Nogueira & Couto, 2021).

Especialmente sobre a ACP, a justaposição de categorias de pertencimento que façam relação ao senso de consciência de si deve receber uma significação contextualizada pelas ciências sociais e humanas, no intuito de produzirmos conhecimentos concretos (a saber, grandes coleções de material empírico baseados em dados de fala de ocorrência natural) para o entendimento de *como* dispositivos de pertencimento integram, efetivamente, aquilo que seres humanos pensam e sentem intimamente (Schegloff, 2007). O espaço (ou *momentum*) entre a escolha e o uso de categorias de pertencimento, na fala-em-interação, é o que poderíamos definir como a união entre o público e o privado da pessoalidade humana, isto é, o self como *unitas multiplex.*

Referências

AUTOR (ANO)

Arano, Y. (2018). Post-other-correction repeat: Aspects of a third-position action in correction sequences. *Journal of Pragmatics*, (136), 5-19.

Atkinson, J. M., & Heritage, J. (eds.). (1984). *Structures of Social Action*. Cambridge University Press.

Barresi, J., & Martin, R. (2011). History as Prologue: Western Theories of the Self. *In:* S. Gallagher (Ed.). *The Oxford Handbook of the Self.* Oxford University Press (pp. 33-56).

Borba, R. (2015). How an individual becomes a subject: Discourse, interaction & subjectification at a Brazilian gender identity clinic. *W.P. Urban Language and Literacies*, (163), 02-23.

Buchholz, M. B. (2019). Psychodynamic Psychotherapy Process Research: A quick ride through what you should know about process (research). *Journal of Analytical Psychology, 64*(5), 798–822. https://doi.org/10.1111/1468-5922.12547

Drew, P., & Heritage, J. (1992). *Talk at work: Interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ferris, L., Johson, R. E. E, & Sedikides, C. (2018). *The self at work*. Routledge.

Garfinkel, H., & Sacks, H. (1970). On formal structures of practical actions. *In*: J. D. Mckinney; E. A. Tiryakian (Eds.), *Theoretical sociology*. Appleton-Century Crofts (pp. 337–366).

Goffman, E. (1981). Footing. In: Goffman, E. *Forms of Talk*. University of Pennsylvania Press (p. 124-57).

Habermas, J. (1984). *The Theory of Communicative Action (Vol. 1)*. Beacon Press (pp. 103-43).

Harré, R. (1998). *The singular self: An introduction to the psychology of personhood.* Sage Publications, Inc.

Hepburn, A., & Bolden, G.B. (2013). The Conversation Analytic Approach to Transcription. *In* J. Sidnell; T. Stivers (orgs.). *The Handbook of Conversation Analysis*. Blackwell (pp. 57–76).

Heritage, J., & Watson R. (1979). Formulations as conversational objects. *In* G. Psathas. (ed.). *Everyday language*. Irvington Press (pp. 123-62).

Heritage, J. (2018). The ubiquity of epistemics: A rebuttal to the 'epistemics of epistemics' group. *Discourse Studies*, *20*(1), 14-56.

Hester, S., & Eglin, P. (eds). (1997). *Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis.* International Institute for Ethnomethodology and University Press of America.

Hester, S., & Hester, S. (2012). Categorial Occasionality and Transformation: Analyzing Culture in Action. *Hum Stud, 35***,** 563–581. https://doi.org/10.1007/s10746-012-9211-7.

Hill, C. E., & Norcross, J. C. (2023). Psychotherapy skills and methods: Introduction to the special issue. *Psychotherapy*, *60*(3), 237.

Klein, N. (2011). Doing gender categorization: Non-recognitional person reference and the omnirelevance of gender. *In* Speer, S. & Stokoe, E. (Eds.). *Conversation and Gender*. Cambridge University Press (pp. 64-82).

Leal, E. M., & Serpa Junior, O. D. de. (2013). Acesso à experiência em primeira pessoa na pesquisa em Saúde Mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, *18*(10). 2939-2948. https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013001000018

Loder, L. L., & Jung, N. M. (2008). *Fala-em-interação Social: Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Mercado das Letras.

Macedo, L. S. R. de, & Silveira, A. da C. da. (2012). Self: um conceito em desenvolvimento. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, *22*(52), 281-290. https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000200014

Mondada, L. (2018). Multiple Temporalities of Language and Body in Interaction: Challenges for Transcribing Multimodality. *Research on Language and Social Interaction*, *51*(1), 85-106.

Moura, C. B., & Oliveira, M. C. S. L. (2023). Queer Theory and Dialogical Self Theory: Considerations on Human Development. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, *39*, e39308. https://doi.org/10.1590/0102.3772e39308.en

Norcross, J. C., & Wampold, B. E. (2018). A new therapy for each patient: Evidence-based relationships and responsiveness. *Journal of Clinical Psychology*, *74*(11), 1889–1906. https://doi.org/10.1002/jclp.22678

Peräkylä, A. (2004). Reliability and validity in research based on naturally occurring social interaction. *In* Silverman, D. (Ed.). *Qualitative research: Theory, method and practice*. Sage (pp.283-304).

Peräkylä, A. (2012). Conversation analysis in psychotherapy. *In* Stivers, T, & Sidnell, J. (eds.). *Handbook of conversation analysis*. Blackwell (pp. 551-74).

Peräkylä, A. (2015). From Narcissism to Face Work: Two Views on the Self in Social Interaction. *American Journal of Sociology,* **121**(2): 445–474. https://doi.org/10.1086/682282

Peräkylä, A.; Antaki, C.; Vehviläinen, S.; Leudar, I. (2008). *Conversation analysis and psychotherapy*. Cambridge, Cambridge University Press, 222p.

Peräkylä, A.; Sorjonen, M. (2012). *Emotion in Interaction*. Oxford, Oxford University Press, 320p.

Perobelli, R.; Nogueira, M. De O.; Couto, C. S. L. (2021). Perspectiva dramatúrgica, gerenciamento de impressões e categorização de pertencimento: uma interseção entre Goffman e Sacks. *VEREDAS - REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS*, *25*, 304-326.

Potter, J. (1996). *Representing Reality: Discourse, Rhetoric and Social Construction*. SAGE Publications.

Sacks, H. (1972). An initial investigation of the usability of conversational data for doing Sociology. *In* Sudnow, D. N. (Ed.). *Studies in Social Interaction*. Free Press (pp. 31–74).

Sacks, H. (1992). *Lectures in Conversation:* vol. I & II. Oxford, Blackwell, 1520p.

Sacks, H., & Schegloff, E. (1979). Two preferences in the organization of reference to persons in conversation and their interaction. *In* Psathas, G. (Ed). *Everyday Language: Studies in Ethnomethodology.* New York, Irvington Publishers, p. 1-21.

Sacks, H., Schegloff, E. A., & Jefferson, G. (1974). A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language, 50*(4), 696–735.

Schegloff, E.A. (1996). Confirming Allusions: Toward an Empirical Account of Action. *AJS*, *102*(1), 161-216.

Schegloff, E. A. (2007). A tutorial on membership categorization. *Journal of Pragmatics*, *39*, 462–482.

Silva, C. R.; Andrade, D. N. P.; Ostermann, A. C. (2009). Análise da Conversa: uma breve introdução. *ReVEL*, **7**(13), 1-21. Retirado de: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_analise_da_conversa.pdf

Smollak, O.; Strong, T. (2018). *Therapy as discourse: practice and research*. London, Palgrave MacMillan, 248p.

Stevanovic, M.; Peräkylä, A. (2012). Deontic Authority in Interaction: The Right to Announce, Propose, and Decide. *Research on Language & Social Interaction*, *45*(3), 297-321. https://doi.org/10.1080/08351813.2012.699260

Stokoe, E. (2010). Gender, conversation analysis, and the anatomy of membership categorization practices. *Social and Personality Psychology Compass*, *4*(7), 428–438. https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2010.00261.x

Stokoe, E. (2012). Moving forward with membership categorization analysis: Methods for systematic analysis. *Discourse Studies*, *14(*3), 277-303. https://doi.org/10.1177/1461445612441534

Ten Have, P. (2012). Ethnomethodology and conversation analysis. *In* Cooper, H., Camic, P. M., Long, D. L., Panter A. T., Rindskopf, D., & Sher K. J. (Eds.). *APA handbook of research methods in psychology.* American Psychological Association (pp. 103–117).

Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory.* Blackwell.

Voutilainen, L., & Peräkylä, A. (2016). Interactional Practices of Psychotherapy. *In* O'rilley M., & Lester J. N. (eds.). *The Palgrave Handbook of Adult Mental Health: Discourse and Conversational Studies*. Palgrave Macmillan (pp. 540-77).

Wozniak, M. (2018). "I" and "Me": The Self in the Context of Consciousness. *Front. Psychol*., *9*(1656), 1-14. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01656

Apêndice A – Sistema de Transcrição Mondada (adaptado)

Símbolo	Significado do Símbolo
* *, + + ,° °, ...	Descrições de ações corporais são delimitadas entre dois simbolos idênticos (um simbolo por participante e/ou por tipo de ação), que são sincronizadas com trechos de fala ou tempo indicado.
--->	A ação descrita continua nas linhas subsequentes, até o mesmo simbolo ser atingido.
>>	A ação descrita começa antes do excerto ser disparado.
--->>	A ação descrita continua depois do excerto ser finalizado
... .	Preparação da ação.
----	Ápice da ação é alcançado e sustentado.
,,,,,,	Retraimento da ação.
#fig	Momento exato no qual um *screenshot* é tirado.
(1.0)	Pausa em segundos e décimos de segundos.
(.)	Pausa inferior á três décimos de segundo.
.	Entonação decendente.
?	Entonação ascendente.
,	Entonação continua.
↓	Mais grave.
↑	Mais agudo.
hh	Aspiração ou riso.
.hh	Inspiração.
=	Elocuções continguas, sem intervalo.
[ ]	Inicio e fim de falas simultâneas/sobrepostas.
( )	Fala que não pode ser transcrita.
(palavra)	Transcrição duvidosa.
°palavra°	Intensidade menor ("volume mais baixo").
PALAVRA	Intensidade maior ("volume mais alto").
palavr-	Interrupção abrupta da palavra.
>palavra<	Fala acelerada.
<palavra>	Fala desacelerada.
pala::vra	Prolongamento de som.
palavra	Silaba ou palavra enfatizada.
M(s): Mão(s)	Por limitação espacial (os descritores precisam caber no espaço correspondente ao um segmento de fala temporalmente limitado), simbolos serão convenientemente abreviados.
C: Cabeça	
...	

6. CONCLUSÃO GERAL

Esperamos ter demonstrado o uso da ACP como recurso compreensivo da psicoterapia, proporcionado pela análise de dados de ocorrência natural e das *ações sociais* da clínica. Neste sentido, propusemos uma perspectiva weberiana, acional, ao conceito de intersubjetividade, alocando-a como a demonstração de competências conversacionais que protegem as faces positivas dos interagentes, em meio à organização sequencial e indicial dos encontros.

Por meio do primeiro manuscrito, observamos como as ações transformativas do terapeuta permitiram a sustentação de uma economia epistêmica favorável à manutenção da agenda. Contrariamente, notamos disputas feitas pela cliente em momentos em que as formulações do profissional desviavam o campo temático prévio (ação alvo) para algum entendimento despreferido (resposta), que necessitava ser corrigido ou justificado. Sobre isso, apontamos que a retórica é elemento de profusão na prática clínica, por vezes sendo necessário à boa condução do encontro e à sustentação da agenda clínica, mas, por outro, emergindo como veículo de proteção da face do terapeuta em momentos de discordância ou desentendimento com o cliente.

No segundo artigo aprofundamos a análise de categorização de pertencimento dos interagentes e sua relação com o processo clínico. Nossos resultados posicionaram o dispositivo “gênero” como elemento de trabalho fino entre os atores, em meio a atendimento focado especialmente à saúde da população LGBTQIA+. Observamos que perturbações lexêmicas e instabilidade nominais foram utilizadas propositalmente para demonstrar problemas ou transformações francas na/da intersubjetividade. Os dispositivos “família”, “gênero” e “terapeuta” (i.e., “especialista”) foram frequentemente trabalhados pelos participantes, por meio de atividades e predicados associados. Observamos a normalização de certos dispositivos de pertencimento, como “terapeuta” e, contrariamente, vimos o trabalho constante relacionado ao dispositivo “gênero”, associado à identidade de uma cliente auto identificada como mulher transexual. O self apresentado da falante, ao caso observado, recebeu duas nominalizações diferentes. Há impacto ético para essa circunstância, no que tange a aplicação de critérios transdiagnósticos relacionados ao manejo de certos fenômenos ou grupos específicos da psicoterapia, como ao caso do atendimento de população travesti e transexual no Brasil.

Acreditamos que esta dissertação proporcionou olhar microanalítico à intersubjetividade e a importância de sua observação para a fundamentação no campo da pesquisa de processos psicoterápicos e das práticas baseadas em evidências, sobretudo pela maior necessidade de validação dos critérios clínicos a cenários reais,

não-experimentais e não-parametrizados de intervenções. Nesse sentido, entendemos que a institucionalidade da psicoterapia é terreno fértil à exploração acadêmica, mas, paradoxalmente, abordado com baixa naturalística. A ACP se demonstra arcabouço útil à identificação de problemas intersubjetivos e institucionais da psicoterapia, que possibilitam ajustes ou correções técnicas. Sobre isso, nossos estudos vão ao encontro da literatura internacional, que recomenda o uso do modelo como design microanalítico-sequencial de *avaliação de processo*.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Sistema de Transcrição Mondada (adaptado)

Símbolo	Significado do Símbolo
* *, + + , º º, …	Descrições de ações corporais são delimitadas entre dois símbolos idênticos (um símbolo por participante e/ou por tipo de ação), que são sincronizadas com trechos de fala ou tempo indicado.
--->	A ação descrita continua nas linhas subsequentes, até o mesmo símbolo ser atingido.
>>	A ação descrita começa antes do excerto ser disparado.
--->>	A ação descrita continua depois do excerto ser finalizado
….	Preparação da ação.
----	Ápice da ação é alcançado e sustentado.
,,,,,,	Retraimento da ação.
#fig	Momento exato no qual um *screenshot* é tirado.
(1.0)	Pausa em segundos e décimos de segundos.
(.)	Pausa inferior à três décimos de segundo.
.	Entonação decendente.
?	Entonação ascendente.
,	Entonação continua.
↓	Mais grave.
↑	Mais agudo.
hh	Aspiração ou riso.
.hh	Inspiração.
=	Elocuções contínguas, sem intervalo.
[ ]	Início e fim de falas simultâneas/sobrepostas.
( )	Fala que não pode ser transcrita.
(palavra)	Transcrição duvidosa.
ºpalavraº	Intensidade menor (“volume mais baixo”).
PALAVRA	Intensidade maior (“volume mais alto”).

palavr-	Interrupção abrupta da palavra.
>palavra<	Fala acelerada.
<palavra>	Fala desacelerada.
pala::vra	Prolongamento de som.
pal<u>a</u>vra	Sílaba ou palavra enfatizada.
M(s): Mão(s) C: Cabeça …	Por limitação espacial (os descritores precisam caber no espaço correspondente ao um segmento de fala temporalmente limitado), símbolos serão convenientemente abreviados.

ANEXOS

ANEXO A

Termo de Compromisso de Uso de Dados

Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

Eu, *nome do coordenador do Grupo/Núcleo de pesquisa*, da Universidade Federal Ciências da Saúde de Porto Alegre, no âmbito da pesquisa intitulada "**Análise da Conversa em Psicoterapia: investigação microanalítica da construção da intersubjetividade em processos clínicos**", comprometo-me com a utilização dos dados obtidos, respeitando os princípioséticos de pesquisa, somente após receber a aprovação do sistema CEP-CONEP. Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados gerados no projeto de pesquisaintitulado *nome do projeto de pesquisa originário do banco de dados*, aprovado peloCEP/UFCSPA sob Parecer N°, bem como com a privacidade de seusconteúdos.

Esclareço que os dados a serem acessados se referem ao acervo do Grupo de Pesquisa em Ciências da Linguagem (GPCL)/Núcleo ALETHEIA, gerados exclusivamente para a pesquisa aprovada supracitada, no período de_/__/_a_/_/_.

Declaro entender que é minha a responsabilidade de cuidar da integridade das informações e de garantir a confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas. Declaro, ainda, que serão respeitadas todas as condições presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos participantes do estudo original.

Também é minha a responsabilidade de não repassar os dados gerados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Por fim, comprometo-me com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa aqui referida. Qualquer outra pesquisa em que eu precise coletar informações serão submetidas à apreciação do CEP/UFCSPA.

Porto Alegre,____de_____de_____.

_____

Willian Maciel Krüger – Membro da equipe

_____

Prof. Dr. Lucia Marques Stenzel– Coordenadora Núcleo ALETHEA

_____

Prof. Dr. Alexandre do Nascimento Almeida – Coordenador Grupo GPCL

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Estudo Original

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Programa de Pós Graduação em Psicologia e Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) intitulada: O Atendimento Clínico Psicológico com a População da Diversidade Sexual e de Gênero. O objetivo da pesquisa é compreender como se estabelece a interação entre terapeutas e pessoas que procuram o atendimento clínico psicológico em relação à temática da diversidade sexual e de gênero.

O tema escolhido se justifica pela importância de entender o atendimento psicológico como um espaço que deve ter como princípio a promoção de saúde mental no que diz respeito à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). O trabalho será realizado pela mestranda em Psicologia e Saúde Marcela Alberti sob a supervisão e orientação da Profa. Dra. Lucia Marques Stenzel e coorientação do Prof. Dr. Alexandre do Nascimento Almeida.

Para alcançar os objetivos do estudo, solicitamos acesso ao primeiro atendimento psicológico gravado em áudio e vídeo com a câmera utilizada pelo Núcleo de Atendimento e Promoção de Saúde em Sexualidade e Gênero (NAPSE) para a geração de material de ensino. Os riscos para a participação nesta pesquisa são mínimos, relacionados à possibilidade de identificação no momento da divulgação dos resultados. Para minimizar esses riscos, todas as informações sobre você serão mantidas confidenciais através do uso de pseudônimos, bem como através do uso de softwares de computador para manipulação de imagens. Com o uso de software específico, não será possível a visualização do rosto das/os participantes em função do recurso de esfumaçamento de imagem para garantir o seu anonimato. Além disso, os dados não serão disponibilizados para qualquer propósito que não se encaixe nos termos da pesquisa, garantindo o sigilo em todas as etapas do estudo.

Sua participação na pesquisa poderá contribuir para o avanço do conhecimento em relação ao atendimento psicológico de pessoas LGBT. Não haverá despesas extras para a participação neste estudo, nem ganho material direto. Caso você sinta algum desconforto em relação à participação, você pode retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem que isso prejudique o atendimento recebido ou prestado.

Os dados gerados (gravação dos atendimentos) serão armazenados pela equipe de pesquisa durante o período mínimo de cinco anos, conforme previsto na legislação vigente. Tais dados serão somente usados em estudos que atendam a todos os termos previstos neste documento e que estejam relacionados ao objetivo da pesquisa.

É importante que você também saiba que:

- tem garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a este estudo em qualquer fase da pesquisa;

- sua participação é voluntária e que tem a liberdade de retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso traga prejuízo para sua vida pessoal, atuação profissional ou para o atendimento;

• tem garantia que não será identificada/o quando da divulgação dos resultados e que as informações serão utilizadas para fins científicos;

• tem garantia de indenização por danos comprovadamente decorrentes da pesquisa.

Este documento foi redigido com base no que prevê a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº 510/2016.

Caso você tenha alguma dúvida ou novas perguntas sobre o projeto de pesquisa e a forma como será conduzido, poderá entrar em contato com a pesquisadora mestranda em Psicologia e Saúde Marcela Alberti pelo telefone (51) 98919-3256 ou pelo e-mail: marcelaalberti343@gmail.com , ou com a pesquisadora principal Profa. Dra. Lúcia Marques Stenzel pelo telefone (51) 3303-8826 ou pelo e-mail lstenzel@ufcspa.edu.br.

Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFCSPA), pelo endereço Rua Sarmento Leite, 245 – Centro – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, ou pelo telefone 3303-8804. O Comitê de Ética é um órgão independente que se pronuncia em relação aos aspectos científicos e éticos de um projeto de pesquisa.

Eu, _____ , recebi as informações sobre os objetivos e a importância desta pesquisa de forma clara e autorizo minha participação, de acordo com os termos aqui dispostos.

Declaro que recebi uma via assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando a outra via com as/os pesquisadoras/es.

Porto Alegre, ____ de _____ de 20__.

Assinatura da/o Participante

Nome:

Assinatura da Pesquisadora

Marcela Alberti

ANEXO C

Parecer do CEP/UFCSPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Análise da Conversa em Psicoterapia: investigação microanalítica da construção da intersubjetividade em processos clínicos

Pesquisador: Lucia Marques Stenzel

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65645022.2.0000.5345

Instituição Proponente: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.822.379

Apresentação do Projeto:

A partir do desenvolvimento das teorias interacionistas no âmbito aplicado da Psicologia, a intersubjetividade emerge como categoria analítica útil para qualificação da psicoterapia como eventos de constituição social, nos quais os status sociais dos interagentes (incluindo o do terapeuta) e as práticas sociais adotadas emicamente importam para a manutenção da relação institucional e da própria efetividade das intervenções. No intuito de explorarmos as raízes acionais do conceito, este estudo pretende analisar a intersubjetividade estabelecida em cenários psicoterapêuticos focados na população da diversidade sexual e de gênero, ocorridos em uma instituição de formação e ensino de psicoterapia na cidade de Porto Alegre.

Inspirados por estudos em âmbito internacional entre Análise da Conversa e Psicoterapia, adotamos a Análise da Conversa (AC) como arcabouço teórico-metodológico. Pelo caráter microetnográfico deste modelo investigativo, é possível a investigação e a análise êmica dos contextos reais de atendimento. Achados neste escopo dirão da relação entre os atores da clínica e do quanto as práticas interacionais modelam as atuações dos terapeutas como ações promotoras/preventoras de/em saúde ou como meios de reificação de discursos retóricos, por vezes normalizadores ou patologizantes. Com este estudo, esperamos contribuir para uma melhor compreensão do processo psicoterápico e para a formação clínica, possibilitando que a prática terapêutica e a formação acadêmica em Psicologia possam ser embasadas em evidências empíricas, incidindo em um serviço de maior qualidade, ética e cientificamente sustentado

Endereço: Rua Sarmento Leite, 245, prédio 03, sala 605
Bairro: Sarmento **CEP:** 90.050-170
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3303-8604 **E-mail:** cep@ufcspa.edu.br

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar, sob o ponto de vista microanalítico sequencial, a intersubjetividade estabelecida em cenários psicoterapêuticos focados na população da diversidade sexual e de gênero, ocorridos em uma instituição de formação e ensino de psicoterapia na cidade de Porto Alegre.

Objetivo Secundário:

a) Analisar, a partir da fala em interação institucional, aspectos internos de sessões psicoterapêuticas, associados à construção da intersubjetividade

e da relação terapêutica;

b) Analisar o uso de formulações, prestações de conta, perguntas e interpretações como recursos técnicos da psicoterapia;

c) Refletir sobre aspectos relativos à técnica e à ética de processos clínicos focados na saúde da população LGBTQIA+ (lésbicas, gays,bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais e outras identidades ou orientações sexuais não cisheteronormativas);

d) Demonstrar metodologicamente o uso/aplicabilidade da Análise da Conversa em Psicoterapia (ACP) como arcabouço para o estudo da intersubjetividade por meio da microanálise sequencial de sessões terapêuticas gravadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Nas pesquisas originais (por tratar-se de uma pesquisa de uso de banco de dados/dados secundários), os participantes estavam submetidos a risco mínimo, relacionado ao sigilo dos dados. Quanto ao sigilo, foi-lhes garantido, no projeto original, por uso de termo específico (TCLE, Anexo 9.1 - Arquivo "Projeto" e, nesta pesquisa, pelo uso do TCUD, Apêndice 8.1 Arquivo "Projeto"), a anonimização de imagem e voz e o uso de

pseudônimos. Todos os aspectos contemplados no TCLE utilizado no estudo original serão observados na condução deste estudo por meio da assinatura de TCUD (Apêndice 8.1 - Arquivo "Projeto"), em respeito à Resolução CNS nº 510/2016.

Benefícios:

Com este estudo, espera-se contribuir para uma melhor compreensão do processo psicoterápico e para a formação clínica, possibilitando que a prática terapêutica e a formação acadêmica em psicologia possam ser embasadas em evidências empíricas, incidindo em um serviço de maior

qualidade e humanizado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme Informações Básicas do projeto na PB, trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, microanalítico e microetnográfico, com uso de dados secundários.Os dados advêm de consultas gravadas em uma clínica de atendimento à população da diversidade sexual e de gênero(termo referenciado pelos membros da própria clínica)Esses atendimentos são realizados e gravados de forma intercalada, por professores do Núcleo de Atendimento e Promoção de Saúde em Sexualidade e Gênero (NAPSE) e consistem em atendimentos anamnésicos ou atendimentos únicos. O material é gerado pelo Núcleo, criando -se banco de dados para fins educacionais.. Sendo parte do material didático da instituição, o banco de dados utilizado por esta pesquisa foi gerado,portanto, pelo NAPSE. Todos os participantes envolvidos (terapeutas, clientes, familiares presentes na consulta etc.) assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), acordando sobre o uso do material tanto para fins didáticos, como para aformação de acervo em banco de dados para pesquisas futuras.Esse banco inclui somente primeiras consultas gravadas pelo NAPSE, as quais foram cedidas para uso no projeto intitulado "O Atendimento Clínico Psicológico com a População da Diversidade Sexual e deGênero", aprovado pelo CEP/UFCSPA sob Parecer Nº 2.447.440O, o acordo com o Núcleo ALETHEIA e o GPCL para uso do material ocorreu mediante contato e negociação direta com os seus coordenadores. A utilização desses dados ocorrerá mediante assinatura de todos os 35 integrantes da equipe de pesquisa de Termo de Compromisso de Utilização de Dados – TCUD.

Com base nessas informações o projeto atende todos os aspectos éticos conforme legislação vigente. Quanto ao apecto metodológico está muto bem descrito.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados de forma adequada.Pesquisadores apresentaram justificativa para a não inclusão do TCLE e apresentaram adequadamente o Termo de Compromisso de Uso de Dados (TCUD),

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto atende a toda Legislação vigente sobre aspectos éticos em pesquisa

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com o parecer do Relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2056263.pdf	30/11/2022 15:24:00		Aceito
Outros	TCUD.pdf	30/11/2022 15:17:47	Alexandre do Nascimento Almeida	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Completo.pdf	30/11/2022 15:16:59	Alexandre do Nascimento Almeida	Aceito
Outros	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2447440.pdf	30/11/2022 14:02:44	Willian Maciel Krüger	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	30/11/2022 13:52:37	Willian Maciel Krüger	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	30/11/2022 10:17:28	Willian Maciel Krüger	Aceito
Outros	Termo_Compromisso_Relatorio.pdf	30/11/2022 10:16:31	Willian Maciel Krüger	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	27/11/2022 18:36:57	Willian Maciel Krüger	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

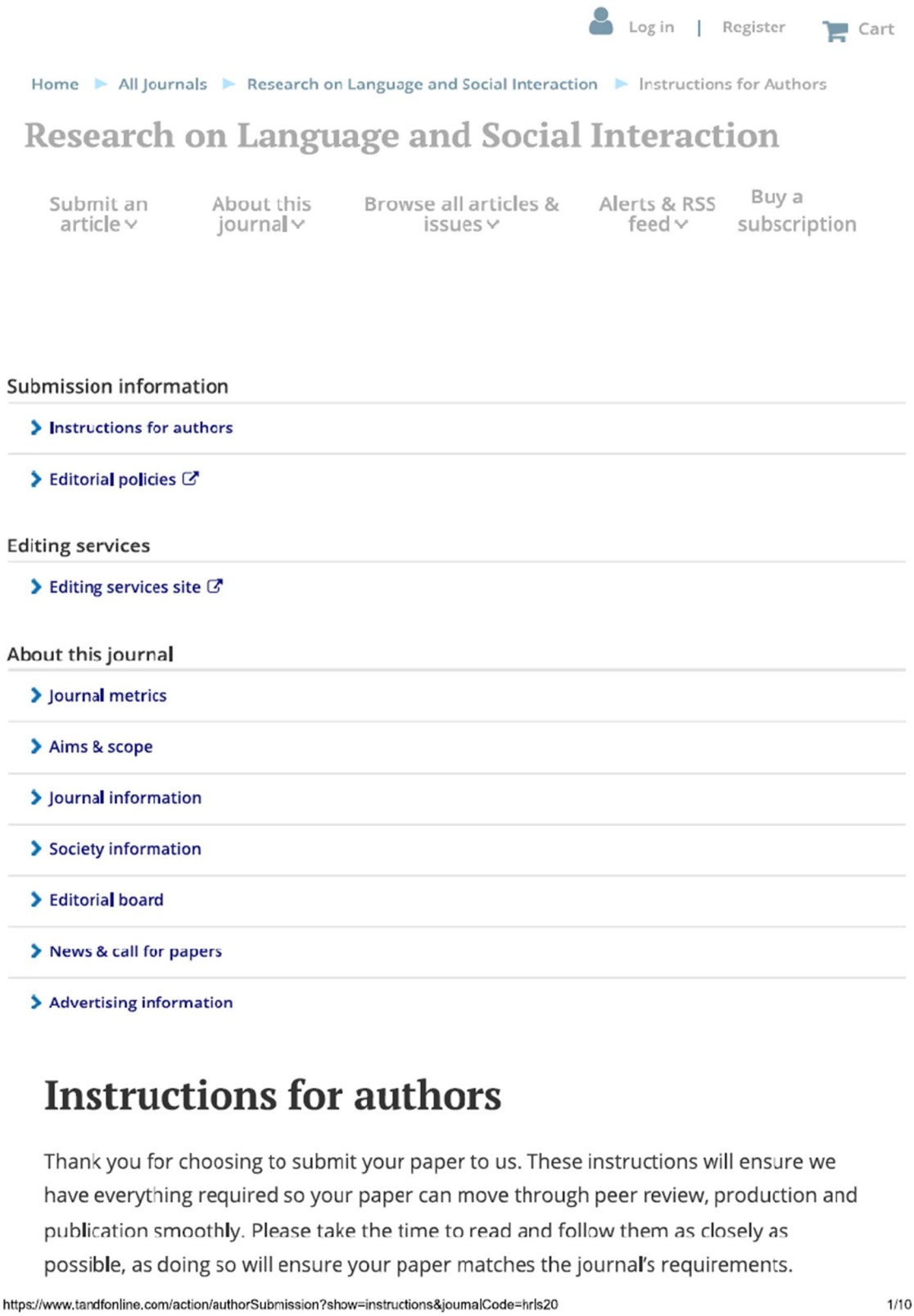
Necessita Apreciação da CONEP:
Não

PORTO ALEGRE, 16 de Dezembro de 2022

Assinado por:
Fernanda Bordignon Nunes
(Coordenador(a))

ANEXO D

Normas de Submissão da Revista *Research on Language and Social Interaction*



Log in | Register Cart

Home ▸ All Journals ▸ Research on Language and Social Interaction ▸ Instructions for Authors

Research on Language and Social Interaction

Submit an article ∨ | About this journal ∨ | Browse all articles & issues ∨ | Alerts & RSS feed ∨ | Buy a subscription

Submission information

- Instructions for authors
- Editorial policies

Editing services

- Editing services site

About this journal

- Journal metrics
- Aims & scope
- Journal information
- Society information
- Editorial board
- News & call for papers
- Advertising information

Instructions for authors

Thank you for choosing to submit your paper to us. These instructions will ensure we have everything required so your paper can move through peer review, production and publication smoothly. Please take the time to read and follow them as closely as possible, as doing so will ensure your paper matches the journal's requirements.

https://www.tandfonline.com/action/authorSubmission?show=instructions&journalCode=hrls20 1/10

AUTHOR SERVICES
Supporting Taylor & Francis authors

For general guidance on every stage of the publication process, please visit our Author Services website.

EDITING SERVICES
Supporting Taylor & Francis authors

For editing support, including translation and language polishing, explore our Editing Services website

Contents

- About the Journal
- Open Access
- Peer Review and Ethics
- Preparing Your Paper
  - Article Types
  - Style Guidelines
  - Formatting and Templates
  - References
  - Taylor & Francis Editing Services
  - Checklist: What to Include
- Using Third-Party Material
- Submitting Your Paper
- Data Sharing Policy
- Publication Charges
- Copyright Options
- Complying with Funding Agencies
- My Authored Works

About the Journal

Research on Language & Social Interaction is an international, peer-reviewed journal publishing high-quality, original research. Please see the journal's Aims & Scope for information about its focus and peer-review policy.

Please note that this journal only publishes manuscripts in English.

Research on Language & Social Interaction accepts the following types of article:

- Research Article

Open Access

You have the option to publish open access in this journal via our Open Select publishing program. Publishing open access means that your article will be free to access online immediately on publication, increasing the visibility, readership and impact of your research. Articles published Open Select with Taylor & Francis typically receive 45% more citations* and over 6 times as many downloads** compared to those that are not published Open Select.

Your research funder or your institution may require you to publish your article open access. Visit our Author Services website to find out more about open access policies and how you can comply with these.

You will be asked to pay an article publishing charge (APC) to make your article open access and this cost can often be covered by your institution or funder. Use our APC finder to view the APC for this journal.

Please visit our Author Services website if you would like more information about our Open Select Program.

*Citations received up to 9th June 2021 for articles published in 2018-2022. Data obtained on 23rd August 2023, from Digital Science's Dimensions platform, available at https://app.dimensions.ai **Usage in 2020-2022 for articles published in 2018-2022.

Peer Review and Ethics

Taylor & Francis is committed to peer-review integrity and upholding the highest standards of review. Once your paper has been assessed for suitability by the editor, it will then be single anonymous peer reviewed by two independent, anonymous expert. If you have shared an earlier version of your Author's Original Manuscript on a preprint server, please be aware that anonymity cannot be guaranteed. Further information on our preprints policy and citation requirements can be found on our Preprints Author Services page. Find out more about what to expect during peer review and read our guidance on publishing ethics.

Preparing Your Paper

Article Types

Research Article

- Should be written with the following elements in the following order: title page; abstract; main text introduction, materials and methods, results, discussion; acknowledgments; declaration of interest statement; references; appendices (as appropriate); table(s) with caption(s) (on individual pages); figures; figure captions (as a list)
- Should contain an unstructured abstract of 200 words.

Style Guidelines

Please refer to these quick style guidelines when preparing your paper, rather than any published articles or a sample copy.

Please use American spelling style consistently throughout your manuscript.

Please use double quotation marks, except where "a quotation is 'within' a quotation".

Please note that long quotations should be indented without quotation marks.

Merriam-Webster's Collegiate Dictionary (11th ed.) should be consulted for spelling.

Formatting and Templates

Papers may be submitted in Word format. Please do not submit your paper as a PDF. Figures should be saved separately from the text. To assist you in preparing your paper, we provide formatting template(s).

Word templates are available for this journal. Please save the template to your hard drive, ready for use.

If you are not able to use the template via the links (or if you have any other template queries) please contact us here.

Word length

Submissions which use English data: maximum 10,000 words.

Submissions which use data that require translation into English: 11,000 words.

Authors will provide assurance that data, unless taken from the public domain, were collected with the informed consent of those involved. Data should normally be anonymized. To facilitate the review process, the title and author information should be on a separate page.

In the data section, a full account must be given of the ethical oversight of the study reported, including assurance of the informed consent of all participants whose data is presented in the data extracts."

Ethical approval

In the data section, a full account must be given of the ethical oversight of the study reported, including assurance of the informed consent of all participants whose data is presented in the data extracts.

Transcription preparation. Submissions to the journal are asked to present data extracts following the conventions established by Gail Jefferson, and now familiar in much interaction research. In order to standardize the appearance of transcripts which use that style, the journal's production editor will ensure that transcripts are set in a common format – using Courier as the font, setting arrows typed as -> as →, and so on. Please see the full template here. Please indicate to the Editor if you prefer to use a different notation system.

Editorial requirements. *ROLSI* submissions which deal with linguistic phenomena in a given language must normally give appropriate recognition to relevant studies on the same or related phenomena in other languages. Authors are asked to respect deadlines for submission of revisions. The editors reserve the right to consider revisions which are received after the deadline to be new submissions.

References

Please use this reference guide when preparing your paper.

Taylor & Francis Editing Services

To help you improve your manuscript and prepare it for submission, Taylor & Francis provides a range of editing services. Choose from options such as English Language Editing, which will ensure that your article is free of spelling and grammar errors,

Translation, and Artwork Preparation. For more information, including pricing, visit this website.

Checklist: What to Include

1. **Author details.** Please ensure all listed authors meet the Taylor & Francis authorship criteria. All authors of a manuscript should include their full name and affiliation on the cover page of the manuscript. Where available, please also include ORCiDs and social media handles (Facebook, Twitter or LinkedIn). One author will need to be identified as the corresponding author, with their email address normally displayed in the article PDF (depending on the journal) and the online article. Authors' affiliations are the affiliations where the research was conducted. If any of the named co-authors moves affiliation during the peer-review process, the new affiliation can be given as a footnote. Please note that no changes to affiliation can be made after your paper is accepted. Read more on authorship.
2. You can opt to include a **video abstract** with your article. Find out how these can help your work reach a wider audience, and what to think about when filming.
3. **Funding details.** Please supply all details required by your funding and grant-awarding bodies as follows:
   For single agency grants
   This work was supported by the [Funding Agency] under Grant [number xxxx].
   For multiple agency grants
   This work was supported by the [Funding Agency #1] under Grant [number xxxx]; [Funding Agency #2] under Grant [number xxxx]; and [Funding Agency #3] under Grant [number xxxx].
4. **Disclosure statement.** This is to acknowledge any financial or non-financial interest that has arisen from the direct applications of your research. If there are no relevant competing interests to declare please state this within the article, for example: *The authors report there are no competing interests to declare*. Further guidance on what is a conflict of interest and how to disclose it.
5. **Data availability statement.** If there is a data set associated with the paper, please provide information about where the data supporting the results or analyses presented in the paper can be found. Where applicable, this should include the hyperlink, DOI or other persistent identifier associated with the data set(s). Templates are also available to support authors.
6. **Data deposition.** If you choose to share or make the data underlying the study open, please deposit your data in a recognized data repository prior to or at the time of submission. You will be asked to provide the DOI, pre-reserved DOI, or other persistent identifier for the data set.

7. **Supplemental online material.** Supplemental material can be a video, dataset, fileset, sound file or anything which supports (and is pertinent to) your paper. We publish supplemental material online via Figshare. Find out more about supplemental material and how to submit it with your article.
8. **Figures.** Figures should be high quality (1200 dpi for line art, 600 dpi for grayscale and 300 dpi for color, at the correct size). Figures should be supplied in one of our preferred file formats: EPS, PS, JPEG, TIFF, or Microsoft Word (DOC or DOCX) files are acceptable for figures that have been drawn in Word. For information relating to other file types, please consult our Submission of electronic artwork document.
9. **Tables.** Tables should present new information rather than duplicating what is in the text. Readers should be able to interpret the table without reference to the text. Please supply editable files.
10. **Equations.** If you are submitting your manuscript as a Word document, please ensure that equations are editable. More information about mathematical symbols and equations.
11. **Units.** Please use SI units (non-italicized).

Using Third-Party Material

You must obtain the necessary permission to reuse third-party material in your article. The use of short extracts of text and some other types of material is usually permitted, on a limited basis, for the purposes of criticism and review without securing formal permission. If you wish to include any material in your paper for which you do not hold copyright, and which is not covered by this informal agreement, you will need to obtain written permission from the copyright owner prior to submission. More information on requesting permission to reproduce work(s) under copyright.

Submitting Your Paper

This journal accepts articles by direct email. Please send your submission to:

- Charles Antaki

Please note that *Research on Language & Social Interaction* uses Crossref™ to screen papers for unoriginal material. By submitting your paper to *Research on Language & Social Interaction* you are agreeing to originality checks during the peer-review and production processes.

On acceptance, we recommend that you keep a copy of your Accepted Manuscript. Find out more about sharing your work.

Data Sharing Policy

This journal applies the Taylor & Francis Basic Data Sharing Policy. Authors are encouraged to share or make open the data supporting the results or analyses presented in their paper where this does not violate the protection of human subjects or other valid privacy or security concerns.

Authors are encouraged to deposit the dataset(s) in a recognized data repository that can mint a persistent digital identifier, preferably a digital object identifier (DOI) and recognizes a long-term preservation plan. If you are uncertain about where to deposit your data, please see this information regarding repositories.

Authors are further encouraged to cite any data sets referenced in the article and provide a Data Availability Statement.

At the point of submission, you will be asked if there is a data set associated with the paper. If you reply yes, you will be asked to provide the DOI, pre-registered DOI, hyperlink, or other persistent identifier associated with the data set(s). If you have selected to provide a pre-registered DOI, please be prepared to share the reviewer URL associated with your data deposit, upon request by reviewers.

Where one or multiple data sets are associated with a manuscript, these are not formally peer-reviewed as a part of the journal submission process. It is the author's responsibility to ensure the soundness of data. Any errors in the data rest solely with the producers of the data set(s).

Publication Charges

There are no submission fees, publication fees or page charges for this journal.

Color figures will be reproduced in color in your online article free of charge. If it is necessary for the figures to be reproduced in color in the print version, a charge will apply.

Charges for color figures in print are £300 per figure ($400 US Dollars; $500 Australian Dollars; €350). For more than 4 color figures, figures 5 and above will be charged at £50 per figure ($75 US Dollars; $100 Australian Dollars; €65). Depending on your location, these charges may be subject to local taxes.

Copyright Options

Copyright allows you to protect your original material, and stop others from using your work without your permission. Taylor & Francis offers a number of different license and reuse options, including Creative Commons licenses when publishing open access. Read more on publishing agreements.

Complying with Funding Agencies

We will deposit all National Institutes of Health or Wellcome Trust-funded papers into PubMedCentral on behalf of authors, meeting the requirements of their respective open access policies. If this applies to you, please tell our production team when you receive your article proofs, so we can do this for you. Check funders' open access policy mandates here. Find out more about sharing your work.

My Authored Works

On publication, you will be able to view, download and check your article's metrics (downloads, citations and Altmetric data) via My Authored Works on Taylor & Francis Online. This is where you can access every article you have published with us, as well as your free eprints link, so you can quickly and easily share your work with friends and colleagues.

We are committed to promoting and increasing the visibility of your article. Here are some tips and ideas on how you can work with us to promote your research.

Queries

If you have any queries, please visit our Author Services website or contact us here.

Updated 10th November 2023

Sample our
Behavioral Sciences
Journals
>> Sign in here to start your access
to the latest two volumes for 14 days

How should I format my manuscript?

This guide contains advice to help you get started, but some journals will have specific layout and formatting requirements.

Before you submit your article, make sure you've checked the instructions for authors for your chosen journal, so you are aware of everything required. You can find the instructions for authors on the journal's homepage on Taylor and Francis Online.

Below is a list of formatting considerations that are often specified by academic journals.

Font

Use Times New Roman font in size 12 with double line spacing.

Margins

Margins should be at least 2.5cm (1 inch).

Title

Use bold for your article title, with an initial capital letter for any proper nouns.

Abstract

Indicate the abstract paragraph with a heading or by reducing the font size.

The instructions for authors for each journal will give specific guidelines on what's required here, including whether it should be a structured abstract or graphical abstract, and any word limits.

If you need further guidance, learn more on how to write an effective abstract and title.

?

What is an abstract in a research paper?

This is your opportunity to 'pitch' your article to the journal editors, and later, its readers. Your abstract should focus on what your research is about, what methods have been used, and what you found out.

Contact us Contact us

Keywords

Keywords help readers find your article, so are vital for discoverability. If the journal instructions for authors don't give a set number of keywords to provide, aim for five or six.

Headings

This will show you the different levels of the heading section in your article:

1. First-level headings (e.g. Introduction, Conclusion) should be in bold, with an initial capital letter for any proper nouns.
2. Second-level headings should be in bold italics, with an initial capital letter for any proper nouns.
3. Third-level headings should be in italics, with an initial capital letter for any proper nouns.
4. Fourth-level headings should be in bold italics, at the beginning of a paragraph. The text follows immediately after a full stop (full point) or other punctuation mark.
5. Fifth-level headings should be in italics, at the beginning of a paragraph. The text follows immediately after a full stop (full point) or other punctuation mark.

Tables and figures

Show clearly in your article text where the tables and figures should appear, for example, by writing [Table 1 near here].

Check the instructions for authors to see how you should supply tables and figures, whether at the end of the text or in separate files, and follow any guidance given on the submission system.

You can find more detailed advice on including tables in your article and in our guide to submission of electronic artwork.

Here's also our advice on obtaining permission for third party material if you choose to use or reproduce work from another source.



Taylor & Francis Journals Standard Reference Style Guide: American Psychological Association, Seventh Edition (APA-7)

This reference guide details methods for citing and formatting reference entries in accordance with principles established by the *Publication Manual of the American Psychological Association*, Seventh Edition (2020). For more information about APA style, visit https://apastyle.apa.org/ and https://apastyle.apa.org/blog

If you have access to the software, a corresponding EndNote output style can be downloaded from http://endnote.com/downloads/style/tf-standard-apa by searching for the style named TF-Standard APA.

ANEXO E

Contrato de Publicação no livro "*International Perspective in Language and Work*" (*Springer Verlag*)

Publishing Agreement

for Contributions in Edited Works

This Publishing Agreement (this "**Agreement**") has been approved by and entered into between:

Krüger, Willian Maciel (Federal University of Health Sciences of Porto Alegre)*
Stenzel, Lucia Marques (Federal University of Health Sciences of Porto Alegre)*
Almeida, Alexandre do Nascimento (Federal University of Health Sciences of Porto Alegre)*

(the "**Author**")
whereas, in the event that the Author is more than one person, **[Willian Maciel Krüger]** serves as corresponding author
(the "**Corresponding Author**")

on the one part and

Springer Nature Switzerland AG
Gewerbestrasse 11, 6330 Cham, Switzerland

(the "**Publisher**")

on the other part;
together hereinafter referred to as the "**Parties**".

The Publisher intends to publish the Author's contribution in a collected work provisionally titled:

International Perspectives on Language and Work

(the "**Work**")
edited by: **Dr. Stéphanie Cassilde and Dr. Adeline Gilson**
(the "**Editor**")

The Publisher intends to publish the Work under the imprint Springer .

The Work may be published in the book series **[Book Series]**.

1. Contracting Authors

When the Author is more than one person then, unless otherwise indicated in this Agreement or agreed in writing by the Publisher:
(a) the expression "**Author**" as used in this Agreement will apply collectively for all such persons (each a "**co-author**");
(b) the Corresponding Author hereby warrants and represents that all co-authors of the contribution

have expressly agreed that the Corresponding Author has full right, power and authority to sign this Agreement on their behalf, that the Corresponding Author is entitled to act on their behalf, and that they shall be bound by the Corresponding Author, with respect to all matters, responsibilities, notices and communications related to this Agreement; the Corresponding Author shall obtain authorisations and make them available to the Publisher on request; and
(c) each co-author is jointly and severally responsible for the Author's obligations under this Agreement which apply to each co-author individually and to the co-authors collectively and the Publisher shall not be bound by any separate agreement or legal relationship as between the co-authors.

2. Subject of the Agreement

2.1 The Author will prepare a contribution provisionally entitled:
[Conversation Analysis and the investigation of talk-in-interaction in psychotherapeutic working scenarios]
The expression "**Contribution**" as used in this Agreement means the contribution as identified above, and includes without limitation all related material delivered to the Publisher by or on behalf of the Author whatever its media and form (including text, graphical elements, tables, videos and/or links) in all versions and editions in whole or in part.

2.2 The Contribution may contain links (e.g. frames or in-line links) to media enhancements (e.g. additional documents, tables, diagrams, charts, graphics, illustrations, animations, pictures, videos and/or software) or to social or functional enhancements, complementing the Contribution, which are provided on the Author's own website or on a third party website or repository (e.g. maintained by an institution) subject always to the Author providing to the Editor, at the latest at the delivery date of the manuscript for the Contribution, an accurate description of each media enhancement and its respective website or repository, including its/their owner, nature and the URL. The Publisher is entitled to reject the inclusion of, or suspend, or delete links to all or any individual media enhancements.

2.3 In the event that an index is deemed necessary, the Author shall assist the Editor in its preparation (e.g. by suggesting index terms), if requested by the Editor.

3. Rights Granted

3.1 The Author hereby grants to the Publisher the perpetual, sole and exclusive, worldwide, transferable, sub-licensable and unlimited right to publish, produce, copy, distribute, communicate, display publicly, sell, rent and/or otherwise make available the Contribution in any language, in any versions or editions in any and all forms and/or media of expression (including without limitation in connection with any and all end-user devices), whether now known or developed in the future, in each case with the right to grant further time-limited or permanent rights. The above rights are granted in relation to the Contribution as a whole or any part and with or in relation to any other works.
Without limitation, the above grant includes: (a) the right to edit, alter, adapt, adjust and prepare derivative works; (b) all advertising and marketing rights including without limitation in relation to social media; (c) rights for any training, educational and/or instructional purposes; and (d) the right to add and/or remove links or combinations with other media/works.
The Author hereby grants to the Publisher the right to create, use and/or license and/or sub-license content data or metadata of any kind in relation to the Contribution or parts thereof (including abstracts and summaries) without restriction.
The Publisher also has the right to commission completion of the Contribution in accordance with the Clause "**Author's Responsibilities – Delivery and Acceptance of the Manuscript**" and of an updated version of the Contribution for new editions of the Work in accordance with the Clause "**New Editions**".

3.2 The copyright in the Contribution shall be vested in the name of the **Author.** The Author has asserted their right(s) to be identified as the originator of the Contribution in all editions and versions, published in all forms and media. The Author agrees that all editing, alterations or amendments to the Contribution made by or on behalf of the Publisher or its licensees for the purpose of fulfilling this Agreement or as otherwise allowed by the above rights shall not require the approval of the Author and will not infringe the Author's "moral rights" (or any equivalent rights). This includes changes made in the course of dealing with retractions or other legal issues.

12.4 A person who is not a party to this Agreement (other than an affiliate of the Publisher) has no right to enforce any terms or conditions of this Agreement. This Agreement shall be binding upon and inure to the benefit of the successors and assigns of the Publisher. If one or more provisions of this Agreement are held to be unenforceable (in whole or in part) under applicable law, each such provision shall be deemed excluded from this Agreement and the balance of the Agreement shall remain valid and enforceable but shall be interpreted as if that provision were so excluded. If one or more provisions are so excluded under this Clause then the Parties shall negotiate in good faith to agree an enforceable replacement provision that, to the greatest extent possible under applicable law, achieves the Parties' original commercial intention.

The Corresponding Author signs this Agreement on behalf of any and all co-authors.

Signature of Corresponding Author:

.....

[Willian Maciel Krüger]

Date: .....